NÚMERO DO PROCESSO

64321.011756/2022-58

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

DATA: 27 de maio 2022

VOLUME II

ORIGEM: **COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR**

DESTINO: **CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO**

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 06/2022 – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EMBARCAÇÃO REGIONAL PARA TRANSPORTE DE CARGAS E/OU PASSAGEIROS.**

OBSERVAÇÕES:

MOVIMENTO DO PROCESSO									
DESTINO		DATA			DESTINO		DATA		
1					16				
2					17				
3					18				
4					19				
5					20				
6					21				
7					22				
8					23				
9					24				
10					25				
11					26				
12					27				
13					28				
14					29				
15					30				

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(REGIÃO MENDONÇA FURTADO)

ÍNDICE VOLUME II

1. Ofício nº 5-SALC/Esc Adm/Cmdo (envio de processo à CGU) ..... Folha nº 108-109
2. Solicitação de análise em urgência ..... Folha nº 110
3. Cota nº 00003/2022/CJU-AM/CGU/AGU ..... Folha nº 111
4. Estudo Técnico Preliminar (ETP) - atualizado ..... Folha nº 112-118
5. Termo de Referência (TR) - atualizado ..... Folha nº 119-140
6. Motivação da dispensa de licitação - atualizado ..... Folha nº 141-143
7. Termo de ajuste de itens para lançamento da dispensa (Anexo I do Aviso) .. Folha nº 144-145
8. Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexo II do Aviso ..... Folha nº 146-160
9. Avisos no comprasnet referente ao PE 04/2022 fracassado ..... Folha nº 161-162
10. Comprovante de publicação da Dispena Eletrônica no PNCP ..... Folha nº 163
11. Relatório de Dispensa Eletrônica por fornecedores ..... Folha nº 164-165
12. Relatório de Dispensa Eletrônica por itens ..... Folha nº 166-175
13. Documentos de habilitação das empresas vencedoras ..... Folha nº 176-260
14. Ofício nº 6-SALC/Esc Adm/Cmdo (reenvio de processo à CGU) ..... Folha nº 261-262
15. Solicitação de análise em urgência ..... Folha nº 263
16. Boletim de publicação da equipe de planejamento da contratação ..... Folha nº 264
17. Boletim de publicação da abertura da dispensa de licitação ..... Folha nº 265
18. Justificativa para escolha do fornecedor ..... Folha nº 266
19. Proposta final da SD LOGÍSTICA ..... Folha nº 267
20. Proposta final da LOG SHIP ..... Folha nº 268-271
21. Nota de Empenho nº 296 ..... Folha nº 272-273
22. Termo de Contrato nº 20/2022 ..... Folha nº 274-277
23. Publicação do Extrato de Contrato nº 20/2022 ..... Folha nº 278
24. Nota de Empenho nº 297 ..... Folha nº 279-280
25. Termo de Contrato nº 21/2022 ..... Folha nº 281-284
26. Publicação do Extrato de Contrato nº 21/2022 ..... Folha nº 285
27. Parecer nº 00101/2022/CJU-AM/CGU/AGU ..... Folha nº 286-295
28. Termo de esclarecimento ..... Folha nº 296-298
29. Boletim de publicação da abertura da dispensa de licitação ..... Folha nº 299
30. Motivação da Dispensa de Licitação - atualizado ..... Folha nº 300-301
31. Documento de Formalização da Demanda - atualizado ..... Folha nº 302-305
32. Estudo Técnico Preliminar (ETP) - atualizado ..... Folha nº 306-313

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, procedo a abertura deste volume II do Processo Administrativo nº 64321.011756/2022-58 que se inicia com a folha de nº 108. Para constar lavrei o presente termo.

[redacted]

ARIANE UMBELINO DA SILVA – 3º Sgt
Aux. SALC/12ª RM

FL Nº 103

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

OFÍCIO Nº 5-SALC/Esc Adm/Cmdo

Manaus/AM, 20 de maio de 2022.

À Senhora
FRANCISLÉA NAZARÉ CAXEIXA DE MENEZES FALCÃO
Consultora Jurídica da União no Estado do Amazonas – CJU/AM
Av. Tefé, 611 – Ed. Luis Higino de Sousa Netto – Bairro: Praça 14
69020-090 – Manaus/AM

Assunto: **Apreciação Jurídica.**

Senhora Coordenadora Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria o Processo Administrativo abaixo descrito, para exame e aprovação jurídica por essa Consultoria Jurídica da União, conforme **formulário** para tramitação:

Tal solicitação visa adotar procedimentos sobre Dispensa de Licitação Emergencial.

DATA LIMITE: 23/05/2022 (solicitação de análise emergencial anexada ao processo). Prazo máximo para devolução da CJU/AM, a fim de não prejudicar o reequilíbrio econômico-financeiro.	TERMO ADITIVO, SE FOR O CASO: DATA LIMITE: FLS:
E-mail: salc@12rm.eb.mil.br	Telefone: (92) 3659-1251
NUP: 64321.011756/2022-58	Nº de volumes: 01 (um)
Data de Abertura do Processo: 20/05/2022	
Valor unitário do item no contrato:	Modalidade: Dispensa de Licitação
Prazo: período do mês de junho de 2022	Sigla do Órgão: CMDO 12ª RM
MODELOS DA AGU	
Itens do : Foram adotados? (X) SIM ( ) NÃO	
Qual o modelo utilizado: Dispensa Eletrônica. Atualização: Agosto/2021	
Houve alteração? Não	Relacionar os itens modificados [1]:

Certifico o SOBRESTAMENTO do processo NUP 64321.011756/2022-58, objetivando auxiliar na verificação e análise por parte dessa CJU/AM, assumindo o compromisso da não movimentação do mesmo a partir de 20/05/2022.

[redacted] CONTINUA...

1 – Com relação a justificativa para as alterações nos modelos da AGU a mesma pode ser apresentada em documento específico, juntado aos autos, com a indicação das respectivas folhas.

<table>
<tr><th colspan="4">PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO</th></tr>
<tr><td colspan="4">Assunto/Objeto: contração de empresa especializada no serviço de locação de embarcação regional para o transporte de cargas e/ou passageiro.

FL Nº 109</td></tr>
<tr><td colspan="4">O PROCESSO É CONSIDERADO SENSÍVEL PELO ÓRGÃO ASSESSORADO? (X)SIM ( )NÃO
Em caso positivo, descrever os motivos:
Em face do objeto ser de locação de embarcações para apoio logístico das operações do Comando Militar da Amazônia, torna-se de relevante importância o Parecer dessa Consultoria sob risco de interromper adestramento das tropas, bem como o poder de dissuasão do Exército brasileiro na região Amazônica.

(OBS.: Por processo sensível, entende-se aquele processo cujo objeto seja complexo ou que possua importância estratégica para o órgão por estar imbricado com outras contratações, dele dependentes; ou pela repercussão que possa ter perante outros setores da administração ou da sociedade.)</td></tr>
<tr><td colspan="4">IDENTIFICAÇÃO DO TEMA: serviço sem dedicação exclusiva.

(OBS: De acordo com os conceitos listados abaixo, sendo possível marcar mais de uma opção se o caso admitir)</td></tr>
<tr><td>AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à aquisição onerosa de bens mediante fornecimento único ou parcelado.</td><td></td><td>OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.</td><td></td></tr>
<tr><td>SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços com a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública.</td><td></td><td>PATRIMÔNIO - Processos e consultas que tratem do patrimônio imobiliário da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.</td><td></td></tr>
<tr><td>SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.</td><td>X</td><td>RESIDUAL - Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="3">CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL - Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Civis do Ministério Público Federal ou do Trabalho.</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="4">OBSERVAÇÃO: solicitação de análise emergencial anexada ao processo.</td></tr>
</table>

[redacted]

EBER DEWET MOREIRA DA SILVA – TC
Ordenador de Despesas do Comando da 12ª Região Militar

FL Nº 110

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 06/2022

SOLICITAÇÃO DE ANALISE EM URGÊNCIA PARA PROCESSO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Solicito a essa Consultoria Jurídica da União que o Processo Administrativo nº **64321.011756/2022-58**, do Comando da 12ª Região Militar, referente à **Dispensa de Licitação nº 06/2022** cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de embarcação regional, seja analisado em caráter de **urgência**. Tal solicitação ocorre pelo fato do Comando da 12ª Região Militar estar responsável pela logística de mobilização da tropa e do material que será empregado em prol da Operação Amazônia, com previsão de inicio na segunda semana de junho de 2022, e, contará com a participação de todas as Organizações Militares subordinadas ao Comando Militar da Amazônia.

O planejamento da referida operação é de caráter sigiloso, não sendo possível este Comando disponibilizar informações mais detalhadas.

Vistos os fatos acima, fica comprovada a emergência deste Processo de Dispensa de Licitação e motivada a **SOLICITAÇÃO PARA ANALISE E EMISSÃO DO PARECER JURÍDICO EM REGIME DE URGÊNCIA** por parte desta Consultoria Jurídica da União.

Manaus – AM, 20 de maio de 2022.

[redacted]

ÉBER DEWET MOREIRA DA SILVA – TC
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

FLN° 111

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE ASSESSORAMENTO E CONSULTORIA JURÍDICA

COTA n. 00003/2022/CJU-AM/CGU/AGU

NUP: 64321.011756/2022-58
INTERESSADOS: COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR - CMDO 12ªRM
ASSUNTOS: DEMAIS HIPÓTESES DE DISPENSA

1. O **COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR - CMDO 12ªRM** submete a apreciação desta Consultoria Jurídica processo administrativo para a contratação de serviço de locação de embarcação regional por meio de dispensa de licitação emergencial.

2. O processo foi remetido por meio do sapiens a esta Consultoria no dia 20/05/2022 (sexta feira), as 21:00 quando não havia mais expediente. O mesmo foi distribuído a este Advogado da União no dia 23/05/2022 (segunda-feira) as 11:00, sendo que o pedido de urgência sinaliza o prazo do dia 23/05/2022, indicando que se não for atendido haverá prejuízo ao órgão.

3. Neste sentido, considerando a ausência de tempo hábil para realizar com segurança jurídica a análise do referido processo, pois o lapso de tempo concedido é insuficiente, e com o propósito de não prejudicar a contratação a ser operacionalizada pelo órgão, **restituo o processo sem a análise jurídica para não prejudicar a contratação, e sem prejuízo de análise posterior com o propósito de auxiliar a autoridade administrativa no controle de legalidade dos seus atos.**

Manaus, 23 de maio de 2022.

ALLAN C. M. MAGALHÃES
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO SUBSTITUTO DA UNIÃO NO AMAZONAS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64321011756202258 e da chave de acesso 7e72072f

Documento assinado eletronicamente por ALLAN CARLOS MOREIRA MAGALHAES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 893887391 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): ALLAN CARLOS MOREIRA MAGALHAES. Data e Hora: 23-05-2022 13:14. Número de Série: 76180319699919259798842012218. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

FL Nº 112

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°038
NUP: 64321.011756/2022-58

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este estudo é etapa antecessora para contratação dos serviços referentes à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de embarcação regional para transporte de cargas e/ou passageiros, em conformidade com a IN-ME 40/2020.

1. Informações Básicas

Número do processo: **64321.011756/2022-58**

2. Descriçãodanecessidade

O Comando da 12 Região Militar é responsável por fornecer o apoio logístico e administrativo para as operações militares no âmbito do Comando Militar da Amazônia. Nesse sentido, é responsabilidade deste Grande Comando Territorial realizar a função logística de transporte na Área de Responsabilidade logística da Amazônia Ocidental(ARPLAO).

A fisiografia da ARPLAO é caracterizada por possuir mais vias fluviais do que terrestre. Assim, muitos deslocamentos logísticos e operacionais nas diversas atividades do Comando Militar da Amazônia são realizadas através de hidrovias, utilizando embarcações.

Nas atividades e missões que exigem deslocamento de grande carga logística de material, bem como de pessoal. Os meios existentes do Centro de Embarcações do comando Militar da Amazônia são insuficientes.

Nesse sentido, este Grande informar que a demanda de embarcações para atender pontualmente este exercício deverá ter como base as quantidades de militares que compõem as subdivisões organizacionais do corpo de tropa: efetivos de Pelotões com seus apoios (aproximadamente 60 homens); de Subunidade (aproximadamente entre 120 a 180 homens); e Batalhões (aproximadamente 500 homens).

Além disso, deve-se considerar as longas distâncias a serem percorridas para o cumprimento das missões: exemplo o eixo Rio Negro onde o município de São Gabriel da Cachoeira-AM está a uma distancia de 980 km por via fluvial.

A contratação será realizada da seguinte forma:

-Grupo1: 1 (uma) embarcação locada com 10 diárias do item 1 e 5 diárias do item 2, deslocamento para o eixo Rio Negro, compreendendo o trecho Manaus-AM, Barcelos-AM, Santa Isabel do Rio Negro-AM;

-Grupo1: 1 (uma) embarcação locada com 10 diárias do item 1 e 5 diárias do item 2, deslocamento para o eixo Rio Negro, compreendendo o trecho Manaus-AM, São Gabriel da Cachoeira-AM;

-Grupo2: 1 (uma) embarcação locada com 15 diárias para o item 3 e 6 diárias do item

4, deslocamento para o eixo Solimões/Japurá, compreendendo os trechos Manaus-AM, Tefé-AM, Japurá-AM;

- Grupo 2: 1 (uma) embarcação locada com 11 diárias para o item 3 e 8 diárias para o item 4, deslocamento para eixo Rio Negro, compreendendo o trecho Manaus-AM, Barcelos-AM, Santa Isabel do Rio Negro-AM;
- As contratações descritas serão locadas simultaneamente no mês de junho de 2022.

Dessa forma, a quantidade solicitada na presente licitação visa atender as demandas logísticas e operacionais desse Grande Comando Territorial, em prol da Operação Amazônia, não havendo superestimação de dos itens solicitados.

3. Área requisitante

ÁreaRequisitante	Responsável
CentrodeCoordenaçãodeOperaçõesLogístic -CCOL/12ªRM	**ANTONIO CARLOS CABRAL DA HA– CelCel**

4. Descrição dos requisitos da contratação

A empresa contratada deverá dispor de mão-de-obra especializada para fins de obediência às especificações descritas no Edital e deverão obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes.

Deverá possuir experiência no mercado demonstrada através de atestado de capacidade técnica o qual deverá constar serviços similares;

A Contratada, na prestação do serviço deverá apresentar os seguintes documentos estatutários em vigor definidos pela NORMAM-02/DPC, a saber:

- Cartão de Tripulação de Segurança (CTS);
- Provisão de Registro de Propriedade Marítima (PRPM), para embarcações com mais de 100 AB (Arqueação Bruta), ou Título de Inscrição da Embarcação (TIE), para embarcações com AB (Arqueação Bruta) igual ou inferior a 100;
- Certificado Nacional de Borda Livre, exceto para embarcações com AB menor ou igual a 50, ou comprimento de Regra (L) inferior a 20 metros;
- Certificado Nacional de Arqueação, para embarcações com AB igual ou superior a 50, ou Notas para Arqueação de Embarcações, para embarcações com AB inferior a 50;
- Certificado de Segurança da Navegação (CSN);
- Licença de Estação do Navio, emitida pela ANATEL; e
- Registro na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Deverá na prestação do serviço dispor de mão-de-obra especializada para fins de obediência às especificações descritas neste Termo de Referência e no Aviso de Dispensa Eletrônica, devendo obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes.

Deverá possuir experiência no mercado demonstrada através de atestado de capacidade técnica o qual deverá constar serviços similares.

Os Serviços de Locação de Embarcação Regional para Transporte de Cargas e/ou Passageiros serão executados em conformidade com as descrições descriminados abaixo:

Apresentar a lista de tripulantes, com as cópias das carteiras profissionais, em até 3 (três) dias anteriores a data de realização do serviço, para conferência por parte do fiscal de contrato.

Será realizada vistoria na Embarcação que irá prestar o serviço em até 2 (dois) dias

anteriores a realização do serviço, a fim de conferir as condições gerais da embarcação, e as características das descrições dos itens, a contratada terá até 2 (dois) dias para sanar as irregularidades encontradas na vistoria.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. Levantamento de mercado

Foram realizadas pesquisas do valor praticados no mercado, através da plataforma digitai Painel de Preços do Governo Federal, em conformidade com a IN 03/2017- MPDG, onde se contatou que não à serviços licitados que atenda satisfatoriamente as características necessárias para a execução do transporte logístico pela 12ª RM, sendo realizada a pesquisa com fornecedores locais, a pesquisa está em documento anexo (Mapa Comparativo de Preços), o relatório que do Painel de Preço onde constam a pesquisa realizada encontra-se anexo ao mapa comparativo.

6. Descrição da solução como um todo

A Contratação de empresa especializada na prestação de **Serviço de Locação deEmbarcação Regional para transporte de Cargas e/ou Passageiros** deverá estáconforme especificações deste ETP, ratificadas no Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste instrumento;

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7. Estimativa das quantidades a serem contratadas

As quantidades descritas no presente foram estimadas através da necessidade de transporte de tropas do Exército Brasileiro (EB), na Operação Amazônia 2022, exercício de defesa externa que está entre os maiores realizados pelo EB, mobilizando militares de várias unidades que serão transportados pelos rios da Amazônia, conforme o descriminado do 2. Descriçãodanecessidade deste ETP, durante o período que compreenderá da 2º semana a 4º semana do mês de junho de 2022.
O serviço de locação será executado com as seguintes quantidades e características:

[redacted]

FL Nº 116

CATSER	GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD TOTAL
4189	1	1	Locação de embarcação, para transporte de cargas e passageiros com capacidade de no mínimo 120 (cento e vinte) militares equipados, e material coletivo conforme a necessidade da contratante; a embarcação deverá possuir calado compatível para navegação nos principais rios e afluentes da bacia hidrográfica Amazônica. frigorificados; gerador (principal e reserva) com capacidade de prover energia para todos os equipamentos orgânicos da embarcação e os conduzidos pelos militares, além da iluminação própria da embarcação, devendo permanecer ligado durante todo o período da locação. Capacidade mínima de carga de 40 (quarenta) toneladas; casco metálico, 01 (um) bote com capacidade de 800 Kg com motor de popa instalado de no mínimo 40 HP para casos de pane mecânica. Todo material para o perfeito funcionamento da embarcação, permitindo a navegação diurna e noturna, em percurso abrangendo a Região dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, partindo dos locais a serem determinados pelo comando da 12ª Região Militar, e conforme a disponibilidade hidroviária no período de locação das embarcações; **sem provimento de alimentação para os passageiros**; com fornecimento de água mineral, combustível e aditivos pelo contratado.	Diária	20
		2	Diária de embarcação parada (atracada), sem fornecimento de alimentação. A mesma descrição detalhada do item 1, do grupo 1 deste Termo de Referência.	Diária	10
4189	2	3	Locação de embarcação, para transporte de cargas e passageiros com capacidade de no mínimo 180 (cento e oitenta) militares equipados, e material coletivo conforme a necessidade da contratante; a embarcação deverá possuir calado compatível para navegação nos principais rios e afluentes da bacia hidrográfica Amazônica; gerador (principal e reserva) com capacidade de prover energia para todos os equipamentos orgânicos da embarcação e os conduzidos pelos militares, além da iluminação própria da embarcação, devendo permanecer ligado durante todo o período da locação. Capacidade mínima de carga de 40 (quarenta) toneladas; casco metálico, 01 (um) bote com capacidade de 800 Kg com motor de popa instalado de no mínimo 40 HP para casos de pane mecânica. Todo material para o perfeito funcionamento da embarcação, permitindo a navegação diurna e noturna, em percurso abrangendo a Região dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará,Rondônia e Roraima, partindo dos locais a serem determinados pelo comando da 12ª Região Militar, e conforme a disponibilidade hidroviária no período de locação das embarcações; **sem provimento de alimentação para os passageiros**; com fornecimento de água mineral, combustível e aditivos pelo contratado.	Diária	26
		4	Diária de embarcação parada (atracada), sem fornecimento de alimentação. A mesma descrição detalhada do item 3, do grupo 2 deste Termo de Referência.	Diária	14

8. Estimativa de valor da contratação

FL Nº 117

Os valores de referência apresentados no presente foram oriundos de cotação ampla, detalhada, transparente, cuidadosa, de modo a se configurar um juízo seguro de que os preços orçados estão compatíveis com os que são praticados comumente no mercado, sendo observados, inclusive, a utilização de forma combinada ou não dos parâmetros, atento ainda as prioridades elencadas na IN 03/2017- MPDG, utilizando as plataformas digitais Painel de Preços do Governo Federal, e cotação de fornecedores locais (quantidades descritas no item 1.1. do termo de referência/mapa comparativo de preços).

A despesa total estimada da contratação é de R$ 1.758.172,28 (um milhão, setecentos e cinquenta e oito mil e vinte oito reais), conforme mapa comparativo de preços anexo.

9. Justificativa para parcelamento ou não da solução

O objeto referente a esta dispensa (Serviço de Locação de Embarcação regional para transporte de cargas e passageiros), utilizará diárias em deslocamento, e diárias atracadas, durante a execução do exercício operacional, tendo em vista que ocorrerão atraso e prejuízo maior se a embarcação empregada retornar para a sede, devido às grandes distâncias e longos períodos de viagem pelos rios amazônicos.

Sendo assim, é viável que o processo de dispensa seja realizado por grupos de itens, com o intuito de honrar o princípio da economicidade, com a redução de gastos com o deslocamento desnecessário durante a locação, como demonstrado na pesquisa de preços, a diferença monetária entre o valor da diária parada (atracada) e diária em deslocamento.

Utilizando-se do agrupamento em dois grupos de itens, será viabilizado a prestação dos serviços, atendendo as características da Operação Militar supracitada.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não houve realização anteriores de Ata de Registro de Preço, referentes a esses serviços, para atender ao Comando da 12ª Região Militar e Organizações Militares do Comando Militar, sendo os quantitativos e características dos serviços solicitados, provenientes da necessidade de atender ao transpor para o exercício operacional.

11. Alinhamento entre a contratação e o planejamento

O objeto desta dispensa esta previsto no plano anual de contratações, onde os recursos necessários para a realização dos serviços serão descentralizados para atender a demanda, supracitada.

12. Resultados pretendidos

Atender as demandas de mobilização de tropas e materiais da Operação Amazônia no ano de 2022, com emprego de militares e meios no Rio Solimões, Rio Negro e Rio Japurá. Atendendo ao planejamento de estratégico, e execução das ações militares nos rincões da Amazônia. Onde a presença das tropas do EB, visa combater os ilícitos praticados nas áreas fronteiriças, assim como garantir a soberania do território nacional.

13. Providências a serem adotadas

A contratação será realizada por meio de procedimento administrativo vinculado que determinarão, através de seu Termo de Referência e Aviso de Dispensa de Licitação, todos os critérios objetivos da seleção da proposta mais vantajosa, utilizando o critério de julgamento de menor preço, e com fiel observância aos princípios da isonomia, da legalidade, da igualdade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, do julgamento objetivo, da

FL Nº 118

probidade administrativa e demais princípios correlatos.

Acompanhamento rigoroso das ações previstas no ETP apresentado para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

14. Possíveis impactos ambientais e tratamentos

A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

Na manutenção da embarcação, use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro e 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Os estudos preliminares evidenciaram que a realização de contratação de Serviço de Locação de Embarcação regional para transporte de cargas e passageiros mostram-se viáveis tecnicamente. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação da solução pretendida.

Manaus-AM, 20 de maio de 2022.

[redacted]

ANDERSON CORRÊA DOS SANTOS – Cel
Chefe de Equipe de Planejamento da Contratação

[redacted]

FÁBIO MACHADO MONTEIRO DOS SANTOS-TC
Membro da equipe de planejamento

[redacted]

ANDERSON TIAGO DE FREITAS NORONHA – 3º Sgt
Membro da equipe de planejamento

FL Nº 119

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 038
NUP: 64321.011756/2022-58

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de**Serviço de Locação deEmbarcação Regional para transporte de Cargas e/ou Passageiros,**conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

CATSER	GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL
4189	1	1	Locação de embarcação, para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 120 (cento e vinte) militares equipados, e material coletivo conforme a necessidade da contratante; a embarcação deverá possuir calado compatível para navegação nos principais rios e afluentes da bacia hidrográfica amazônica. frigorificados; gerador (principal e reserva) com capacidade de prover energia para todos os equipamentos orgânicos da embarcação e os conduzidos pelos militares, além da iluminação própria da embarcação, devendo permanecer ligado durante todo o período da locação.Capacidade mínima de carga de 40 (quarenta) toneladas; casco metálico, 01 (um) bote com capacidade de 800 Kg com motor de popa instalado de no mínimo 40 HP para casos de pane mecânica. Todo material para o perfeito funcionamento da embarcação, permitindo a navegação diurna e noturna, em percurso abrangendo a Região dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, partindo dos locais a serem determinados pelo comando da 12ª Região Militar,e conforme a disponibilidade hidroviária no período de locação das embarcações: **semprovimento de alimentação para os passageiros**; com fornecimento de água mineral, combustível e aditivos pelo contratado.	Diária	20	R$ 26.030,13	R$ 520.602,53
		2	Diária de embarcação parada (atracada), sem fornecimento de alimentação. A mesma descrição detalhada do item 1, do grupo 1 deste Termo de Referência.	Diária	10	R$ 16.899,64	R$ 168.996,40

[redacted]

[redacted]

VALOR TOTAL DO GRUPO 1						R$ 689.598.93	
4189	2	3	Locação de embarcação, para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 180(cento e oitenta) militares equipados, e material coletivo conforme a necessidade da contratante; a embarcação deverá possuir calado compatível para navegação nos principais rios e afluentes da bacia hidrográfica Amazônica; gerador (principal e reserva) com capacidade de prover energia para todos os equipamentos orgânicos da embarcação e os conduzidos pelos militares, além da iluminação própria da embarcação, devendo permanecer ligado durante todo o período da locação.Capacidade mínima de carga de 40 (quarenta) toneladas; casco metálico, 01 (um) bote com capacidade de 800 Kg com motor de popa instalado de no mínimo 40 HP para casos de pane mecânica. Todo material para o perfeito funcionamento da embarcação, permitindo a navegação diurna e noturna, em percurso abrangendo a Região dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, partindo dos locais a serem determinados pelo comando da 12ª Região Militar,e conforme a disponibilidade hidroviária no período de locação das embarcações; **semprovimento de alimentação para os passageiros**; com fornecimento de água mineral, combustível e aditivos pelo contratado.	Diária	26	R$ 31.474,51	R$ 818.337,35
		4	Diária de embarcação parada (atracada), sem fornecimento de alimentação. A mesma descrição detalhada do item 3, do grupo 2 deste Termo de Referência.	Diária	14	R$ 17.874,00	R$ 250.236,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 2						R$ 1.068.573,35	
VALOR TOTAL DO SERVIÇO							R$ 1.758.172,28

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de Locação de Embarcação Regional para Transporte de Cargas e Passageiros.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O contrato terá vigência pelo período de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado com base no art. 111, da Lei nº 14.133/2021.

1.6. Caso ocorram possíveis eventos supervenientes que possam causar impacto na previsão de eventual necessidade da contratação será realizado unilateralmente pela Administração termo aditivo, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto, conforme disposto no inciso I, do art. 124, da Lei nº 14.133/2021, respeitando-se os limites de alteração previstos no art. 125, da Lei nº 14.133, de 2021.

[redacted]

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

[redacted]

FL Nº 121

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante dispensa de licitação, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUESITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A Contratada, na prestação do serviço deveráapresentar os seguintes documentos estatutários em vigor definidos pela NORMAM-02/DPC, a saber:

5.1.2.1. Cartão de Tripulação de Segurança (CTS);

5.1.2.2. Provisão de Registro de Propriedade Marítima (PRPM), para embarcações com mais de 100 AB (Arqueação Bruta), ou Título de Inscrição da Embarcação (TIE), para embarcações com AB (Arqueação Bruta) igual ou inferior a 100;

5.1.2.3. Certificado Nacional de Borda Livre, exceto para embarcações com AB menor ou igual a 50, ou comprimento de Regra (L) inferior a 20 metros;

5.1.2.4.Certificado Nacional de Arqueação, para embarcações com AB igual ou superior a 50, ou Notas para Arqueação de Embarcações, para embarcações com AB inferior a 50;

5.1.2.5. Certificado de Segurança da Navegação (CSN);

5.1.2.6. Licença de Estação do Navio, emitida pela ANATEL; e

5.1.2.7. Registro na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

5.1.3. Deverá na prestação do serviço dispor de mão-de-obra especializada para fins de obediência às especificações descritas neste Termo de Referência e no Aviso de Dispensa Eletrônica, devendo obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes.

5.1.4. Deverá possuir experiência no mercado demonstrada através de atestado de capacidade técnica o qual deverá constar serviços similares.

5.1.5. Os Serviços de Locação de Embarcação Regional para Transporte de Cargas e/ou Passageiros serão executados em conformidade com as descrições descriminados abaixo:

5.1.5.1. Apresentar a lista de tripulantes, com as cópias dascarteiras profissionais, em até 3 (três) dias anteriores a data de realização do serviço, para conferência por parte do fiscal de contrato.

[redacted]

FL Nº 122

5.1.5.2. Será realizada vistoria na Embarcação que irá prestar o serviço em até 2 (dois) dias anteriores a realização do serviço, a fim de conferir as condições gerais da embarcação, e as características das descrições dos itens, a contratada terá até 2(dois) dias para sanar as irregularidades encontradas na vistoria.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENBILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica como requisito previsto em lei especial.

6.1.1. A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

6.1.1.1Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata; e

c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado [redacted] nãoreciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

6.1.2. A contratada deverá comprovar por meio de certificado, declaração ou documento de comprovação que promove o cumprimento, naquilo que lhe couber, dos objetivos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos constantes na Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a saber:

a. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado [redacted] responsável técnico devidamente habilitado.

b. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

- lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e

- outras formas vedadas pelo poder público.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. A contratação será realizada da seguinte forma:

7.1.1.1.Grupo1: 1 (uma) embarcação locada com 10 diárias do item 1 e 5 diárias do item 2, deslocamento para o eixo Rio Negro, compreendendo o trecho Manaus-AM, Barcelos-AM, Santa Isabel do Rio Negro-AM;

7.1.1.2. Grupo1: 1 (uma) embarcação locada com 10 diárias do item 1 e 5 diárias do item 2, deslocamento para o eixo Rio Negro, compreendendo o trecho Manaus-AM, São Gabriel da Cachoeira-AM;

7.1.1.3. Grupo2: 1 (uma) embarcação locada com 15 diárias para o item 3 e 6 diárias do item 4, deslocamento parao eixo Solimões/Japurá, compreendendo os trechos Manaus-AM, Tefé-AM, Japurá-AM;

7.1.1.4. Grupo2: 1 (uma) embarcação locada com 11 diárias para o item 3 e 8 diárias para o item 4, deslocamento para eixo Rio Negro, compreendendo o trecho Manaus-AM, Barcelos- AM, Santa Isabel do Rio Negro-AM;

7.1.1.5.A contratação descrita nos itens 7.1.1.1, 7.1.1.2, 7.1.13. e 7.1.1.4., serão locadas simultaneamente no mês de junho de 2022.

7.1.2. Os serviços serão contratados em estrita obediência à legislação que regula a atividade, em especial quanto aos padrões de segurança, bem como, às condições especificadas no Aviso de Licitação Eletrônica e seus anexos.

7.1.3. A solicitação dos serviços será de inteira responsabilidade e iniciativa da 12ª RM, cabendo-lhe todos os atos da administração junto aos fornecedores e serão formalizados por intermédio de nota de empenho.

7.1.4. A Administração não emitirá qualquer solicitação dos serviços sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

7.1.5. A convocação dos fornecedores será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar a solicitação dos serviços, além da menção ao item a que se refere.

7.1.6. O fornecedor convocado na forma do item anterior que não comparecer no prazo estipulado para retirar a solicitação, estará sujeito às sanções previstas no Aviso de Licitação, e seus anexos.

FL Nº 129

7.1.7. O fornecedor fica obrigado em atender a todas as solicitações efetuadas após o recebimento da nota de empenho, mesmo que a entrega esteja prevista para data posterior ao seu vencimento.

7.1.8. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato.

7.1.9. Por ocasião da solicitação da prestação do serviço pela contratante, está deverá informar à contratada, a data da viagem, o efetivo, equipamento a ser transportado e o destino da viagem, bem como outras informações que a contratada julgue necessárias para uma melhor prestação do serviço.

7.1.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal de contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.1.11. Nos casos em que houver a impossibilidade da realização do serviço licitado, dentro do prazo estipulado, em decorrência de caso fortuito ou de força maior, o fornecedor deverá comunicar ao Comando da 12ª Região Militar com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data prevista para a realização do serviço, apresentando os motivos e as devidas justificativas. A Administração analisará os motivos e as justificativas mencionadas pelo Contratado e, conforme o caso poderá prorrogar o prazo anteriormente fixado.

7.1.12. A diária fica definida por um período de 24 (vinte e quatro) horas.

7.1.13. A diária inicia-se com o recebimento do bem fretado ou alugado e termina com o fim do número de diárias contratadas.

7.1.14. Para cálculo do quantitativo de diárias a serem contratadas: o serviço quando iniciar fora da Guarnição de Manaus-AM, a contratada deverá considerar o deslocamento da guarnição, até a localidade indicada pela 12ª Região Militar e o retorno ao local onde se encontrava inicialmente.

7.1.15. Tempo findo da última "diária" solicitada, a Contratada deverá ter uma tolerância de até 8 (oito) horas, sem cobrar diária extra,após o prazo de tolerância, a Contratada poderá cobrar nova diária.

7.1.16. Os encargos portuários para atracação, embarque e desembarque de material relativosà locação de embarcação correrá por conta da contratada.

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas na solicitação de serviços pelo Comando da 12ª Região Militar, promovendo sua substituição quando necessário.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes característica:

9.1.1. O serviço de fretamento de embarcação regional para transporte de cargas e passageiros, deverá contemplar no transporte de pessoal as bagagens e equipamentos que serão utilizados pelos passageiros, nas atividades exercidas pelo Comando da 12ª Região Militar.

FL Nº 125

9.1.2. A contratada deve fornecer tripulação para o tipo e o porte da embarcação conforme a legislação em vigor, de acordo com o seu Cartão de Tripulação de Segurança (CTS).

9.1.3. No período em que estiver locada a embarcação, deverá haver o serviço de limpeza e higiene das instalações por conta da contratada.

9.1.4. Fica a contratada responsável por todas as despesas em decorrência de extravio, danos ou atraso com os materiais transportados, e bagagem dos passageiros.

9.1.5. As despesas com seguros, descargas, outros acessórios e os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais) que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta, serão da responsabilidade da empresa contratada.

9.1.6. A empresa será informada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias para eventual realização do serviço.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas.

10.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

10.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

FL Nº 126

10.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.11.Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1.Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

11.2.Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.3.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.4.Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

11.5.Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

11.6.Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadualou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.7.Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

11.8.Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9.Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10.Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11.Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.12.Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.13.Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14.Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15.Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.16.Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.17.Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.18.Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.19.Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

11.20.Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

11.21.Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11.22.Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a"e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

> 11.22.1.O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações; e
>
> 11.22.2.Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a

sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.23. Manter atualizado os documentos estatutários definidos pela NORMAM-02/DPC, para operação das embarcações.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

12.1.1. É vedada a subcontratação completa da obrigação.

12.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

12.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.4. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, nos percentuais máximo de 50% (cinquenta por cento), atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

12.4.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

12.4.2. No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015.

12.4.3. A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de10 dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

12.4.4. A empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

12.4.5. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

12.4.5.1. Microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.4.5.2. Consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.4.5.3. Consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

12.4.6. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

12.4.7. São vedadas:

12.4.7.1. A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

12.4.7.2. A subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1.É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1.A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 125, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.3.O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4.O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5.As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6.A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

14.7.Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.8.O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.9.Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.10.A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a

excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.11.Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

14.12.O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

15.1. A execução do objeto utilizará o disposto no item 7.1, deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.2.1. não produziu os resultados acordados;

15.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e

15.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

16.3.O recebimento provisório será realizado pelo fiscal de contrato, após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados

pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3.O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização,com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contratoà custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

17.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no § 4º art. 91, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.5.1. o prazo de validade;

17.5.2. a data da emissão;

17.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.5.4. o período de prestação dos serviços;

17.5.5. o valor a pagar; e

17.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad \frac{I = (6 / 100)}{365} \qquad I = 0{,}00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contato da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação; e

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

19.1.1. Pela forma de contratação, que é por demanda e pela forma de pagamento que acontece somente após a entrega definitiva do serviço, com ateste da Nota Fiscal pelo gestor do contrato, não há risco para administração.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i)**Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de**:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2,** abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

FL Nº 136

20.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

20.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02

5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia.	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

20.6.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

20.6.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

20.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público

20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

2.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

21.3.1.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

FL Nº 139

21.3.1.1.2.Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

21.3.1.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.3.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

Ovalor de referência para a contratação, para fins de aplicação do menor preço, será R$ 1.758.172,28 (um milhão, setecentos e cinquenta e oito mil e vinte oito reais).

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Manaus - AM, 23 de maio de 2022.

[redacted]

RENATO LIMA DOS SANTOS– Cel
Chefe do Centro de Coordenação de Operações Logísticas da 12ª Região Militar

[redacted]

ANDERSON CORRÊA DOS SANTOS – Cel
Chefe de Equipe de Planejamento da Contratação

[redacted]

FÁBIO MACHADO MONTEIRO DOS SANTOS-TC
Membro da equipe de planejamento

[redacted]

ANDERSON TIAGO DE FREITAS NORONHA – 3º Sgt
Membro da equipe de planejamento

FL Nº 140

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Reconheço a necessidade da dispensa eletrônica, concordo com as justificativas e declarações exaradas neste Termo, tendo-o como motivado e em conformidade com o Art. 75, inciso III, alínea a, e inciso VIII da Lei n° 14.133/2021, de 1 de abril de 2021, bem como, aprovo este Termo de Referência tendo em vista o mesmo atender ao disposto na Legislação da modalidade de dispensa de licitação para a contratação eventual deempresa para prestação de Serviço de Locação de Embarcação Regional para Transporte de Cargas e/ou Passageiros.

Manaus - AM, 23 de maio de 2022.

[redacted]

ÉBER DEWET MOREIRA DA SILVA – TC
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

FL Nº 141

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(REGIÃO MENDONÇA FURTADO)

MOTIVAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
(NUP 64321.011756/2022-58)

Conforme determina o inciso IV do artigo 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório.

De início, apresenta-se como justificativa para a presente Dispensa de Licitação o que preconiza os ditames da letra *a*, inciso *III e* inciso *VIII*, do Art. 75, da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a saber:

> *"Art. 75. É dispensável a licitação:*
> *III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:*
> *a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas"*
> *VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;*

[redacted]

Esta Unidade Gestora realizou o Pregão Eletrônico nº 04/2022, cujo o objeto é locação de embarcações fluviais para transporte de cargas e/ou passageiros.

FL Nº 192

Acontece que, na fase da habilitação das propostas dos fornecedores, no quesito qualificação técnica, o pregoeiro, munido do Edital, constatou que não houve comprovação cumulativa dos requisitos estabelecidos no aviso de Licitação, por intermédio de todas as proposições dos licitantes e, logo após o término dos procedimentos administrativos necessários, o certame mudou seu status para "FRACASSADO".

Dito isto, vale ressaltar as necessidades do Exército Brasileiro, em especial, das Organizações Militares da Região Amazônica, relativas às diversas operações de adestramento, as quais o Comando da 12ª Região Militar tem a responsabilidade da organização logística. O adestramento militar na área da região Amazônica é importante fator de dissuasão previstos, nos Planos Estratégicos do Exército na proteção desta rica e desejada localidade brasileira.

Além dos aspectos operacionais, o Exército contribui com a população do interior do Amazonas com atividades cívico-sociais, atendimentos médicos, distribuição de medicamentos, palestras educativas, distribuição de materiais informativos de prevenção à COVID-19 e de preservação ambiental.

O Comando da 12ª Região Militar é responsável por fornecer o apoio logístico e administrativo para as operações militares no âmbito do Comando Militar da Amazônia. Nesse sentido, é dever deste Grande Comando Territorial realizar a função logística de transporte na Área de Responsabilidade Logística da Amazônia (ARPLAO)

A fisiogragia da ARPLAO é caracterizada por possuir mais vias fluviais em detrimento das terrestres. Desse modo, os deslocamentos logísticos e operacionais nas diversas atividades do Comando Militar da Amazônia são realizadas através de Hidrovias.

Para essas atividades, os meios disponíveis das Organizações Militares da Amazônia são insuficientes para os grandes e intricados deslocamentos, fazendo-se necessárias contratações de empresas civis especializadas no fornecimento de embarcações específicas para desdobrar tropas e materiais no terreno.

[redacted]

Com efeito, o Pregão Eletrônico já mencionado acima, teria o escopo de apoiar todas as possíveis demandas operacionais e administrativas a serem realizadas durante o ano corrente, porém, com o fracasso do certame licitatório, e a necessidade de apoiar a "Operação Amazônia", atividade de grande vulto para o Exército brasileiro, esta Administração decidiu realizar processo emergencial para este fim.

FL Nº 143

Do exposto, e por força de lei, todas as condições previstas no edital fracassado foram mantidas, adaptando apenas os dispositivos para mencionada operação específica, assim demonstrando a vantajosidade da contratação direta, uma vez que, os valores da presente Dispensa de Licitação apresentam economia de custos para a administração em relação ao processo anterior.

Manaus-AM, 23 de maio de 2022.

[redacted]

EBER DEWET MOREIRA DA SILVA – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

FL Nº 194

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 06/2022

TERMO DE AJUSTE DE ITENS PARA LANÇAMENTO DA DISPENSA

Em razão das dificuldades encontradas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASGnet), Módulo Divulgação de Compras do Portal de Compras Governo Federal, em registrar os itens previstos no Termo de Referência, que não permitem lançamento de itens em grupo, fez-se necessário novo reordenamento de itens, conforme quadro abaixo, que reproduz as mesmas condições previstas nos itens 1.1 e 7.1.1 do Termo de Referência:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Total Estimado
1	Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 120 (cento e vinte) militares equipados e material coletivo, conforme item 1 do Termo de Referência. A oferta deverá incluir 10 (dez) diárias em deslocamento e 5 (cinco) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / Barcelos-AM / Santa Isabel do Rio Negro-AM	Serviço	1	R$ 344.799,50
2	Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 120 (cento e vinte) militares equipados e material coletivo, conforme item 1 do Termo de Referência. A oferta deverá incluir 10 (dez) diárias em deslocamento e 5 (cinco) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / São Gabriel da Cachoeira-AM	Serviço	1	R$ 344.799,50
3	Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 180 (cento e oitenta) militares equipados e material coletivo, conforme item 3 do Termo de Referência. A oferta deverá incluir 15 (quinze) diárias em deslocamento e 6 (seis) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / Tefé-AM / Japurá-AM	Serviço	1	R$ 579.361,65
4	Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros	Serviço	1	R$ 489.211,63

[redacted]

FL Nº 145

	com capacidade de 180 (cento e oitenta) militares equipados e material coletivo, conforme item 3 do Termo de Referência. A oferta deverá incluir 11 (onze) diárias em deslocamento e 8 (oito) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / Barcelos-AM / Santa Isabel do Rio Negro-AM			
			VALOR TOTAL DO SERVIÇO	**R$ 1.758.172,28**

Após a disputa de lances, o fornecedor deverá apresentar a planilha de custos e formação de preços, contendo o somatório de diárias para cada item vencido, de forma a justificar o valor global ofertado.

Manaus-AM, 23 de maio de 2023.

[redacted]

ÉBER DEWET MOREIRA DA SILVA - TC
Ordenador de Despesas do Comando da 12ª Região Militar

FL Nº 146

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2022
(Processo Administrativo n.° 64321.011756/2022-58)

Torna-se público que o Comando da 12ª Região Militar, por meio da Seção de Aquisições Licitações e Contratos (SALC), realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso III, alínea a) e inciso VIII, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 27/05/2022
Link: www.gov.br/compras
Horário da Fase de Lances: 8:00 às 15:00

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Locação de Embarcação Regional para transporte de Cargas e/ou Passageiros, por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Total Estimado
1	Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 120 (cento e vinte) militares equipados e material coletivo, conforme item 1 do Termo de Referência. A oferta deverá incluir 10 (dez) diárias em deslocamento e 5 (cinco) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / Barcelos-AM / Santa Isabel do Rio Negro-AM	Serviço	1	R$ 344.799,50
2	Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 120 (cento e vinte) militares equipados e material coletivo, conforme item 1 do Termo de Referência. A oferta deverá incluir 10 (dez) diárias em deslocamento e 5 (cinco) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / São Gabriel da Cachoeira-AM	Serviço	1	R$ 344.799,50

[redacted]

3	Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 180 (cento e oitenta) militares equipados e material coletivo, conforme item 3 do Termo de Referência. A oferta deverá incluir 15 (quinze) diárias em deslocamento e 6 (seis) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / Tefé-AM / Japurá-AM	Serviço	1	R$ 579.361,65
4	Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 180 (cento e oitenta) militares equipados e material coletivo, conforme item 3 do Termo de Referência. A oferta deverá incluir 11 (onze) diárias em deslocamento e 8 (oito) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / Barcelos-AM / Santa Isabel do Rio Negro-AM	Serviço	1	R$ 489.211,63
			VALOR TOTAL DO SERVIÇO	**R$ 1.758.172,28**

1.2.1. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente; e

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

[redacted]

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. Sociedades Cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções

[redacted]

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91; e

3.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

[redacted]

FL Nº 150

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R$5,00 (cinco reais).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

[redacted]

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

[redacted]

FL Nº 152

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO e ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

[redacted]

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

[redacted]

FL Nº 159

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame; e

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

[redacted]

FL Nº 155

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data; e

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

[redacted]

FL Nº 156

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Termo de ajuste de itens para lançamento da dispensa eletrônica;

9.13.2. ANEXO II - Documentação exigida para Habilitação;

9.13.3. ANEXO III – Termo de Referência;

9.13.3.1. ANEXO III.1 – Estudo Técnico Preliminar

9.13.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

9.13.5. ANEXO V – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços; e

9.13.6. ANEXO VI – Modelo de Declaração Independente da Proposta.

[redacted]

FL Nº 157

Manaus-AM, 23 de maio de 2022

Éber Dewet Moreira da Silva - TC
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País; e

1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos

[redacted]

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; e

2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais **ou** municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3 Qualificação Econômico-Financeira:

3.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

3.1.1 As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.1.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3.2.1 As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

4 Qualificação Técnica

4.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

[redacted]

FL Nº 159

4.1.1.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.1.1.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

4.1.1.3 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

4.1.1.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

4.2 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

4.3 A Contratada, na prestação do serviço deverá apresentar os seguintes documentos estatutários em vigor definidos pela NORMAM-02/DPC, a saber:

4.3.1 Cartão de Tripulação de Segurança (CTS);

4.3.2 Provisão de Registro de Propriedade Marítima (PRPM), para embarcações com mais de 100 AB (Arqueação Bruta), ou Título de Inscrição da Embarcação (TIE), para embarcações com AB (Arqueação Bruta) igual ou inferior a 100;

4.3.3 Certificado Nacional de Borda Livre, exceto para embarcações com AB menor ou igual a 50, ou comprimento de Regra (L) inferior a 20 metros;

4.3.4 Certificado Nacional de Arqueação, para embarcações com AB igual ou superior a 50, ou Notas para Arqueação de Embarcações, para embarcações com AB inferior a 50;

4.3.5 Certificado de Segurança da Navegação (CSN);

4.3.6 Licença de Estação do Navio, emitida pela ANATEL; e

4.3.7 Registro na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

4.4 Deverá na prestação do serviço dispor de mão-de-obra especializada para fins de obediência às especificações descritas neste Termo de Referência e no

[redacted]

FL Nº 160

Aviso de Dispensa Eletrônica, devendo obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes..

[redacted]

Compras.gov.br

FL Nº 161

Aviso 11/05/2022 12:42:10

Srs licitantes, a Administração da 12ªRegião Militar torna público através deste aviso que, os itens constituintes dos grupos 1, 2 e 3 (que envolvem fornecimento de alimentação) serão cancelados, quando da execução do pregão eletrônico, sobre a análise do Princípio da Eficiência Administrativa e em virtude da necessidade do reforço do quesito de segurança alimentar envolvida, otimizando a atividade administrativa do Processo Licitatório, buscando maior segurança e o maior benefício com menor custo para os cofres públicos. Desta forma, as propostas, para os itens restantes(grupos não cancelados), não serão afetadas.

Fechar

Compras.gov.br

FL Nº 162

Aviso 25/05/2022 12:26:06

Em razão do pregão nº 04/2022 ter sido encerrado na condição de "fracassado" (nenhuma das propostas válidas) e pela urgência da contratação de locação de embarcações para a Operação Amazônia, foi solicitado que fosse registrado no referido certame licitatório, de forma prévia a sua homologação, a informação de que o objeto demandado será contratado por meio da Dispensa de Licitação nº 06/2022, já disponibilizada no "SIASG - Divulgação de Compras", aberto para propostas de 25 de maio de 2022 até às 15h do 27 de maio de 2022. Tal informação faz-se necessária com objetivo de ampliar a competição na disputa de ofertas da retromencionada dispensa licitação.

Fechar

Portal Nacional de Contratações Públicas

> Editais

FL Nº 163

Aviso de Contratação Direta nº 00006/2022

Acessar Contratação

Ultima atualização 24/05/2022

Local: Manaus/AM **Órgão:** COMANDO DO EXERCITO **Unidade compradora:** 160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Modalidade da compra: Dispensa de Licitação **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, III, a **Tipo:** Aviso de Contratação Direta **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 24/05/2022 **Data de início de recebimento de propostas:** 24/05/2022 11:29 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 27/05/2022 07:59 (horario de Brasilia)

Id contratação PNCP: 00394452000103-1-002478/2022 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Locação de Embarcação Regional para transporte de Cargas e/ou Passageiros, por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigencias estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Informação complementar:

Pregão realizado com o referido objeto deu fracassado.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 1.758.172,28	R$ 1.053.490,00

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	[illegible]	1	R$ 344.799,50	R$ 344.799,50	
2	[illegible]	1	R$ 344.799,50	R$ 344.799,50	
3	[illegible]	1	R$ 579.361,65	R$ 579.361,65	
4	[illegible]	1	R$ 489.211,63	R$ 489.211,63	

Exibir 1-4 de 4 itens Página

< Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correlude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

[illegible]

[illegible]

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Compras.gov.br

> Seleção de fornecedores - Adjudicação/Homologação

Seleção de fornecedores - Adjudicação/Homologação

FL Nº 169

Dispensa Eletrônica N° 6/2022

Disput

UASG 160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Itens | Fornecedores

21.263.068/0001-33

LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA

Itens habilitados 2 de 2

06.820.212/0001-00

SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

Itens habilitados 1 de 1

07.612.370/0001-29

PIMENTEL TURISMO E TRANSPORTES LTDA

Itens habilitados 0 de 0

08.595.121/0001-35

ARAUJO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E NAVEGACAO EIRELI

Itens habilitados 0 de 0

07.857.759/0001-34

FL Nº 165

Compras.gov.br

32.661.558/0001-04
ME / EPP

M O S DAMASCENA EIRELI

Itens habilitados 0 de 0

23.904.788/0001-66
ME / EPP

LMX DO BRASIL COMERCIO DE UTILIDADES LTDA

Itens habilitados 0 de 0

44.416.759/0001-25
ME / EPP

JANAINA DE OLIVEIRA SILVA 70586702261

Itens habilitados 0 de 0

REDES SOCIAIS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

FL Nº 166

Compras.gov.br

> Seleção de fornecedores - Adjudicação/Homologação > Dispensa Eletrônica : UASG 160014 - Nº 6/2022

Adjudicação/Homologação

Dispensa Eletrônica Nº 6/2022

UASG 160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Disputa Julgamento Habilitação Adjudicação/ Homologação

Itens Fornecedores

Exibindo 4 registro(s)

Todos os Itens

1 RETAMENTO

Quantidade: 1
Valor estimado (unitário): R$ 344.799,5000

Negociação: Encerrada

2 RETAMENTO

Quantidade: 1
Valor estimado (unitário): R$ 344.799,5000

Negociação: Encerrada

3 RETAMENTO

Quantidade: 1
Valor estimado (unitário): R$ 579.361,6500

Negociação: Encerrada

4 RETAMENTO

Quantidade: 1
Valor estimado (unitário): R$ 489.211,6300

REDES SOCIAIS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

FL Nº 167

Compras.gov.br

> Seleção de fornecedores - Adjudicação/Homologação

Seleção de fornecedores - Adjudicação/Homologação

Dispensa Eletrônica N° 6/2022

UASG 160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Disputa Julgamento Habilitação Adjudicação/ Homologação

ITEM 1 - FRETAMENTO

Quantidade: 1
Valor estimado (unitário): R$ 344.799,5000

Descrição detalhada:
Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 120 (cento e vinte) militares equipados e material coletivo, conforme item 1 do Termo de Referência. A oferta deverá incluir 10 (dez) diárias em deslocamento e 5 (cinco) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / Barcelos-AM / Santa Isabel do Rio Negro-AM

Quantidade solicitada	Unidade fornecimento	Critério de julgamento
1	UNIDADE	Menor Preço
Valor estimado (unitário)	**Valor estimado (total)**	**Intervalo mínimo entre Lances**
R$ 344.799,5000	R$ 344.799,5000	R$ 5,00

06.820.212/0001-00

SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

Valor ofertado (unitário): R$ 292.990,0000
Valor negociado (unitário): -

Negociação: Encerrada

PROPOSTA ANEXOS CHAT

Valor unitário da proposta	Valor unitário ofertado	Valor unitário negociado
R$ 344.799,5000	R$ 292.990,0000	-
Valor total da proposta	**Valor total ofertado**	**Valor total negociado**
R$ 344.799,5000	R$ 292.990,0000	-

Quantidade ofertada
1

Descrição detalhada
Locação de embarcação, para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 120 (cento e vinte) militares equipados, e material coletivo conforme a necessidade da contratante: e embarcação deverá possuir calado compatível para a navegação nos principais rios e afluentes da bácia hidrográfica amazónica. Frigorificados: gerador (principal e reserva) com capacidade de prover energia para tosos os equipamentos orgânicos da embarcação e os comduzidos pelos militares, além da iluminação própria da embracação, devendo permanecer ligado durante todo periodo da locação. Capacidade mínima de carga de 40 (quarenta) toneladas: Casco metálico, 01 (um) bote com capacidade de 800 Kg com motor de popa instalado de no mínimo 40 HP para casos de pane mecânica. Todo o material para o perfeito funionamento da embarcação. Permitindo a nevegação diurna e noturna, em percurso abrangendo a Região do estado do Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima, partindo dos locais a serem determinados pelo comando da 12° Região Militar, e conforme a disponibilidade hidroviária no periodo de locação das embarcações: sem provimento de alimentação para os passageiros: com fornecimento de água mineral, combustível e aditivos pelo contrato.A oferta inclui 10 (dez) diárias em deslocamento e 5 (cinco) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / Barcelos-AM / Santa Isabel do Rio Negro-AM.

FL Nº 168

Compras.gov.br

Valor ofertado (unitário): R$ 292.995,0000
Valor negociado (unitário): -

07.857.759/0001-34
R T COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO E TRANSPORTE DE CARGA LTDA
Valor ofertado (unitário): R$ 327.560,0000
Valor negociado (unitário): -

44.416.759/0001-25
JANAINA DE OLIVEIRA SILVA 70586702261
Valor ofertado (unitário): R$ 340.539,9900
Valor negociado (unitário): -

07.612.370/0001-29
PIMENTEL TURISMO E TRANSPORTES LTDA
Valor ofertado (unitário): R$ 340.600,0000
Valor negociado (unitário): -

08.595.121/0001-35
ARAUJO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E NAVEGACAO EIRELI
Valor ofertado (unitário): R$ 341.000,0000
Valor negociado (unitário): -

23.904.788/0001-66
LMX DO BRASIL COMERCIO DE UTILIDADES LTDA
Valor ofertado (unitário): R$ 344.799,5000
Valor negociado (unitário): -

32.661.558/0001-04
M O S DAMASCENA EIRELI
Valor ofertado (unitário): R$ 400.000,0000
Valor negociado (unitário): -

Voltar

REDES SOCIAIS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas a **licença de uso.**

FL Nº 169

Compras.gov.br

> Seleção de fornecedores - Adjudicação/Homologação

Seleção de fornecedores - Adjudicação/Homologação

Dispensa Eletrônica N° 6/2022

UASG 160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Disputa Julgamento Habilitação Adjudicação/ Homologação

ITEM 2 - FRETAMENTO

Quantidade 1
Valor estimado (unitário) R$ 344.799,5000

Descrição detalhada
Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 120 (cento e vinte) militares equipados e material coletivo, conforme item 1 do Termo de Referência. A oferta deverá incluir 10 (dez) diárias em deslocamento e 5 (cinco) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / São Gabriel da Cachoeira-AM

Quantidade solicitada	Unidade fornecimento	Critério de julgamento
1	UNIDADE	Menor Preço
Valor estimado (unitário)	**Valor estimado (total)**	**Intervalo mínimo entre Lances**
R$ 344.799,5000	R$ 344.799,5000	R$ 5,00

06.820.212/0001-00

SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

Valor ofertado (unitário) R$ 34.790,0000
Valor negociado (unitário) -

PROPOSTA ANEXOS CHAT

Motivo da desclassificação
valor inexequível de mercado

Valor unitário da proposta	Valor unitário ofertado	Valor unitário negociado
R$ 344.799,5000	R$ 34.790,0000	-
Valor total da proposta	**Valor total ofertado**	**Valor total negociado**
R$ 344.799,5000	R$ 34.790,0000	-

Quantidade ofertada
1

Descrição detalhada
Diária de embarcação parada (Atracada) sem fornecimento de alimentação. Locação de embarcação, para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 120 (cento e vinte) militares equipados, e material coletivo conforme a necessidade da contratante: e embarcação deverá possuir calado compatível para a navegação nos principais rios e afluentes da bacia hidrográfica amazônica. Frigorificados: gerador (principal e reserva) com capacidade de prover energia para tosos os equipamentos orgânicos da embarcação e os comduzidos pelos militares, além da iluminação própria da embracação. devendo permanecer ligado durante todo periodo da locação. Capacidade mínima de carga de 40 (quarenta) toneladas. Casco metálico. 01 (um) bote com capacidade de 800 Kg com motor de popa instalado de no mínimo 40 HP para casos de pane mecânica. Todo o material para o perfeito funionamento da embarcação. Permitindo a nevegação diurna e noturna, em percurso abrangendo a Região do estado do Acre, Amazonas, Para, Amapá, Rondônia e Roraima, partindo dos locais a serem determinados pelo comando da 12ª Região Militar, e conforme a disponibilidade

FL Nº 170

Compras.gov.br

21.263.068/0001-33

LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA

Valor ofertado (unitário): R$ 286.101,0000
Valor negociado (unitário): R$ 286.000,0000

Negociação: Encerrada

PROPOSTA | ANEXOS | CHAT

Valor unitário da proposta
R$ 344.799,0000

Valor unitário ofertado
R$ 286.101,0000

Valor unitário negociado
R$ 286.000,0000

Valor total da proposta
R$ 344.799,0000

Valor total ofertado
R$ 286.101,0000

Valor total negociado
R$ 286.000,0000

Quantidade ofertada
1

Descrição detalhada
Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 120 (cento e vinte) militares equipados e material coletivo, conforme item 1 do Termo de Referencia. A oferta deverá incluir 10 (dez) diarias em deslocamento e 5 (cinco) diarias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / São Gabriel da Cachoeira-AM

07.857.759/0001-34

R T COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO E TRANSPORTE DE CARGA LTDA

Valor ofertado (unitário): R$ 327.560,0000
Valor negociado (unitário): -

44.416.759/0001-25

JANAINA DE OLIVEIRA SILVA 70586702261

Valor ofertado (unitário): R$ 340.599,9900
Valor negociado (unitário): -

07.612.370/0001-29

PIMENTEL TURISMO E TRANSPORTES LTDA

Valor ofertado (unitário): R$ 340.600,0000
Valor negociado (unitário): -

08.595.121/0001-35

ARAUJO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E NAVEGACAO EIRELI

Valor ofertado (unitário): R$ 341.000,0000
Valor negociado (unitário): -

23.904.788/0001-66

LMX DO BRASIL COMERCIO DE UTILIDADES LTDA

Valor ofertado (unitário): R$ 344.799,5000
Valor negociado (unitário): -

32.661.558/0001-04

M O S DAMASCENA EIRELI

Valor ofertado (unitário): R$ 345.000,0000
Valor negociado (unitário): -

FL Nº 171

Compras.gov.br

REDES SOCIAIS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

FL Nº 172

Compras.gov.br

> Seleção de fornecedores - Adjudicação/Homologação

Seleção de fornecedores - Adjudicação/Homologação

Online

Dispensa Eletrônica Nº 6/2022

UASG 160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Disputa Julgamento Habilitação Adjudicação/ Homologação

ITEM 3 - FRETAMENTO

Quantidade 1
Valor estimado (unitário) R$ 579.361,6500

Descrição detalhada
Locação de embarcacao para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 180 (cento e oitenta) militares equipados e material coletivo, conforme item 3 do Termo de Referencia. A oferta deverá incluir 15 (quinze) diárias em deslocamento e 6 (seis) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / Tefé-AM / Japurá-AM

Quantidade solicitada	Unidade fornecimento	Critério de julgamento
1	UNIDADE	Menor Preço
Valor estimado (unitário)	**Valor estimado (total)**	**Intervalo mínimo entre Lances**
R$ 579.361,6500	R$ 579.361,6500	R$ 5,00

21.263.068/0001-33

LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA

Valor ofertado (unitário) R$ 475.000,0000
Valor negociado (unitário) R$ 474.500,0000

Negociação Encerrada

PROPOSTA ANEXOS CHAT

Valor unitário da proposta	Valor unitário ofertado	Valor unitário negociado
R$ 579.300,0000	R$ 475.000,0000	R$ 474.500,0000
Valor total da proposta	**Valor total ofertado**	**Valor total negociado**
R$ 579.300,0000	R$ 475.000,0000	R$ 474.500,0000

Quantidade ofertada
1

Descrição detalhada
Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 180 (cento e oitenta) militares equipados e material coletivo, conforme item 3 do Termo de Referência. A oferta deverá incluir 15 (quinze) diárias em deslocamento e 6 (seis) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / Tefé-AM / Japurá-AM

07.612.370/0001-29

PIMENTEL TURISMO E TRANSPORTES LTDA

Valor ofertado (unitário) R$ 492.300,0000
Valor negociado (unitário) -

FL Nº 173

Compras.gov.br

Valor ofertado (unitário): R$ 492.400,0000
Valor negociado (unitário): -

44.416.759/0001-25 JANAINA DE OLIVEIRA SILVA 70586702261

Valor ofertado (unitário): R$ 576.469,9900
Valor negociado (unitário): -

07.857.759/0001-34 R T COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO E TRANSPORTE DE CARGA LTDA

Valor ofertado (unitário): R$ 576.485,0000
Valor negociado (unitário): -

08.595.121/0001-35 ARAUJO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E NAVEGACAO EIRELI

Valor ofertado (unitário): R$ 577.000,0000
Valor negociado (unitário): -

23.904.788/0001-66 LMX DO BRASIL COMERCIO DE UTILIDADES LTDA

Valor ofertado (unitário): R$ 579.361,6500
Valor negociado (unitário): -

32.661.558/0001-04 M O S DAMASCENA EIRELI

Valor ofertado (unitário): R$ 600.000,0000
Valor negociado (unitário): -

Voltar

REDES SOCIAIS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

FL Nº 179

Compras.gov.br

> Seleção de fornecedores - Adjudicação/Homologação

Seleção de fornecedores - Adjudicação/Homologação

Dispensa Eletrônica N° 6/2022

UASG 160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Disputa Julgamento Habilitação Adjudicação/ Homologação

ITEM 4 - FRETAMENTO

Quantidade: 1
Valor estimado (unitário): R$ 489.211,6300

Descrição detalhada:
Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 180 (cento e oitenta) militares equipados e material coletivo, conforme item 3 do Termo de Referência
A oferta deverá incluir 11 (onze) diárias em deslocamento e 8 (oito) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / Barcelos-AM / Santa Isabel do Rio Negro-AM

Quantidade solicitada	Unidade fornecimento	Critério de julgamento
1	UNIDADE	Menor Preço
Valor estimado (unitário)	**Valor estimado (total)**	**Intervalo mínimo entre Lances**
R$ 489.211,6300	R$ 489.211,6300	R$ 5,00

07.612.370/0001-29 PIMENTEL TURISMO E TRANSPORTES LTDA

Valor ofertado (unitário): R$ 415.600,0000
Valor negociado (unitário): -

06.820.212/0001-00 SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

Valor ofertado (unitário): R$ 415.800,0000
Valor negociado (unitário): -

21.263.068/0001-33 LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA

Valor ofertado (unitário): R$ 415.820,0000
Valor negociado (unitário): -

44.416.759/0001-25 JANAINA DE OLIVEIRA SILVA 70586702261

Valor ofertado (unitário): R$ 486.445,0000
Valor negociado (unitário): -

07.857.759/0001-34 R T COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO E TRANSPORTE DE CARGA LTDA

Valor ofertado (unitário): R$ 486.455,0000
Valor negociado (unitário): -

08.595.121/0001-35 ARAUJO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E NAVEGACAO EIRELI

Valor ofertado (unitário): R$ 487.000,0000
Valor negociado (unitário): -

05.204.780/0001-05 ESTALEIRO BIBI EIRELI

FL Nº 175

Compras.gov.br

23.904.788/0001-66

LMX DO BRASIL COMERCIO DE UTILIDADES LTDA

Valor ofertado (unitário): R$ 489,2116300
Valor negociado (unitário): -

32.661.558/0001-04

M O S DAMASCENA EIRELI

Valor ofertado (unitário): R$ 490,0000000
Valor negociado (unitário): -

Voltar Anular Revogar

REDES SOCIAIS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

FL Nº 176

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200645855	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AMN2284657423

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2005	1	SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

MANAUS
Local

11 Abril 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FL Nº 177

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/016.832-6	AMN2284657423	06/04/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	AKIO IGARASHI	11/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
[redacted]	ENOQUE DA SILVA CARDOSO	11/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 06 - LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA EPP
CNPJ Nº 21.263.068/0001-33

FL Nº 178

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, os abaixo assinados:

ENOQUE DA SILVA CARDOSO, [redacted]
empresário, portador do CPF.: [redacted]
residência e domicilio na Rua Jonath[redacted]
110, nesta Cidade de Manaus/Amazon[redacted]

AKIO IGARASHI [redacted]
portador do CPF.: [redacted]
na Tv. Rui Barbosa, [redacted]

Na qualidade de úni[redacted]
DE MATERIAL CONSTRUÇAO LTDA EPP, inscrita no CNPJ.: 21.263.068/0001-33, com sede à Rua Belém, 929 - Sala 304 - São Francisco CEP: 69079-015 – Manaus/AM, com seus atos constitutivos arquivados na **MM Junta Comercial do Estado do Amazonas sob o nº 13200645855 de 21/10/2014**, tem entre si justos e contratados alterar o Contrato Social e o fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:

A vista da modificação, o contrato social da **LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA EPP,** passa a vigorar com a seguinte redação consolidada.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RETIRADA DE SÓCIO
Retira-se da sociedade o sócio **AKIO IGARASHI**, que transfere igualmente suas quotas de R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais), para o sócio **ENOQUE DA SILVA CARDOSO**, já qualificada anteriormente, o sócio que se retira da sociedade, declara haver recebido todos os seus direitos perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, dando lhe plena geral e irrevogável quitação.

CLAUSULA SEGUNDA – O Capital da sociedade é de R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais, divididos em 500.000 (Quinhentos Mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 cada, integralizado em moeda legal do país, ficando assim distribuído:

SÓCIOS	%	COTAS	R$ VALOR
ENOQUE SILVA CARDOSO	100	500.000	R$ 500.000,00
TOTAL >>>>>>>>>>>>>>>>>>>>>>>	100	500.000	R$ 500.000,00

"CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA EMPRESA
LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA EPP"

Pelo presente instrumento particular de consolidação de contrato social, de Sociedade Limitada, o abaixo nomeado e qualificado.

ENOQUE DA SILVA CARDOSO, brasileiro, natural de Parintins – AM, nascido em 04/07/1979, solteiro, empresário, portador do CPF.: 635.794.802-00, Carteira de Identidade nº 29152067-4, SSP/RJ, com residência e domicilio na Rua Jonathas Pedrosa, nº 80 apto. 201 – Bairro: Praça 14de Janeiro - CEP.: 69020-110, nesta Cidade de Manaus/Amazonas.

Único sócio da sociedade Limitada sob a denominação social de: **LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA EPP,** que funcionará e será gerida mediante seguintes clausulas.

CLAUSULA PRIMEIRA – A Denominação Social da Sociedade é: **LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA EPP**

FL Nº 179

CLAUSULA SEGUNDA - Nome Fantasia é **ENGEMAN**

CLAUSULA TERCEIRA - A sede é estabelecida na Rua Belém, 929, sala 304 – Bairro: São Francisco – CEP.: 69079-105 – Manaus / AM.

CLAUSULA QUARTA – O objetivo da Sociedade – Atividades Econômicas:
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
30.11-3-02 - Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte
[redacted]- Construção de embarcações para esporte e lazer
- Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas
- Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas
- Manutenção e reparação de válvulas industriais
- Manutenção e reparação de compressores
- Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso comercial
- Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos cos para escritório
- Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados te
- Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes
- Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
- Construção de edifícios
- Construção de rodovias e ferrovias
- Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
- Construção de obras de arte especiais
- Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
- Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
- Construção de estações e redes de telecomunicações
- Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
- Obras de terraplenagem
- Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
- Instalação e manutenção elétrica
- Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
- Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e
- Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima fluvial e lacustre
- Obras de acabamento em gesso e estuque
- Serviços de pintura de edifícios em geral
- Outras obras de acabamento da construção
- Obras de fundações
- Administração de obras
- Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
- Obras de alvenaria

43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de

FL Nº 180

cargas e pessoas para uso em obras
[redacted]- Perfuração e construção de poços de água
- Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
- Comércio varejista de materiais de construção em geral
- Transporte marítimo de cabotagem - Carga
- Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia
- Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e
al, exceto travessia
- Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal,
essia
- Navegação de apoio marítimo
- Transporte por navegação de travessia, municipal
- Comissária de despachos
- Atividades de despachantes aduaneiros
- Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
- Aluguel de andaimes
- Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
- Limpeza em prédios e em domicílios
- Atividades paisagísticas
- Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
- Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e
doméstico

CLAUSULA QUINTA – O Capital da sociedade é de R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais, divididos em 500.000 (Quinhentos Mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 cada, integralizado em moeda legal do país, ficando assim distribuído:

SÓCIOS	%	COTAS	R$ VALOR
ENOQUE SILVA CARDOSO	100	500.000	R$ 500.000,00
TOTAL >>>>>>>>>>>>>>>>>>>>>>>	**100**	**500.000**	**R$ 500.000,00**

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE DO SÓCIO
A responsabilidade do sócio único é restrita ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente pela integralização do capital social. **(Art. 1.052 da Lei 10.406/2002 CC)**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS
As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio; a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. O sócio que pretenda ceder ou transferir toda ou parte de suas quotas, deverá manifestar sua intenção por escrito ao outro sócio; assistindo a estes o prazo de até 30 (trinta) dias para que possa exercer o direito de preferência, além da possibilidade de utilizar vestinge contratos mútuos conversíveis em quotas, desde que o sócio administrador tenha plena ciência com consentimento dos demais sócios.

CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE A administração da sociedade continuará a ser exercida por **ENOQUE SILVA CARDOSO**, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

Parágrafo único – As procurações outorgadas em nome da sociedade serão assinadas pelo sócio isoladamente e conterão, especificamente, os poderes e prazo de validade, exceto as outorgadas com poderes da cláusula adjudica que não terão limitação de prazo.

181

CLÁUSULA NONA – DA RETIRADA OU FALECIMENTO DO SÓCIO Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros e sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificando em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DECIMA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - RETIRADA PRÓ-LABORE: O sócio poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DO BALANÇO PATRIMONIAL: Ao término de cada exercício, em 31/12, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Fica eleito o foro da comarca de Manaus para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato, assinando-o e destinando-o ao registro e arquivamento na **MM Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA**, para que produza os efeitos legais.

Manaus/AM, 11 de abril de 2022.

ENOQUE SILVA CARDOSO
Sócio Administrador
Assinatura Digital e-CPF

AKIO IGARASHI
Assinatura Digital e-CPF

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FL Nº 182

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/016.832-6	AMN2284657423	06/04/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	AKIO IGARASHI	11/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[redacted]	ENOQUE DA SILVA CARDOSO	11/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA, de CNPJ 21.263.068/0001-33 e protocolado sob o número 22/016.832-6 em 06/04/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1190365, em 12/04/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Solange Dorneles.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lycia Fabíola Santos de Andrade. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	AKIO IGARASHI	11/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[redacted]	ENOQUE DA SILVA CARDOSO	11/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	AKIO IGARASHI	11/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[redacted]	ENOQUE DA SILVA CARDOSO	11/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 11/04/2022

Documento assinado eletronicamente por Solange Dorneles, Servidor(a) Público(a), em 12/04/2022, às 09:15.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 22/016.832-6.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FL Nº 139

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	LYCIA FABIOLA SANTOS DE ANDRADE

Manaus. terça-feira, 12 de abril de 2022

FL Nº 185

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.263.068/0001-33 MATRIZ		21/10/2014

NOME EMPRESARIAL
LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ENGEMAN	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
71.12-0-00 - Serviços de engenharia (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
30.11-3-02 - Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte
30.12-1-00 - Construção de embarcações para esporte e lazer
33.14-7-01 - Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas
33.14-7-02 - Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas
33.14-7-03 - Manutenção e reparação de válvulas industriais
33.14-7-04 - Manutenção e reparação de compressores
33.14-7-07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
33.14-7-09 - Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório
33.14-7-10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente
33.17-1-01 - Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes
33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
41.20-4-00 - Construção de edifícios
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica (Dispensada *)
42.21-9-04 - Construção de estações e redes de telecomunicações
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BELEM	929	SALA 304

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.079-015	SAO FRANCISCO	MANAUS	AM

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 3085-2815

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	21/10/2014

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/05/2022 às 16:06:20 (data e hora de Brasília).

FL Nº 186

Fls. Nº 187

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.263.068/0001-33 MATRIZ		21/10/2014

NOME EMPRESARIAL
LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica (Dispensada *)
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás (Dispensada *)
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração (Dispensada *)
43.29-1-02 - Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima fluvial e lacustre (Dispensada *)
43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque (Dispensada *)
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral (Dispensada *)
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção (Dispensada *)
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-01 - Administração de obras (Dispensada *)
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias (Dispensada *)
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral (Dispensada *)
50.11-4-01 - Transporte marítimo de cabotagem - Carga
50.21-1-01 - Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia
50.21-1-02 - Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia
50.22-0-01 - Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BELEM	929	SALA 304

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.079-015	SAO FRANCISCO	MANAUS	AM

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 3085-2815

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	21/10/2014

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/05/2022 às 16:06:20 (data e hora de Brasília). Página: **2/3**

FL Nº 188

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.263.068/0001-33 MATRIZ		21/10/2014

NOME EMPRESARIAL
LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
50.30-1-01 - Navegação de apoio marítimo
50.91-2-01 - Transporte por navegação de travessia, municipal
52.50-8-01 - Comissaria de despachos (Dispensada *)
52.50-8-02 - Atividades de despachantes aduaneiros (Dispensada *)
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
77.32-2-02 - Aluguel de andaimes (Dispensada *)
81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais (Dispensada *)
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios (Dispensada *)
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas (Dispensada *)
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos (Dispensada *)
95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BELEM	929	SALA 304

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.079-015	SAO FRANCISCO	MANAUS	AM

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(92) 3085-2815

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	21/10/2014

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/05/2022 às 16:06:20 (data e hora de Brasília). Página: **3/3**

FL Nº 189

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**21.263.068/0001-33**	DUNS®:	**903750944**
Razão Social:	**LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA**		
Nome Fantasia:	**ENGEMAN**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**28/07/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**22/11/2022**
FGTS		Validade:	**18/06/2022**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**22/11/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**23/06/2022**
Receita Municipal	Validade:	**10/08/2022**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2022**

CPF: 004.062.482-33 Nome: MARIO ALVES GOMES FILHO

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

FL. Nº 190

Data e hora da consulta: 27/05/2022 16:10:06
Usuário: 00406348332

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação	Total de Registros	0
[redacted]	LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão

FILTROS APLICADOS:

[redacted]

LIMPAR

FL Nº 191

Data da consulta: 27/05/2022 15:37:27
Data da última atualização: 27/05/2022 12:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE

[redacted]

FL Nº 192

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA**

CPF/[redacted]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:12:18 do dia 27/05/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: 4ND1270522161218

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FL Nº 193

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 27/05/2022 16:11:35

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA**
CNPJ: **21.263.068/0001-33**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Sistema do CNJ está indisponível**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

FL Nº 199

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

FL Nº 195

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200645855	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
AME2000236061

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

MANAUS
Local

28 Setembro 2020
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

unta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FL Nº 196

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/044.529-4	AME2000236061	25/09/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	ENOQUE DA SILVA CARDOSO

FL Nº 197

LOG SHIP SERVIÇO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA-EPP
CNPJ.: 21.263.068/0001-33
NIRE: 1320064585-5 EM 21/10/2014

BALANÇO PATRIMONIAL DE ENCERRAMETO EM 31/12/2019

ATIVO		**PASSIVO**	
ATIVO CIRCULANTE	**458.533,70**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**9.096,00**
Disponivel	**222.956,80**		
Banco Conta Movimento	66.054,08		
Aplicações Financeiras	156.902,71	Impostos Federais a Recolher	9.096,00
Cliente	**235.576,90**		
Duplicatas a Receber	235.576,90		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**121.589,61**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	
IMOBILIZADO	**121.589,61**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**571.027,30**
Moveis e Utensilios	118.140,02	CAPITAL SOCIAL	100.000,00
Maquinas e Equipamentos	6.521,87	Reserva de Lucro	87.048,55
Depreciação	-3.072,28	Reserva de Lucro a realizar	383.978,75
TOTAL DO ATIVO	**580.123,30**	**TOTAL DO PASSIVO**	**580.123,30**

Conforme o oficio circular Nº 116/GAB-DNRC de 29/05/2007 ART.: 2º :

a) Sob a penas da lei declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por elas;

b) As informações foram extraídas das folhas nº 01 a 10 do livro diário nº 7, registrado na Junta Comercial do Estado do Amazonas sob o nº 20/043.562-1 em 23/09/2020;

c) A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado;

d) A sociedade não possui Auditoria Indepedente;

Manaus, 31 de Dezembro de 2019.

Wanda Moreira Brandão
Contadora
CPF: [redacted]
CRC [redacted]

Enoque da Silva Cardoso
Sócio-Administrador
CPF [redacted]

Akio Igarashi
Sócio
CPF [redacted]

unta Comercial do Estado do Amazonas

198

LOG SHIP SERVIÇO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA-EPP
CNPJ.: 21.263.068/0001-33
NIRE: 1320064585-5 EM 21/10/2014

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO EM 31/12/2019

ESPECIFICAÇÃO	2019
1. Receita Bruta Opercaional	**390.631,15**
1.1- (-) Deduções	18.029,13
2. Receita Operacional Liquida (1+1.1)	**372.602,02**
2.1- (-) Custos	126.203,91
3. Resultado Bruto (2+2.1)	**246.398,11**
4. (-) Depesas Operacionais (4.1+4.2+4.3)	**159.349,56**
4.1- (-) Despesas Financeiras	15.116,52
4.1- (-) Despesas Administrativas	144.233,04
5. (+) Outras Receitas Operacionais (5.1+5.2)	**0,00**
5.1- (+) Receita Financeira	0,00
- (+) Recuperação de despesas	
6. Lucro Liquido do Exercício	**87.048,55**

Conforme o oficio circular Nº 116/GAB-DNRC de 29/05/2007 ART.: 2º :

a) Sob a penas da lei declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por elas;

b) As informações foram extraídas das folhas nº 01 a 10 do livro diário nº 7, registrado na Junta Comercial do Estado do Amazonas sob o nº 20/043.562-1 em 23/09/2020;

c) A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado;

d) A sociedade não possui Auditoria Indepedente;

Manaus, 31 de Dezembro de 2019.

[redacted]nda Moreira Brandão
Contadora
CPF [redacted]
CRC [redacted]

Enoque da Silva Cardoso
Sócio-Administrador
CPF [redacted]

Akio Igarashi
Sócio
CPF [redacted]

Folha 002

FL Nº 199

LOG SHIP SERVIÇO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA-EPP
CNPJ.: 21.263.068/0001-33
NIRE: 1320064585-5 EM 21/10/2014

DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA EM 31/12/2018

ILG (Indice de Liquidez Geral)	458.533,70 / 9.096,00	50,41
ISG (Indice Solvencia Geral)	580.123,30 / 9.096,00	63,78
IS (Indice Solvencia)	580.123,30 / 9.096,00	63,78

Conforme o oficio circular Nº 116/GAB-DNRC de 29/05/2007 ART.: 2º :
a) Sob a penas da lei declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por elas;
b) As informações foram extraídas das folhas nº 01 a 10 do livro diário nº 7, registrado na Junta Comercial do Estado do Amazonas sob o nº 20/043.562-1 em 23/09/2020;
c) A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado;
d) A sociedade não possui Auditoria Indepedente;

Manaus, 31 de Dezembro de 2019.

Wanda Moreira Brandão
Contadora
CRC/[redacted]

Enoque da Silva Cardoso
Sócio-Administrador
CPF [redacted]

Akio Igarashi
Sócio
CPF [redacted]

unta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FL Nº 200

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/044.529-4	AME2000236061	25/09/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	AKIO IGARASHI
	ENOQUE DA SILVA CARDOSO
	WANDA MOREIRA BRANDAO

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

FL Nº 201

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA, de NIRE 1320064585-5 e protocolado sob o número 20/044.529-4 em 25/09/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1073059, em 29/09/2020. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Olinda Travasso Marques.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lycia Fabíola Santos de Andrade. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (http://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	ENOQUE DA SILVA CARDOSO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	ENOQUE DA SILVA CARDOSO
	AKIO IGARASHI
	WANDA MOREIRA BRANDAO

Manaus. terça-feira, 29 de setembro de 2020

Documento assinado eletrônicamente por Olinda Travasso Marques, Servidor(a) Público(a), em 29/09/2020, às 07:27 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 20/044.529-4.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FLS. 202

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	LYCIA FABIOLA SANTOS DE ANDRADE

Manaus. terça-feira, 29 de setembro de 2020

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

FL Nº 203

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200645855	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AME2200115025

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

MANAUS
Local

16 Março 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM

_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

unta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FL Nº 209

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/011.399-8	AME2200115025	09/03/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	ENOQUE DA SILVA CARDOSO	16/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
[redacted]	REBECA ARAUJO DIAS	16/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

FL Nº 205

BALANÇO PATRIMONIAL 2020

LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA

END.: Rua BELEM, N° 929 - SALA 304 – Bairro: São Franscisco - CEP : 69.079-015-MANAUS/AM.

CNPJ: 21.263.068/0001-33

NIRE: 13200645855

ANO BASE: 2021

EXERCICIO: 2020

ADMINISTRADOR: ENOQUE DA SILVA CARDOSO
CPF n[redacted]

CONTADORA: REBECA ARAUJO DIAS CONTADOR
CPF [redacted]
CRC

LOG SHIP SERVIÇO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 21.263.068/0001-33
Nire nº 13200645855

2 Nº 206

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		
CIRCULANTE		248.742,66 D
DISPONIVEL		248.742,66 D
BANCOS CONTA MOVIMENTO		174.838,86 D
BANCO BRADESCO		174.838,86 D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		73.903,80 D
	TOTAL DO ATIVO =====>	**248.742,66 D**
PASSIVO		
CIRCULANTE		241.359,94 D
FORNECEDORES GERAIS		241.359,94 D
FORNECEDORES		241.359,94 D
FORNECEDORES GERAIS		241.359,94 D
PATRIMONIO LIQUIDO		490.102,60 C
RESERVA DE CAPITAL		33.692,72 C
RESERVA DE LUCRO		33.692,72 C
LUCRO OU PREJUIZO NO EXERCICIO		456.409,88 C
LUCRO NO EXERCICIO		456.409,88 C
LUCRO NO PERIODO		456.409,88 C
	TOTAL DO PASSIVO =====>	**248.742,66 C**

MANAUS/AM, 31 de Dezembro de 2020

REBECA ARAUJO DIAS
Contadora
C.P.F. [redacted]
C.R.C. [redacted]

Enoque Da Silva Cardoso
Administrador
C.P.F. [redacted]

unta Comercial do Estado do Amazonas

FL Nº 207

LOG SHIP SERVIÇO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 21.263.068/0001-33
Nire nº 13200645855

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

Receita Bruta de vendas e/ou servicos	483.182,78
(=) Receita Liquida de Vendas e/ou Serviços	**483.182,78**
(=) Lucro Bruto	**483.182,78**
(-) Despesas Operacionais	26.772,90
(=) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**456.409,88**
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**456.409,88**

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ GERAL

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo não Circulante}} \quad ILG = \frac{248.742,66}{241.359,94} \quad ILG : 1,0306$$

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ CORRENTE

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \quad ILC = \frac{248.742,66}{241.359,94} \quad ILC : 1,0306$$

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ SECA

$$ILS = \frac{\text{Ativo Circulante - Estoque}}{\text{Passivo Circulante}} \quad ILS = \frac{248.742,66}{241.359,94} \quad ILS : 1,0306$$

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ IMEDIATA

$$ILI = \frac{\text{Disponivel}}{\text{Passivo Circulante}} \quad ILI = \frac{248.742,66}{241.359,94} \quad ILI : 1,0306$$

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

$$ISG = \frac{\text{Ativo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo não Circulante}} \quad ISG = \frac{248.742,66}{241.359,94} \quad ISG : 1,0306$$

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL

$$IEG = \frac{\text{Passivo Circulante + Passivo não Circulante}}{\text{Ativo}} \quad IEG = \frac{241.359,94}{248.742,66} \quad IEG : 0,9703$$

ÍNDICE DE CAPITAL DE TERCEIROS

$$ICT = \frac{\text{Passivo Circulante + Passivo não Circulante}}{\text{Patrimônio Liquido}} \quad ICT = \frac{241.359,94}{33.692,72} \quad ICT : 7,1636$$

4 FL Nº 208

ÍNDICE DE GRAU DE IMOBILIZAÇÃO

ÍNDICE DE GRAU DE IMOBILIZAÇÃO

IGI =	Ativo Imobilizado	IGI =	0,00			
	Patrimônio Liquido		33.692,72	IGI :		0

MANAUS/AM, 31 de Dezembro de 2020

REBECA ARAUJO DIAS
Contadora
C.P.F. [redacted]
C.R.C. [redacted]

Enoque Da Silva Cardoso
Administrador
C.P.F. [redacted]

CONCLUSÃO ENCERRADA EM 31/12/2020

A empresa LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita CNPJ nº 21.263.068/0001-33, NIRE sob nº 13200645855, localizada na END.: Rua Belem, N° 929 - SALA 304 – Bairro: São Franscisco - CEP : 69.079-015- MANAUS/AM.. Importa o presente Balanço Patrimonial totalizando tanto no Ativo como na soma do Passivo com o Patrimônio Líquido.a importância de : R$ 248.742,66 (Duzentos e Quarenta e Oito Mil e Setecentos e Quarenta e Dois Reais e Sessenta e Seis Centavos).

Analisando o desempenho apresentado conforme os índices financeiros, revela que esta empresa possui disponibilidade financeira suficiente para saldar seus compromissos de curto e longo prazo utilizando apenas os recursos disponíveis.

Entende-se a partir dos índices mostram que neste momento, quando ocorreu avaliação, a empresa apresenta uma situação equilibrada, favorável, alcançando o objetivo de reforçar seu Capital próprio.

MANAUS/AM, 31 de Dezembro de 2020

REBECA ARAUJO DIAS
Contadora
C.P.F. [redacted]
C.R.C. [redacted]

Enoque Da Silva Cardoso
Administrador
C.P.F [redacted]

FL Nº 210

LOG SHIP SERVIÇO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 21.263.068/0001-33
Nire nº 13200645855

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1) IDENTIFICAÇÃO E OPERACIONALIDADE DA EMPRESA

A empresa Log Ship Servico De Engenharia E Comercio De Material Construção Ltda, localizada na END.: Rua Belem, Nº 929 - SALA 304 – Bairro: São Franscisco - CEP : 69.079-015- MANAUS/AM, tendo como objeto social: Serviços de engenharia, Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte, Construção de embarcações para esporte e lazer, Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas, Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas, Manutenção e reparação de válvulas industriais, Manutenção e reparação de compressores, Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente, Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes, Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente, Construção de edifícios, Construção de rodovias e ferrovias, Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos, Construção de obras de arte especiais, Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas, Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, Construção de estações e redes de telecomunicações, Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente e Obras de terraplenagem, com início de atividades em 21 de Outubro de 2004.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os ditames do ITG 1000, além dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras – A empresa possui aplicações financeiras.
3.2) Direitos e obrigações - Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;
3.3) Imobilizado - Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.
3.4) Ajuste de avaliação patrimonial - A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.
3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas - A empresa não participa.
3.6) Impostos Federais - A empresa está no regime do lucro presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de qualquer natureza.

5) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$500.000,00 (Quinhentos mil reais) totalmente integralizado em moedas correntes no país, detido em sua totalidade pelos sócios: Marcel Heibel e Murillo Heibel.

FL Nº 211

6) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edificação) mantida pelo proprietário para auferir aluguel ou para valorização do imóvel. A empresa não obtém propriedades.

7) EVENTOS SUBSEQUENTES
O administrador declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

MANAUS/AM, 31 de Dezembro de 2020

REBECA ARAUJO DIAS
Contadora
C.P.F. [redacted]
C.R.C.

Enoque Da Silva Cardoso
Administrador
C.P.F. [redacted]

LOG SHIP SERVIÇO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 21.263.068/0001-33
Nire nº 13200645855

FL Nº 212

DECLARAÇÃO

A empresa empresa LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita CNPJ nº 21.263.068/0001-33, NIRE sob nº 13200645855, declara:

a) Sob as pens da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;
b) As informações foram extraídas das folhas de 01 a 15 do Livro Diário nº 8 registrado na Junta Comercial do Estado do Amazonas sob nº 22/012.017-0 em 16/03/2022
c) A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado;
d) A sociedade não possui Auditoria Independente.

MANAUS/AM, 31 de Dezembro de 2020

REBECA ARAUJO DIAS
Contadora
C.P.F [redacted]
C.R.C [redacted]

Enoque Da Silva Cardoso
Administrador
C.P.F. [redacted]

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FL Nº 213

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/011.399-8	AME2200115025	09/03/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	ENOQUE DA SILVA CARDOSO	16/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
[redacted]	REBECA ARAUJO DIAS	16/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

FL Nº 219

CRCAM
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO AMAZONAS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : REBECA ARAUJO DIAS
REGISTRO..... : AM-017509/O-6
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : [redacted]

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: AMAZONAS, 10/03/2022 as 10:44:30.
Válido até: 08/06/2022.
Código de Controle: 9927.7558.9325.8105.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCAM.

unta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FL Nº 215

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/011.399-8	AME2200115025	09/03/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	ENOQUE DA SILVA CARDOSO	16/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[redacted]	REBECA ARAUJO DIAS	16/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital		

FL Nº 216

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA, de CNPJ 21.263.068/0001-33 e protocolado sob o número 22/011.399-8 em 16/03/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1184178, em 17/03/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Olinda Travasso Marques.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lycia Fabíola Santos de Andrade. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	REBECA ARAUJO DIAS	16/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
[redacted]	ENOQUE DA SILVA CARDOSO	16/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	REBECA ARAUJO DIAS	16/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
[redacted]	ENOQUE DA SILVA CARDOSO	16/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	REBECA ARAUJO DIAS	16/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
[redacted]	ENOQUE DA SILVA CARDOSO	16/03/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 22/011.399-8.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

FL. Nº 217

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 17/03/2022

Documento assinado eletronicamente por Olinda Travasso Marques, Servidor(a) Público(a), em 17/03/2022, às 08:45.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 22/011.399-8.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FL Nº 218

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	LYCIA FABIOLA SANTOS DE ANDRADE

Manaus. quinta-feira, 17 de março de 2022

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

FL Nº 219

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13600097782	2305	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AMP2100033867

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

MANAUS
Local

20 Abril 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM

_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____
Data

_____ Vogal

_____ Vogal

_____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

unta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FL Nº 220

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/021.319-1	AMP2100033867	20/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	EDSON SOUZA DE ARAUJO	20/04/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do g vb Selo Ouro - Certificado Digital		

FL Nº 221

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

CNPJ: 06.820.212/0001-00 NIRE: 13600097782

1ª Alteração e Consolidação do Ato Constitutivo

Pelo presente instrumento, a parte abaixo qualificada a saber:

EDSON SOUZA DE ARAUJO, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº [redacted] e RG [redacted] Seseg/AM, nascido em 01/06/1971, residente e domiciliado na Rua Dom Diogo de Souza, n°320, Res. Vila Lobos, Cj. Novo Horizonte, Bloco 11, Apartamento 102 bairro: Parque Dez, CEP: 69054-641, Manaus/AM.

Titular da Empresa individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, denominada **SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI**, com sede na Rua Doutor Amaro Alencar, n°620, Bairro: São Raimundo, CEP: 69027-031, Manaus-AM, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ sob nº 06.820.212/0001-00, com ato constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Amazonas em 27/07/2004, sob o NIRE 13600097782, resolve alterar o referido Ato Constitutivo, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DOS OBJETIVOS SOCIAIS.

A empresa passa a ter por objetivos sociais:

- 5250-8/05 - Operador de transporte multimodal - OTM;
- 1622-6/01 - Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas;
- 1622-6/02 - Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais;
- 1622-6/99 - Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção;
- 1629-3/01 - Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis;
- 3011-3/02 - Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte;
- 3012-1/00 - Construção de embarcações para esporte e lazer;
- 4120-4/00 - Construção de edifícios;
- 4311-8/01 - Demolição de edifícios e outras estruturas;
- 4311-8/02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno;
- 4312-6/00 - Perfurações e sondagens;
- 4313-4/00 - Obras de terraplenagem;
- 4319-3/00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente;

FL Nº 222

- 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica;
- 4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;
- 4322-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar-condicionado, de ventilação e refrigeração;
- 4322-3/03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio;
- 4329-1/01 - Instalação de painéis publicitários;
- 4329-1/02 - Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre;
- 4329-1/03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes;
- 4329-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos;
- 4329-1/05 - Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração;
- 4329-1/99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente;
- 4330-4/01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil;
- 4330-4/02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material;
- 4330-4/03 - Obras de acabamento em gesso e estuque;
- 4330-4/04 - Serviços de pintura de edifícios em geral;
- 4330-4/05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores;
- 4330-4/99 - Outras obras de acabamento da construção;
- 4391-6/00 - Obras de fundações;
- 4399-1/02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;
- 4399-1/03 - Obras de alvenaria;
- 4399-1/04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
- 4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água;
- 4399-1/99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente;
- 4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;
- 4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- 4645-1/03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos;
- 4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
- 4923-0/01 - Serviço de táxi
- 4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
- 4924-8/00 - Transporte escolar;
- 4929-9/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
- 4929-9/99 - Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente

FL Nº 223

- 4930-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
- 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
- 4930-2/03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos;
- 4930-2/04 - Transporte rodoviário de mudanças;
- 5011-4/01 - Transporte marítimo de cabotagem - Carga;
- 5012-2/01 - Transporte marítimo de longo curso - Carga;
- 5012-2/02 - Transporte marítimo de longo curso - Passageiros;
- 5021-1/02 - Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia;
- 5022-0/01 - Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia;
- 5030-1/01 - Navegação de apoio marítimo;
- 5030-1/02 - Navegação de apoio portuário;
- 5091-2/02 - Transporte por navegação de travessia intermunicipal, interestadual e internacional
- 5099-8/99 - Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente
- 5211-7/01 - Armazéns gerais - emissão de warrant;
- 5211-7/02 - Guarda-móveis;
- 5211-7/99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis;
- 5212-5/00 - Carga e descarga;
- 5231-1/01 - Administração da infra-estrutura portuária;
- 5231-1/02 - Atividades do Operador Portuário
- 5232-0/00 - Atividades de agenciamento marítimo;
- 5250-8/01 - Comissaria de despachos;
- 5250-8/02 - Atividades de despachantes aduaneiros;
- 5250-8/03 - Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo;
- 5250-8/04 - Organização logística do transporte de carga;
- 5320-2/01 - Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional;
- 5590-6/99 - Outros alojamentos não especificados anteriormente;
- 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor
- 7719-5/99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
- 7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
- 7830-2/00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros
- 7911-2/00 - Agências de viagens;
- 8111-7/00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais;
- 8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios;
- 8122-2/00 - Imunização e controle de pragas urbanas;
- 8129-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente;
- 8130-3/00 - Atividades paisagísticas;

FL Nº 229

- 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
- 8292-0/00 - Envasamento e empacotamento sob contrato;
- 4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;
- 4921-3/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal;
- 4921-3/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana;
- 4922-1/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana;
- 4922-1/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual;
- 4922-1/03 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional;
- 4929-9/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional;
- 4929-9/04 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional;
- 5229-0/01 - Serviços de apoio ao transporte por taxi, inclusive centrais de chamada;
- 5229-0/02 - Serviços de reboque de veículos;
- 5229-0/99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente;
- 5239-7/99 - atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente;
- 3812-2/00 - Coleta de resíduos perigosos.

CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

Em razão da alteração havida e para maior facilidade e clareza, resolvem os sócios consolidar e adequar as demais cláusulas do ato constitutivo, de acordo com o disposto na Lei 10.406/2002, que passa a vigorar com seguinte redação.

ATO CONSTITUTIVO

SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

CNPJ: 06.820.212/0001-00 NIRE: 13600097782

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇAO SOCIAL E SEDE.

A empresa gira sob denominação de **SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI**, com Sede na Rua Doutor Amaro Alencar, n°620, Bairro: São Raimundo, CEP: 69027-031, Manaus-AM.

Parágrafo único: A empresa poderá instalar e extinguir filiais, agências e escritórios em outras dependências em qualquer ponto do território nacional.

FL Nº 225

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS SOCIAIS.

A empresa tem por objetivo social as atividades:

- 5250-8/05 - Operador de transporte multimodal – OTM;
- 1622-6/01 - Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas;
- 1622-6/02 - Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais;
- 1622-6/99 - Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção;
- 1629-3/01 - Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis;
- 3011-3/02 - Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte;
- 3012-1/00 - Construção de embarcações para esporte e lazer;
- 4120-4/00 - Construção de edifícios;
- 4311-8/01 - Demolição de edifícios e outras estruturas;
- 4311-8/02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno;
- 4312-6/00 - Perfurações e sondagens;
- 4313-4/00 - Obras de terraplenagem;
- 4319-3/00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente;
- 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica;
- 4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;
- 4322-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar-condicionado, de ventilação e refrigeração;
- 4322-3/03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio;
- 4329-1/01 - Instalação de painéis publicitários;
- 4329-1/02 - Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre;
- 4329-1/03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes;
- 4329-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos;
- 4329-1/05 - Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração;
- 4329-1/99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente;
- 4330-4/01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil;
- 4330-4/02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material;
- 4330-4/03 - Obras de acabamento em gesso e estuque;
- 4330-4/04 - Serviços de pintura de edifícios em geral;
- 4330-4/05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores;
- 4330-4/99 - Outras obras de acabamento da construção;

FL Nº 226

- 4391-6/00 - Obras de fundações;
- 4399-1/02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;
- 4399-1/03 - Obras de alvenaria;
- 4399-1/04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
- 4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água;
- 4399-1/99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente;
- 4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;
- 4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- 4645-1/03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos;
- 4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
- 4923-0/01 - Serviço de táxi
- 4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
- 4924-8/00 - Transporte escolar;
- 4929-9/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
- 4929-9/99 - Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente
- 4930-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
- 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
- 4930-2/03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos;
- 4930-2/04 - Transporte rodoviário de mudanças;
- 5011-4/01 - Transporte marítimo de cabotagem - Carga;
- 5012-2/01 - Transporte marítimo de longo curso - Carga;
- 5012-2/02 - Transporte marítimo de longo curso - Passageiros;
- 5021-1/02 - Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia;
- 5022-0/01 - Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia;
- 5030-1/01 - Navegação de apoio marítimo;
- 5030-1/02 - Navegação de apoio portuário;
- 5091-2/02 - Transporte por navegação de travessia intermunicipal, interestadual e internacional
- 5099-8/99 - Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente
- 5211-7/01 - Armazéns gerais - emissão de warrant;
- 5211-7/02 - Guarda-móveis;
- 5211-7/99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis;

FL Nº 227

- 5212-5/00 - Carga e descarga;
- 5231-1/01 - Administração da infra-estrutura portuária;
- 5231-1/02 - Atividades do Operador Portuário
- 5232-0/00 - Atividades de agenciamento marítimo;
- 5250-8/01 - Comissaria de despachos;
- 5250-8/02 - Atividades de despachantes aduaneiros;
- 5250-8/03 - Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo;
- 5250-8/04 - Organização logística do transporte de carga;
- 5320-2/01 - Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional;
- 5590-6/99 - Outros alojamentos não especificados anteriormente;
- 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor
- 7719-5/99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
- 7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
- 7830-2/00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros
- 7911-2/00 - Agências de viagens;
- 8111-7/00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais;
- 8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios;
- 8122-2/00 - Imunização e controle de pragas urbanas;
- 8129-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente;
- 8130-3/00 - Atividades paisagísticas;
- 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
- 8292-0/00 - Envasamento e empacotamento sob contrato;
- 4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;
- 4921-3/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal;
- 4921-3/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana;
- 4922-1/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana;
- 4922-1/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual;
- 4922-1/03 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional;
- 4929-9/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional;
- 4929-9/04 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional;
- 5229-0/01 - Serviços de apoio ao transporte por taxi, inclusive centrais de chamada;
- 5229-0/02 - Serviços de reboque de veículos;
- 5229-0/99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente;

FL Nº 228

- 5239-7/99 - atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente;
- 3812-2/00 - Coleta de resíduos perigosos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CAPITAL SOCIAL.

O capital social é no valor de R$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE.

A empresa iniciou suas atividades em 27/07/2004, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO.

A administração e direção da sociedade é exercida pelo titular **EDSON SOUZA DE ARAUJO**, com os poderes e atribuições de administrador autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer empresário ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.

CLÁUSULA SEXTA - DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO DO ADMINISTRADOR.

O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime /alimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1°, CC/2002).

Parágrafo único: Declaro que não possuo nenhuma outra empresa dessa modalidade registrada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO EXERCÍCIO SOCIAL.

O exercício social coincidirá com o ano civil, sendo em 31 de dezembro de cada ano será elaborado inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado económico, cabendo ao titular os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRÓ-LABORE.

Como remunerações pró-labore, perceberá o titular, mensalmente e escrituradas nas contas gerais da contabilidade da empresa conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Manaus – Am, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, assinando o presente em três vias de igual teor e forma.

E por estarem assim juntos e contratados, assinam a presente alteração em 1(uma) via.

Manaus - AM, 07 de abril de 2021.

FL Nº 229

EDSON SOUZA DE ARAUJO
CPF: [redacted]
Titular/administrador

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FL Nº 230

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/021.319-1	AMP2100033867	20/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	EDSON SOUZA DE ARAUJO	20/04/2021

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do g v.b

Selo Ouro - Certificado Digital

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI, de CNPJ 06.820.212/0001-00 e protocolado sob o número 21/021.319-1 em 20/04/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1108080, em 20/04/2021. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Edna dos Santos Watanabe.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lycia Fabíola Santos de Andrade. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (http://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	EDSON SOUZA DE ARAUJO	20/04/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	EDSON SOUZA DE ARAUJO

Manaus, terça-feira, 20 de abril de 2021

Documento assinado eletrônicamente por Edna dos Santos Watanabe, Servidor(a) Público(a), em 20/04/2021, às 11:50.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 21/021.319-1.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FL Nº 232

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	LYCIA FABIOLA SANTOS DE ANDRADE

Manaus. terça-feira, 20 de abril de 2021

FL Nº 233

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
06.820.212/0001-00 MATRIZ		27/07/2004

NOME EMPRESARIAL
SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
52.50-8-05 - Operador de transporte multimodal - OTM

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
16.22-6-01 - Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas
16.22-6-02 - Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais
16.22-6-99 - Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção
16.29-3-01 - Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis
30.11-3-02 - Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte
30.12-1-00 - Construção de embarcações para esporte e lazer
38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos
41.20-4-00 - Construção de edifícios
43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.12-6-00 - Perfurações e sondagens
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
43.29-1-01 - Instalação de painéis publicitários
43.29-1-02 - Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima fluvial e lacustre
43.29-1-03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DOUTOR AMARO ALENCAR	620	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.027-031	SAO RAIMUNDO	MANAUS	AM

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SD.MATRIZ@SDMULTIMODAL.COM.BR	(92) 3622-7021

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	27/07/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/05/2022 às 15:58:56 (data e hora de Brasília).

FL Nº 234

FL Nº 235

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
06.820.212/0001-00 MATRIZ		27/07/2004

NOME EMPRESARIAL
SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.29-1-05 - Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração
43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente
43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DOUTOR AMARO ALENCAR	620	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.027-031	SAO RAIMUNDO	MANAUS	AM

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SD.MATRIZ@SDMULTIMODAL.COM.BR	(92) 3622-7021

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	27/07/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/05/2022 às 15:58:56 (data e hora de Brasília). Página: **2/5**

FL Nº 236

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
06.820.212/0001-00 MATRIZ		27/07/2004

NOME EMPRESARIAL
SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
49.21-3-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal
49.21-3-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana
49.22-1-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana
49.22-1-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual
49.22-1-03 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional
49.23-0-01 - Serviço de táxi
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
49.29-9-04 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional
49.29-9-99 - Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
49.30-2-04 - Transporte rodoviário de mudanças
50.11-4-01 - Transporte marítimo de cabotagem - Carga
50.12-2-01 - Transporte marítimo de longo curso - Carga
50.12-2-02 - Transporte marítimo de longo curso - Passageiros
50.21-1-02 - Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DOUTOR AMARO ALENCAR	620	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.027-031	SAO RAIMUNDO	MANAUS	AM

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SD.MATRIZ@SDMULTIMODAL.COM.BR	(92) 3622-7021

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	27/07/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/05/2022 às 15:58:56 (data e hora de Brasília). Página: **3/5**

FL Nº 237

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
06.820.212/0001-00 MATRIZ		27/07/2004

NOME EMPRESARIAL
SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
50.22-0-01 - Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia
50.30-1-01 - Navegação de apoio marítimo
50.30-1-02 - Navegação de apoio portuário
50.91-2-02 - Transporte por navegação de travessia intermunicipal, interestadual e internacional
50.99-8-99 - Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente
52.11-7-01 - Armazéns gerais - emissão de warrant
52.11-7-02 - Guarda-móveis
52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis
52.12-5-00 - Carga e descarga
52.29-0-01 - Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada
52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos
52.29-0-99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente
52.31-1-01 - Administração da infra-estrutura portuária
52.31-1-02 - Atividades do Operador Portuário
52.32-0-00 - Atividades de agenciamento marítimo
52.39-7-99 - Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente
52.50-8-01 - Comissaria de despachos
52.50-8-02 - Atividades de despachantes aduaneiros
52.50-8-03 - Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo
52.50-8-04 - Organização logística do transporte de carga

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DOUTOR AMARO ALENCAR	620	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.027-031	SAO RAIMUNDO	MANAUS	AM

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SD.MATRIZ@SDMULTIMODAL.COM.BR	(92) 3622-7021

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	27/07/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/05/2022 às 15:58:56 (data e hora de Brasília). Página: **4/5**

FL Nº 233

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
06.820.212/0001-00 MATRIZ		27/07/2004

NOME EMPRESARIAL
SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
53.20-2-01 - Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional
55.90-6-99 - Outros alojamentos não especificados anteriormente
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros
79.11-2-00 - Agências de viagens
81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.92-0-00 - Envasamento e empacotamento sob contrato

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DOUTOR AMARO ALENCAR	620	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.027-031	SAO RAIMUNDO	MANAUS	AM

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SD.MATRIZ@SDMULTIMODAL.COM.BR	(92) 3622-7021

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	27/07/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/05/2022 às 15:58:56 (data e hora de Brasília). Página: **5/5**

FL Nº 239

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**06.820.212/0001-00**	DUNS®:	**678303283**
Razão Social:	**SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**16/08/2022**
Natureza Jurídica:	**EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vinculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**11/07/2022**
FGTS		Validade:	**29/05/2022**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**31/10/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**15/06/2022**
Receita Municipal	Validade:	**26/07/2022**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: **30/04/2022** (*)

CPF: 004.063.483-33 Nome: MARIO ALVES GOMES FILHO

FL Nº 290

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 06.820.212/0001-00
Certidão nº: 16949011/2022
Expedição: 27/05/2022, às 15:44:08
Validade: 23/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.820.212/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

FL Nº 241

TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 27/05/2022 15:43:32
Usuário: 00406348332

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação	Total de Registros	1
[redacted]	SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI	Inadimplente	Há até 30 dias:	0
			Há mais de 30 dias:	1

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão
00394460	MF-PROC.GERAL FAZENDA NACIONAL	10/04/2018 00:46:00

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 08.820.212/0001-00

LIMPAR

FL Nº 242

Data da consulta: 27/05/2022 15:37:27
Data da última atualização: 27/05/2022 12:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE

Nenhum registro encontrado

FL Nº 293

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI**

CPF/CNPJ: **06.820.212/0001-00**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:48:39 do dia 27/05/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: D10Q270522154839

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FL Nº 249

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 27/05/2022 15:51:03

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI**
CNPJ: **06.820.212/0001-00**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Sistema do CNJ está indisponível**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

FL Nº 295

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

FL Nº 296

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: **06.820.212/0001-00** DUNS®: **678303283**
Razão Social: **SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

FL Nº 247

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Juridica	Nº de Matricula do Agente Auxiliar do Comércio
13600097782	2305	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AME2100087780

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

MANAUS
Local

2 Agosto 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Responsável (Data)

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Responsável (Data)

Processo em Ordem À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

unta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FL Nº 298

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/044.239-5	AME2100087780	02/08/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	EDSON RENATO DA SILVA	02/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do g v.b Selo Ouro - Certificado Digital		
[redacted]	EDSON SOUZA DE ARAUJO	02/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do g v.b Selo Ouro - Certificado Digital		

Fls nº 249

B A L A N Ç O P A T R I M O N I A L

SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

CNPJ: 06.820.212/0001-00

NIRE: 13600097782

RUA DR.AMARO ALENCAR, Nº 620 - SÃO RAIMUNDO
MANAUS-AM
CEP: 69.027-031

30 DEZEMBRO 2020

CNPJ 06.820.212/0001-00

Balanço Patrimonial de 01/01/2020 até 31/12/2020

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**
Caixa e Equivalentes de Caixa	522.161,64D	230.682,08D	Fornecedores
Contas a Receber	1.826.807,43D	1.391.126,66D	Empréstimos e Financiamentos
Estoques	156.130,33D	0,00D	Obrigações Fiscais
Outros Créditos	7.382.954,48D	7.011.501,44D	Obrigações Trabalhistas e Sociais
			Contas a Pagar
			Provisões
NÃO CIRCULANTE			**NÃO CIRCULANTE**
Contas a Receber	0,00D	0,00D	Financiamentos
Investimentos	0,00D	0,00D	
Imobilizado	3.347.862,38D	3.347.862,38D	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
Intangível	0,00D	0,00D	Capital Social
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas	126.518,81C	126.518,81C	Reservas de Capital
			Reservas de Lucros
			Lucros Acumulados
			(-) Prejuízos Acumulados
TOTAL	13.109.397,45D	11.854.653,75D	**TOTAL**

FLN° 250

EDSON SOUZA DE ARAUJO
Sócio - Administrador
[redacted]

EDSON RENATO
[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1130495 em 03/08/2021 da Empresa SD LOGISTICA E TRANSPORTE MUL
protocolo 210442395 - 02/08/2021. Autenticação: 226E3542E546C68B7CD4BE433671681341E1B5. Ly
Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 21/0
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/08/2021 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secr

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Vendas de produtos, mercadorias e serviços		
Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços	3.668.809,69C	0,00C
(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções	260.741,16D	0,00C
= **Receita**	**3.408.068,53C**	**0,00C**
(-) Custo das vendas		
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços	968.381,40D	0,00C
= **Lucro bruto**	**2.439.687,13C**	**0,00C**
(-) Despesas operacionais		
Despesas Administrativas	1.880.409,77D	194.084,58C
Despesas com Vendas	0,00C	0,00C
Outras Despesas Gerais	20.220,19D	0,00C
= **Resultado operacional antes do resultado financeiro**	**539.057,17C**	**194.084,58C**
(+/-) Resultado financeiro		
Receitas Financeiras	0,00C	0,00C
(-) Despesas Financeiras	27.508,42D	0,00C
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	397.054,62C	9.557,00D
= **Resultado antes das despesas com tributos sobre o lucro**	**908.603,37C**	**184.527,58C**
(-) Despesa com Contribuição Social	74.042,57D	0,00C
(-) Despesa com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	176.865,96D	0,00C
= **Resultado líquido do período**	**657.694,84C**	**184.527,58C**

FLS Nº 251

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada.

Manaus, 31 de dezembro de 2020.

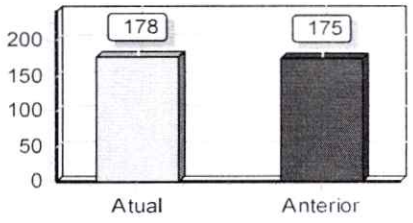
EDSON SOUZA DE ARAUJO
Sócio - Administrador
[redacted]

EDSON RENATO DA SILVA
CP[redacted]
CRC: SP[redacted]

Solvência Geral

Ativo	13.109.397,45	
Passivo Circulante + Passivo não Circulante (Obrigações a LP)	7.359.311,77	= 1,78

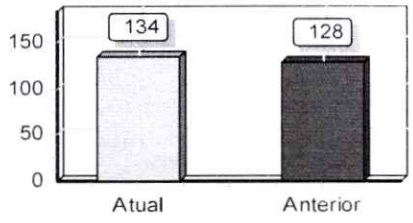
Quanto maior, melhor. O investimento total equivale a 178 % do capital de terceiros.



Liquidez Geral

Ativo Circulante + Ativo Realizável a LP	9.888.053,88	
Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante (Obrigações a LP)	7.359.311,77	= 1,34

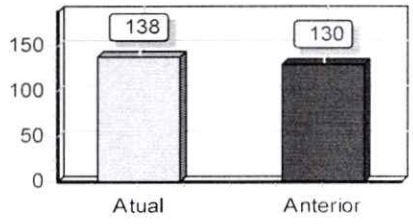
Quanto maior, melhor. A empresa possui R$1,34 de ativo Circulante e ativo realizável a longo prazo para cada R$1,00 de divida total.



Liquidez Corrente

Ativo Circulante	9.888.053,88	
Passivo Circulante	7.148.089,16	= 1,38

Quanto maior, melhor. A empresa possui R$1,38 de ativo circulante para cada R$1,00 de divida de curto prazo.



Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada.

Manaus, 31 de dezembro de 2020.

EDSON SOUZA DE ARAUJO
Sócio - Administrador
CPF [redacted]

EDSON RENATO DA SILVA
CR[redacted]

FL Nº 253

DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

CNPJ: 06.820.212/0001-00 - NIRE: 13600097782

RUA DR.AMARO ALENCAR, Nº 620 - SÃO RAIMUNDO

01.01.2020 a 31.12.2020

Folha: 6

	(R$) 2020	(%)
RECEITAS	**4.065.864,31**	**100%**
VENDAS DE MERCADORIAS, PRODUTOS E SERVIÇOS	3.668.809,69	90%
OUTRAS RECEITAS	397.054,62	10%
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS + (ICMS/IPI/PIS/COFINS)	**(2.058.299,57)**	**100%**
CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS	(177.889,80)	9%
MATERIAIS, ENERGIA, SERVIÇOS DE TERCEIROS E OUTROS	(1.414.427,32)	69%
OUTRAS	(465.982,45)	23%
VALOR ADICIONADO BRUTO	**2.007.564,74**	
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-	
VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**2.007.564,74**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA	-	**100%**
RECEITAS FINANCEIRAS		#DIV/0!
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**2.007.564,74**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**2.007.564,74**	**100%**
PESSOAL	790.491,60	39%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	531.869,88	26%
JUROS	27.508,42	1%
RESULTADO DO EXERCICIO	**657.694,84**	**33%**
LUCROS RETIDOS/PREJUIZO DO EXERCICIO	657.694,84	33%

Manaus, AM, 31 de dezembro de 2020

EDSON SOUZA DE ARAUJO
Sócio - Administrador
CPF [redacted]

EDSON RENATO DA SILVA
CPF [redacted]
CRC: SP [redacted]

DMPL - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

CNPJ: 06.820.212/0001-00 - NIRE: 13600097782

RUA DR.AMARO ALENCAR, Nº 620 - SÃO RAIMUNDO

01.01.2020 a 31.12.2020

FLS 259

Folha: 7

Histórico	Capital Social Integralizado	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			Luc./Prejuizos Acumulados	Total
		Sub-venções para Investi-mentos	Reserva Para Contingência	Reserva Estatuária	Reserva Legal		
Saldo em 31/12/2019	**3.000.000,00**	**-**	**-**	**-**	**1.649.663,11**	**-**	**4.649.663,11**
Ajuste de Exercícios Anteriores:	-	-	-	-	-	**442.727,73**	**442.727,73**
Efeito de Mudanças de Critérios Contábeis	-	-	-	-	-	-	-
Retificação de Erros de Exercícios Anteriores		-	-	-		442.727,73	442.727,73
Capital:	-						-
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-
Gastos com Emissões [illegible]ções	-	-	-	-	-	-	-
[illegible]es em Tesourarias Adquiridas	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesourarias Vendidas	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Transações de Capital Com Sócios						**657.694,84**	**657.694,84**
Lucro do Periodo	-	-	-	-	-	657.694,84	657.694,84
Lucros Distribuídos aos Sócios	-	-	-	-	-		-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Instrumentos Financeiros Reclassificaçã Para Resultado	-	-	-	-	-	-	-
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificações de Resultado Abrangente	-	-	-	-	**1.100.422,57**	**(1.100.422,57)**	**(1.100.422,57)**
Contituição de Reservas	-	-	-	-	1.100.422,57	(1.100.422,57)	-
Saldos Finais	**3.000.000,00**	**-**	**-**	**-**	**2.750.085,68**	**-**	**5.750.085,68**

Manaus, AM, 31 de dezembro de 2020

EDSON SOUZA DE ARAUJO
Sócio - Administrador
CPF: [illegible]
R[illegible]

EDSON RENATO DA SILVA
CPF [illegible]
CRC: SP-[illegible]

SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

CNPJ: 06.820.212/0001-00 - NIRE: 13600097782

RUA DR.AMARO ALENCAR, Nº 620 - SÃO RAIMUNDO

01.01.2020 a 31.12.2020

FL Nº 255

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade limitada com sede em Manaus que se insere no seguimento de prestação de serviços de transporte multimodal de cargas.

2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

a) Determinação do resultado

O resultado é apurado em obediência ao regime de competencia, e o regime de apuração do IRPJ/CSLL é o de lucro Presumido.

b) Ativos circulantes e realizável a longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

c) Passivo circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data do balanço.

[redacted]IMOBILIZADOS

Avaliados pelo custo original, e depreciados pelas taxas estabelecidas na legislação. Os valores compreendem o cálculo no exercicio. No Balanço Patrimonial apresenta os valores da depreciação acumulada, somando-se o saldo anterior

4. CAPITAL

O capital social está representado no valor nominal de 3.000.000 (tres milhões) de quotas no valor de R$ 1,00, na qual resulta no valor do capital social de R$ 3.000.000,00 (tres milhões de reais).

EDSON SOUZA DE ARAUJO	CPF [redacted]	3.000.000,00	100%
Total		**3.000.000,00**	**100%**

5. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E EVENTUAIS

A Sociedade, a exemplo das demais empresas que operam no país, está sujeita à contingências fiscais, legais, trabalhistas, civeis e outras. Em bases periódicas a Administração da Sociedade revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia a possibilidade de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão para contingências e eventuais, a débito ou crédito de resultados.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, ativos e passivos da companhia, em 31 de dezembro de 2020, estão todos registrados em contas patrimoniais e não apresentam valores de mercado diferentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

DECLARAÇÃO

Sob as penas da lei, declaramos que as informações contidas neste Balanço Patrimonial e Demonstrações, são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada.

Manaus, AM, 31 de dezembro de 2020

EDSON SOUZA DE ARAUJO
Sócio - Administrador
CPF: [redacted]
RG: [redacted]

EDSON RENATO DA SILVA
CRC [redacted]

Fls. 256

DFC - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

CNPJ: 06.820.212/0001-00 - NIRE: 13600097782

RUA DR.AMARO ALENCAR, Nº 620 - SÃO RAIMUNDO

01.01.2020 a 31.12.2020

Folha: 5

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020
Recebimento de clientes	3.168.658,77
Adiantamentos	(446.962,94)
Juros recebidos	
Pagamento de Tributos	(33.993,32)
Pagamento IR e CSLL	
Pagametos a fornecedores	(210.906,13)
Pagamentos de salários e encargos	(438.105,06)
Despesas Administrativas	(1.474.074,56)
Juros pagos	(27.508,42)
Outros recebimentos ou pagamentos líquidos	
Caixa líquido das Atividades Operacionais	**537.108,34**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	
Alienação de imobilizados	
Alienação de investimentos	
Aquisição de imobilizados	
Aquisição de investimentos	
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização de capital	
Juros recebidos de empréstimos	
Emprestimos Pagos	(163.090,38)
Aumento do capital social	
Pagamento de lucros e dividendos	
Juros pagos por empréstimos	
Empréstimos a sócios e coligadas	(82.538,40)
Caixa Líquido das atividades de financiamentos	**(245.628,78)**
Aumento ou redução de Caixa Líquido	291.479,56
Saldo de Caixa/Equivalentes - Inicial	**230.682,08**
Saldo de Caixa/Equivalentes - Final	**522.161,64**

Manaus, AM, 31 de dezembro de 2020

EDSON SOUZA DE ARAUJO
Sócio - Administrador
C[redacted]

EDSON RENATO DA SILVA
CPF: [redacted]
CRC: SP-2[redacted]

unta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FL Nº 257

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/044.239-5	AME2100087780	02/08/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	EDSON RENATO DA SILVA	02/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do g v.b Selo Ouro - Certificado Digital		
[redacted]	EDSON SOUZA DE ARAUJO	02/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do g v.b Selo Ouro - Certificado Digital		

FL Nº 258

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI, de CNPJ 06.820.212/0001-00 e protocolado sob o número 21/044.239-5 em 02/08/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1130495, em 03/08/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Izabela Lopes Furtado.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lycia Fabíola Santos de Andrade. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	EDSON RENATO DA SILVA	02/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do Selo Ouro - Certificado Digital		
413.709.292-34	EDSON SOUZA DE ARAUJO	02/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	EDSON RENATO DA SILVA	02/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do Selo Ouro - Certificado Digital		
[redacted]	EDSON SOUZA DE ARAUJO	02/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 31/12/2020

Documento assinado eletronicamente por Izabela Lopes Furtado, Servidor(a) Público(a), em 03/08/2021, às 11:49.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 21/044.239-5.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

FL Nº 259

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	LYCIA FABIOLA SANTOS DE ANDRADE

Manaus. terça-feira, 03 de agosto de 2021

FL Nº 260

Manaus, 02 de dezembro de 2021.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os fins de direito e a pedido do interessado, que a Empresa SD LOGÍSTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI, com sede na Rua Doutor Amaro de Alencar, 620 – São Raimundo, inscrita no CNPJ nº 06.820.212/0001-00, prestou serviços de LOCAÇÃO DE EMBARCAÇÃO PARA TRANSPORTE DE MILITARES E MATERIAL COLETIVO CONFORME A NECESSIDADE, estando em nosso atendimento, com Empurrador com Balsa e Ferry-Boat. Nº 409959 DE 28JUL21-COLOG INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR = 16034905000042021 ANO 2021 TIPO NE NÚMERO 502 PROCESSO 64315.002523/2021-62

Locação de embarcação tipo empurrador com balsa para transporte de material co m capacidade mínima de 400 ton e superfície aproveitável de 150 m².

Locação e embarcação para transporte de pessoal do tipo Ferry-Boat, com capacidade de transporte de no mínimo, 150 militares equipados e material coletivo conforme a necessidade da contratante.

Os serviços são prestados com padrões de qualidade estabelecidos contratualmente, sendo os prazos de execução plenamente cumpridos, nada havendo em nossos registros que possa desabonar sua prestação de serviços.

Sem mais, atenciosamente,

[redacted]

Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva

CNPJ 09.536.757/0001-79

JEAN DE OLIVEIRA SILVA- 1º SGT

Fiscal de Contrato

FL Nº 261

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

OFÍCIO Nº 6-SALC/Esc Adm/Cmdo

Manaus/AM, 27 de maio de 2022.

À Senhora
FRANCISLÉA NAZARÉ CAXEIXA DE MENEZES FALCÃO
Consultora Jurídica da União no Estado do Amazonas – CJU/AM
Av. Tefé, 611 – Ed. Luis Higino de Sousa Netto – Bairro: Praça 14
69020-090 – Manaus/AM

Assunto: **Apreciação Jurídica.**

Senhora Coordenadora Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente documento, em complemento ao Ofício nº 5-SALC/Esc Adm/Cmdo, referente ao Processo Administrativo abaixo descrito, para exame e aprovação jurídica por essa Consultoria Jurídica da União, de acordo com o art. 38 da Lei nº 8.666/93, conforme **formulário** para tramitação:

DATA LIMITE: 01/06/2022 (solicitação de análise emergencial anexada ao processo). Prazo máximo para devolução da CJU/AM, a fim de não prejudicar a contratação.	TERMO ADITIVO, SE FOR O CASO: DATA LIMITE: FLS:
E-mail: salc@12rm.eb.mil.br	Telefone: (92) 3659-1251
NUP: 64321.011756/2022-58	Nº de volumes: 01 (um)
Data de Abertura do Processo: 20/05/2022	
Valor: R$1.758.172,28 (um milhão, setecentos e cinquenta e oito mil, cento e setenta e dois reais e vinte e oito centavos).	Modalidade: Dispensa de Licitação Eletrônica
Prazo: 60 dias	Sigla do Órgão: CMDO 12ª RM
MODELOS DA AGU	
EDITAL E ANEXO: Foram adotados? (X) SIM ( ) NÃO	
Qual o modelo utilizado: Modelo de Dispensa Eletrônica. Atualização: Agosto/2021	
Houve alteração? Não	Relacionar os itens modificados [1]:

Certifico o SOBRESTAMENTO do processo NUP 64321.011756/2022-58, objetivando auxiliar na verificação e análise por parte dessa CJU/AM, assumindo o compromisso da não movimentação do mesmo a partir de 27/05/2022.

[redacted]

CONTINUA...

1

1 – Com relação a justificativa para as alterações nos modelos da AGU a mesma pode ser apresentada em documento específico, juntado aos autos, com a indicação das respectivas folhas.

REENCHIMENTO OBRIGATÓRIO			
Assunto/Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de embarcação regional para transporte de cargas e/ou passageiros.			
O PROCESSO É CONSIDERADO SENSÍVEL PELO ÓRGÃO ASSESSORADO? (X)SIM ( )NÃO Em caso positivo, descrever os motivos: Em face do objeto ser de locação de embarcações para apoio logístico das operações do Comando Militar da Amazônia, torna-se de relevante importância o Parecer dessa Consultoria sob risco de interromper adestramento das tropas, bem como o poder de dissuasão do Exército Brasileiro na região Amazônica. (OBS.: Por processo sensível, entende-se aquele processo cujo objeto seja complexo ou que possua importância estratégica para o órgão por estar imbricado com outras contratações, dele dependentes; ou pela repercussão que possa ter perante outros setores da administração ou da sociedade.)			
IDENTIFICAÇÃO DO TEMA: serviços sem dedicação exclusiva. (OBS: De acordo com os conceitos listados abaixo, **sendo possível marcar mais de uma opção se o caso admitir**)			
AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à **aquisição onerosa** de bens mediante fornecimento único ou parcelado.		**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** - Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.	
SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços **com** a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública.		**PATRIMÔNIO** - Processos e consultas que tratem do **patrimônio imobiliário** da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.	
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços **sem** a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.	X	**RESIDUAL** - Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.	
CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL - Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Civis do Ministério Público Federal ou do Trabalho.			
OBSERVAÇÃO: solicitação de análise emergencial anexada ao processo.			

FL Nº 262

[redacted]

ÉBER DEWET MOREIRA DA SILVA – TC
Ordenador de Despesas do Comando da 12ª Região Militar

FL Nº 263

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 06/2022

SOLICITAÇÃO DE ANALISE EM URGÊNCIA PARA PROCESSO LICITATÓRIO

Solicito a essa Consultoria Jurídica da União que o Processo Administrativo nº **64321.011756/2022-58**, do Comando da 12ª Região Militar, referente à **Dispensa Eletrônica nº 06/2022** cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de embarcação regional, seja analisado em caráter de **urgência**. Tal solicitação ocorre pelo fato do Comando da 12ª Região Militar estar responsável pela logistica de mobilização da tropa e do material que será empregado em prol da Operação Amazônia, com previsão de inicio na segunda semana de junho de 2022, e, contará com a participação de todas as Organizações Militares subordinadas ao Comando Militar da Amazônia.

O planejamento da referida operação é de caráter sigiloso, não sendo possivel este Comando disponibilizar informações mais detalhadas.

Vistos os fatos acima, fica comprovada a emergência deste Processo Licitatório e motivada a **SOLICITAÇÃO PARA ANALISE E EMISSÃO DO PARECER JURÍDICO EM REGIME DE URGÊNCIA** por parte desta Consultoria Jurídica da União.

Manaus – AM, 27 de maio de 2022.

[redacted]

EBER DEWET MOREIRA DA SILVA – TC
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

Planejamento da Chamada Pública nº 2/2022, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios do Quantitativo de Subsistência (QS) da agricultura familiar, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, conforme condições, quantidades, exigências e estimativa estabelecidas em projeto básico.

FL Nº 264

Maj VITOR LUIZ FARIAS DE ABREU, do Cmdo 12ª RM;

Cap R/1 Veterano LINDEBERG SOUZA LACERDA, do Cmdo 12ª RM; e

3º Sgt CIBELE REGINA NOGUEIRA PANTOJA, da Cia C 12ª RM.

(Por não ter sido publicado na data oportuna)

Em consequência, os militares em tela, o Ese Adm e o CCOL, ambos do Cmdo 12ª RM, e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 34.875, de 17 MAIO 22, do CCOL Cmdo 12ª RM)

h. PARECER MÉDICO

AVALIAÇÃO MÉDICA - PRÉ-TAF - aprovação

Aprovo o parecer médico emitido pelo Asp LUCAS, médico da Companhia de Comando da 12ª RM, o qual consolidou o resultado do exame Pré-TAF, com vista à realização da 1ª Chamada, do 1º TAF 2022, dos militares a seguir relacionados, que obtiveram o parecer "APTO".

1º Ten QAO FRANCISCO **GOMES** COSTA
1º Ten OTT **ANDRÉIA** FEITOSA DA COSTA SILVA

Em consequência, o E-3 e a Aj G, ambos do Cmdo 12ª RM, os militares em tela e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 34.756, de 10 MAIO 22, da Seç Sau Cia C 12ª RM)

i. PROCESSO LICITATÓRIO - dispensa - designação da equipe de planejamento

Designo, a contar de 18 de maio de 2022, os militares a seguir relacionados para compor a Equipe de Planejamento da Dispensa de Licitação nº 6/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Locação de Embarcação Regional para Transporte de Cargas e/ou Passageiros, para atender as demandas logísticas do Comando da 12ª Região Militar, em prol da Operação Amazônia 2022:

3º Sgt STT ANDERSON TIAGO DE FREITAS **NORONHA**, da Cia C 12ª RM;

Cel Inf ANDERSON **CORRÊA** DOS SANTOS
1 Cel Inf FÁBIO MACHADO **MONTEIRO** DOS SANTOS

Em consequência, o Ese Adm e o CCOL, ambos do Cmdo 12ª RM, e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 39.450, de 19 MAIO 22, do CCOL Cmdo 12ª RM)

j. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - nomeação

O Comandante da Escola de Instrução Especializada, no uso de suas atribuições, certifica a conclusão com aproveitamento o Estágio Setorial para Chefe de Seção do Serviço de Veteranos e Pensionistas Regional na Modalidade de Educação a Distância, no ano 2022, e outorga-lhe o presente certificado, a fim de que possa gozar de todos direitos e prerrogativas legais:

FL Nº 265

Cel Eng **SILVIO** RICARDO SOARES BEZERRA

Em consequência, a Aj G Cmdo 12ª RM e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 34.787, de 6 MAIO 22, da SSIP Cmdo 12ª RM)

O Comandante da Escola de Instrução Especializada, no uso de suas atribuições, certifica abaixo discriminado, a conclusão com aproveitamento o Estágio Setorial de Gestão de Pagamentos de Veteranos e Pensionistas na Modalidade de Educação a Distância, no ano 2022, e outorga-lhe o presente certificado, a fim de que possa gozar de todos direitos e prerrogativas legais:

Cel Veterano PTTC **CARLOS AUGUSTO** PEREIRA DOS SANTOS

Em consequência, a Aj G Cmdo 12ª RM e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 34.806, de 12 MAIO 22, da SSIP Cmdo 12ª RM)

O Comandante da Escola de Instrução Especializada, no uso de suas atribuições, certifica a conclusão com aproveitamento o Estágio Setorial de Gestão de Processos de Inativos Militares na Modalidade de Educação a Distancia, no ano 2022, e outorga-lhe o presente certificado, a fim de que possa gozar de todos direitos e prerrogativas legais:

3º Sgt Veterano PTTC **OSVALDO** COSTA

Em consequência, a Aj G Cmdo 12ª RM e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 34.909, de 18 MAIO 22, da SSIP Cmdo 12ª RM)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO - abertura

O Ordenador de Despesas do Comando da 12ª Região Militar, o Ten Cel ÉBER **DEWET** MOREIRA DA SILVA, em despacho datado de 20 de maio de 2022, determinou a abertura do processo de Dispensa de Licitação nº 6/2022 - SALC Cmdo 12ª RM, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada no serviço de locação de embarção regional para transporte de cargas e/ou passageiros, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Em consequência, o Esc Adm Cmdo 12ª RM e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 34.987, de 20 MAIO 22, do Esc Adm Cmdo 12ª RM)

4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA

1. JUSTIÇA

FL Nº 266

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(REGIÃO MENDONÇA FURTADO)

JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Dispensa Eletrônica nº 06/2022
Processo Administrativo nº 38/2022
NUP nº 64321.011756/2022-58

Em conformidade com o inciso VI, art. 5º, da IN nº 67/2021, a escolha do fornecedor SD LOGÍSTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI, CNPJ nº 06.820.212/0001-00, para o item 1, e o fornecedor LOG SHIP SERVIÇO DE ENGENHARIA E COMÉRCIO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 21.263.068/0001-33, para os itens 2 e 3, deu-se pelo fato das referidas empresas apresentarem o menor lance dentre os que participaram da Dispensa Eletrônica nº 06/2022, que ocorreu no dia 27 de maio de 2022, no horário de 08:00 as 15:00, no Portal de Compras do Governo Federal (compras.gov.br), conforme relatórios acostados ao processo de Dispensa Eletrônia (fls. 163-173). As referidas empresas apresentaram todos os requisitos de habilitação necessários e possuiam disponibilidade de prestação de serviço imediato, assim demonstrada a vantajosidade da contratação.

Manaus-AM, 27 de maio de 2022.

[redacted]

EBER DEWET MOREREIRA DA SILVA – TC
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI
CNPJ: 06.820.212/0001-00
Rua Doutor Amaro Alencar, 620 - São Raimundo
Fones: (92) 3622-7021
CEP 69.027-031 - Manaus - Amazonas

FL Nº 264

PROPOSTA

Dispença Licitação 06/2022 – 12º Região Militar

Seguindo os ditames editalicios, a Empresa SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI, serdiada a Rua DOUTOR AMARO ALENCAR, 620 - SÃO RAIMUNDO, CEP.: 69.027-031 / MANAUS – AM, inscrita no CNPJ 06.820.212/0001-00, telefone (92) 3085-9622, neste ato representada por EDSON SOUZA DE ARAUJO, CPF [redacted] baixo assinada, propoe ao Comando da 12° Região Militar os serviços abaixo indicados, conforme Termo de Refrência do edital em epígrafe, nas seguintes condições:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QT	VAL. TOTAL
1	Locação de embarcação, para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 120 (cento e vinte) militares equipados, e material coletivo conforme a necessidade da contratante: e embarcação deverá possuir calado compat´vel para a navegação nos principais rios e afluentes da bácia hidrográfica amazônica. Frigorificados: gerador (principal e reserva) com capacidade de prover energia para tosos os equipamentos orgânicos da embarcação e os comduzidos pelos militares, além da iluminação própria da embracação, devendo permanecer ligado durante todo período da locação. Capacidade mínima de carga de 40 (quarenta) toneladas: Casco metálico, 01 (um) bote com capacidade de 800 Kg com motor de popa instalado de no mínimo 40 HP para casos de pane mecânica, Todo o material para o perfeito funionamento da embarcação, Permitindo a nevegação diurna e noturna, em percurso abrangendo a Região do estado do Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima, partindo dos locais a serem determinados pelo comando da 12º Região Militar, e conforme a disponibilidade hidroviária no período de locação das embarcações: **sem provimento de alimentação para os passageiros:** com fornecimento de água mineral, combustóvel e aditivos pelo contrato.**A oferta inclui 10 (dez) diárias em deslocamento e 5 (cinco) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / Barcelos-AM / Santa Isabel do Rio Negro-AM.**	Serv.	1	R$ 292.990,00
	TOTAL DA PROPOSTA		**R$ 292.990,00**	

Valor total da proposta: R$ 292.990,00
- Declaramos que a proposta está em conformidade com todos os preceitos legais e regulamentares em vigor.
- Declaramos que a validade da proposta é de 90 (noventa) dias.
- Declaramos expressamente que nos preços acima estão incluídos todos os insumos que compõe, inclusive as despesas com impostos, fretes, taxas, seguros, mão-de-obra e quaisque outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços oriundos desta licitação.

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos e que os serviços cotados atendem todas as exigências relativas à especificação e caracterírticas, inclusive térnicas.

Dados Bancários: BASA SD 003 Ag: 0084 C/C: 072671-6

Manaus, 27 de Maio de 2022.

EDSON Assinado de forma [redacted]

SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI
EDSON SOUZA DE ARAUJO / CPF [redacted]

FL Nº 268

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO 12ª REGIAO MILITAR

DE-06/2022

(Processo Administrativo n.° 64321.011756/2022-58)

Sr. Pregoeiro(a)
Seguindo os ditames do edital e seus anexos do **Dispensa Eletronica número 06/2022**, apresentamos nossa **PROPOSTA COMERCIAL** para realização dos serviços de locação de embarcação regional para transporte de carga e/ou passageiro, conforme condições, quantidades e exigencias estabelecidas neste instrumento.

PROPOSTA COMERCIAL

Log Ship Serviço de Engenharia e Comércio de Material Construção LTDA - CNPJ 21.263.068/0001-33
logshipmaline@gmail.com (92) 99106-1336
Rua Belém Nº 929 / Sala 304. Bairro São Francisco - Manaus/AM

FL Nº 269

Grupo	Item	Descrição/Especificação	UND	Qde.	V.Unit. R$	Valor Total R$
01	02	Locação de embarcação, para transporte de carga e passageiros com capacidade no mínimo **120(Cento e vinte) militares** equipados e material coletivo conforme a necessidade da contratante a embarcação deverá possui calado compatível para a navegação nos principais rios e afluentes da bacia hidrográfica Amazônica: Gerador principal e reserva) com capacidade de promover energia para todos os equipamentos orgânicos da embarcação e os conduzidos pelos militares além de iluminação própria da embarcação, devendo permanecer ligado durante todo o período da locação. Capacidade mínima de carga de **40T(quarenta) toneladas**, casco metálico. 01(um) bote com capacidade **de 800kg**, com o motor de popa instalado no mínimo de **40hp** para casos de pane mecânica. Todo material perfeito funcionamento da embarcação. Permitindo a navegação diurna e noturna em percursos abrangendo a região do estado do Amazonas. Partindo de **Manaus-AM/São Gabriel da Cachoeira-AM** e conforme a disponibilidade hidroviária no período de locação das embarcações **sem fornecimento de alimentação, água mineral para os passageiros, combustível.**	**SV**	01	**286.000,00**	**286.000,00**

FL Nº 270

Grupo	Item	Descrição/Especificação	UND	Qde.	V.Unit. R$	Valor Total R$
01	03	Locação de embarcação, para transporte de carga e passageiros com capacidade no mínimo **180(Cento oitenta)** militares equipados e material coletivo conforme a necessidade da contratante a embarcação deverá possui calado compatível para a navegação nos principais rios e afluentes da bacia hidrográfica Amazônica: Gerador principal e reserva) com capacidade de promover energia para todos os equipamentos orgânicos da embarcação e os conduzidos pelos militares além de iluminação própria da embarcação, devendo permanecer ligado durante todo o período da locação. Capacidade mínima de carga de **40T(quarenta) toneladas**, casco metálico. 01(um) bote com capacidade **de 800kg**, com o motor de popa instalado no mínimo de **40hp** para casos de pane mecânica. Todo material perfeito funcionamento da embarcação. Permitindo a navegação diurna e noturna em percursos abrangendo a região dos estados do **Amazonas, Partindo de Manaus-AM/Tefé-AM/Japurá-AM** e conforme a disponibilidade hidroviária no período de locação das embarcações **sem fornecimento de alimentação, água mineral para os passageiros, combustível e aditivos.**	**SV**	**01**	**474.500,00**	**R$474.500,00**

Valor Total de nossa Proposta ..... (Setecentos sessenta mil, quinhentos reais).	**R$760.500,00**

Planilha Composição Preço

DESCRIÇÃO		TOTAL (%)			
A	Custos da mão de obra envolvida (remuneração, encargos previdenciários e FGTS)	30%			R$228.150,00
B	Custo dos insumos utilizados	40%			R$304.200,00
C	Despesas Operacionais	11%			R$83.655,00
D	Lucro	8%			R$60.840,00
E	Tributos	11%			R$83.655,00
TOTAL (A+B+C+D+E)		100%			R$760.500,00

FL Nº 271

DADOS:

1. Declaramos que a validade da nossa proposta será de 90 (Noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

2. Declaramos que, o preço apresentado, estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes,bem como, as isenções tributárias previstas em lei;

3. Declaramos que aceitamos e concordamos plenamente com todos os termos deste TR e seus anexos e que temostotal conhecimento de todas as condições neles contidas;

4. Declaramos que a proposta atende a todas as condições estabelecidas pelo Edital e seus anexos;

5. Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco: Bradesco

Agência: **199** Conta Corrente: **11.3855-3** e, o nosso telefone para contato é **(92) 98276-9440**

6. A empresa está situada no seguinte endereço: Rua Belém, Nº929 – Bairro: São Francisco –

Manaus / Am.CEP: 69.079.015

7. E-mail: logshipmaiine@gmail.com

Manaus, Am 27/05/2022

[redacted]

[redacted]

[redacted]

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

FL Nº 272

TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 09/06/2022 15:09
Usuário: ***.003.532-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160014	COMANDO 12 REGIAO MILITAR	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.633.335/0001-11	AV CORONEL TEIXEIRA NR 6155.	69037-000

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	(092) 3659 - 1251 / 1258

Ano	Tipo	Número
2022	NE	296

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	171410	0100000000	339039	160539	FAOPPREADES

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
30/05/2022	Global	00000.000205/2022-00	0,0000	292.990,00

Favorecido

Código	Nome
06.820.212/0001-00	SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

Endereço	CEP
DOUTOR AMARO ALENCAR 620 SAO RAIMUNDO	69027-031

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
163	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
Lei 14.133/2021	75	-	XIII	-

Descrição
ATENDEDER DESPESAS COM FRETAMENTO DE EMBARCAÇÃO PARA AP OP AMAZONIA/2022, CONF DIEX NR 005-CCOL/CMDO 12 RM, DE 30 MAIO 22 - 2022NC007619-COTER DE 10 MAIO 22 - ND 339039.74 -PDR 00206/05/2022
(160014 - DISP 06/2022)

Local da Entrega
MANAUS/AM - 12 REGIÃO MILITAR

Informação Complementar
160014060000062022 - UASG Minuta: 160014

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/06/2022 18:58:24	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	292.990,00

Subelemento 74 - FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 120 (cento e vinte) militares equipados e material coletivo, conforme item 1 do Termo de Referência. A oferta deverá incluir 10 (dez) diárias em deslocamento e 5 (cinco) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / Barcelos-AM / Santa Isabel do Rio Negro-AM	292.990,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
31/05/2022	Inclusão	1,00000	292.990,0000	292.990,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
EBER DEWET MOREIRA DA SILVA
***.530.907-**
01/06/2022 15:57:17

Responsável pela Nota de Empenho
ROOSEVELT FEITOSA DE FREITAS
***.906.897-**
02/06/2022 18:58:24

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/06/2022 18:58:24	Alteração

FL Nº 274

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Região Mendonça Furtado)

TERMO DE CONTRATO Nº 20/2022

COMPRA

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 20/2022, QUE FAZEM ENTRE SI O COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR E A EMPRESA SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI

O Comando da 12ª Região Militar, com sede na Avenida Coronel Teixeira, nº 6155, bairro Ponta Negra, CEP 69037-000, na cidade de Manaus-AM, inscrito no CNPJ sob o nº 09.633.335/0001-11, neste ato representado pelo Tenente Coronel **ÉBER DEWET MOREIRA DA SILVA**, Ordenador de Despesas, portador da Carteira de Identidade nº 020474834-7, e CPF nº [redacted] doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.820.212/0001-00, sediado à Rua Doutor Amaro Alencar, nº 620 – São Raimundo, Cep 69.027-031, em Manaus/Amazonas, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **EDSON SOUZA DE ARAÚJO**, portador do CPF [redacted] do em vista o que consta no Processo nº 00000.000205/2022-00 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preços nº 04/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de locação de embarcação regional para transporte de Cargas e/ou Passageiros, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexa do Aviso de Licitação Eletrônica.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Dispensa Eletrônica, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	SERVIÇO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL	NOTA DE EMPENHO
1	Locação de embarcações para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 120 (cento e vinte) militares equipados e material coletivo, conforme item 1 do Termo de	1	R$292.990,00	R$292.900,00	2022NE296

[redacted]

EDSON SOUZA DE ARAUJO:41370929234 Assinado de forma digital por EDSON SOUZA DE ARAUJO:41370929234 Dados: 2022.06.08 11:42:57 -03'00'

FL Nº 275

	Referência. A oferta deverá incluir 10 (dez) diárias em deslocamento e 5 (cinco) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM/Barcelos-AM/Santa Isabel do Rio Negra-AM.				
TOTAL					R$292.990,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de **2 (dois) meses**, aquele fixado no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos, podendo ser prorrogado com base no art. 111, da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$292.990,00** (duzentos e noventa e dois mil e novecentos e noventa reais).

3.2. O valor acima e meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de *2022*, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 160014

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 171410

Elemento de Despesa: 33.90.39

PI: FAOPPREADES

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA– REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Aviso de Dispensa Eletrônica.

[redacted]

EDSON SOUZA DE ARAUJO:41370929234

FL Nº 276

9. CLAÚSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no termo de Referência, anexo do Aviso de Dispensa Eletrônica.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência anexo do Aviso de Dispensa Eletrônica.

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente termo de Contrato poderá ser rescindido.

11.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração nas situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, e com as conseqüências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no termo de Referência anexo ao Aviso de Dispensa Eletrônica; e

11.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

~~11.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.~~

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível será precedido.

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

11.3.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PREMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido a CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de instintos tais como os da conta vinculada e de pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5 de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 125 da lei nº 14.133 de 2021.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limites de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

[redacted]

EDSON SOUZA DE ARAUJO:13709292934

Assinado de forma digital por EDSON SOUZA DE ARAUJO:13709292934 Dados: 2022.06.08 11:43:28 -03'00'

FL Nº 277

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contadas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente normais e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Manaus – Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Manaus, 30 de maio de 2022

[redacted]

ÉBER DEWET MOREIRA DA SILVA – Tenente Coronel

Ordenador de Despesas do Comando da 12ª Região Militar

EDSON SOUZA DE ARAUJO:41370929234 Assinado de forma digital por EDSON SOUZA DE ARAUJO:41370929234 Dados: 2022.06.08 11:42:27 -03'00'

EDSON SOUZA DE ARAÚJO

Representante Legal

EDSON SOUZA DE ARAUJO: 41370929234 Assinado de forma digital por EDSON SOUZA DE ARAUJO:41370929234 Dados: 2022.06.08 11:42:27 -03'00'

FL Nº 278

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/06/2022 | Edição: 109 | Seção: 3 | Página: 91

Órgão: Ministério da Defesa/Comando do Exército/Comando Militar da Amazônia/12ª Região Militar

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2022 - UASG 160014 - CMDO 12A RM

Nº Processo: 00000.000205/2022-00.

Dispensa Nº 6/2022. Contratante: COMANDO 12 REGIAO MILITAR.

Contratado: 06.820.212/0001-00 - E M TRANSPORTE MULTIMODAL LTDA. Objeto: Contratação de serviços de locação de embarcação regional para transporte de cargas e/ou passageiros..

Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 75 - Inciso: XIII. Vigência: 30/05/2022 a 30/07/2022. Valor Total: R$ 292.990,00. Data de Assinatura: 30/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 08/06/2022).

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

FL Nº 279

TESOURONACIONAL

Data e hora da consulta: 09/06/2022 15:10
Usuário: ***.003.532-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160014	COMANDO 12 REGIAO MILITAR	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.633.335/0001-11	AV CORONEL TEIXEIRA NR 6155.	69037-000

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	(092) 3659 - 1251 / 1258

Ano	Tipo	Número
2022	NE	297

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	171410	0100000000	339039	160539	FAOPPREADES

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
30/05/2022	Global	00000.000207/2022-00	0,0000	760.500,00

Favorecido

Código	Nome
21.263.068/0001-33	LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE

Endereço	CEP
BELEM 929 SALA 304 SAO FRANCISCO	69079-015

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
163	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
Lei 14.133/2021	75	-	XIII	-

Descrição
ATENDEDER DESPESAS COM FRETAMENTO DE EMBARCAÇÃO PARA AP OP AMAZONIA/2022. CONF DIEX NR 006-CCOL/CMDO 12 RM, DE 30 MAIO 22 - 2022NC007627-COTER DE 10 MAIO 22 - ND 339039.74 -PDR 00207/05/2022
(160014 - DISP 06/2022)

Local da Entrega
MANAUS/AM - 12 REGIÃO MILITAR

Informação Complementar
160014O6000062022 - UASG Minuta: 160014

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/06/2022 18:58:40	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	760.500,00

Subelemento 74 - FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00002 - Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 120 (cento e vinte) militares equipados e material coletivo, conforme item 1 do Termo de Referência. A oferta deverá incluir 10 (dez) diárias em deslocamento e 5 (cinco) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / São Gabriel da Cachoeira-AM	286.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
31/05/2022	Inclusão	1,00000	286.000,0000	286.000,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Item compra: 00003 - Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 180 (cento e oitenta) militares equipados e material coletivo, conforme item 3 do Termo de Referência. A oferta deverá incluir 15 (quinze) diárias em deslocamento e 6 (seis) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM / Tefé-AM / Japurá-AM	474.500,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
31/05/2022	Inclusão	1,00000	474.500,0000	474.500,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa	Responsável pela Nota de Empenho
EBER DEWET MOREIRA DA SILVA	ROOSEVELT FEITOSA DE FREITAS
***.530.907-**	***.906.897-**
01/06/2022 15:56:28	02/06/2022 18:58:39

Versão	Data/Hora	Operação
002	02/06/2022 18:58:40	Alteração

FL Nº 281

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Região Mendonça Furtado)

TERMO DE CONTRATO Nº 21/2022

COMPRA

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 21/2022, QUE FAZEM ENTRE SI O COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR E A EMPRESA LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA

O Comando da 12ª Região Militar, com sede na Avenida Coronel Teixeira, nº 6155, bairro Ponta Negra, CEP 69037-000, na cidade de Manaus-AM, inscrito no CNPJ sob o nº 09.633.335/0001-11, neste ato representado pelo Tenente Coronel **ÉBER DEWET MOREIRA DA SILVA**, Ordenador de Despesas, portador da Carteira de Identidade nº 020474834-7, e CPF [redacted] doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL CONSTRUCAO LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.262.068/0001-33, sediado à Rua Belém, nº 929, Sala 304 – São Francisco, Cep 69.079-015, em Manaus/Amazonas, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **ENOQUE DA SILVA CARDOSO**, portador do CPF nº [redacted] resolvendo em vista o que consta no Processo nº 00000.000205/2022-00 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preços nº 04/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de locação de embarcação regional para transporte de Cargas e/ou Passageiros, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexa do Aviso de Licitação Eletrônica.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Dispensa Eletrônica, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	SERVIÇO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL	NOTA DE EMPENHO
2	Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 120 (cento e vinte) militares equipados e material coletivo, conforme item 1 do termo de	1	R$ 286.000,00	R$ 286.000,00	2022NE297

[redacted]

FL Nº 282

	Referência. A oferta deverá incluir 10 (dez) diárias em deslocamento e 5 (cinco) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM/São Gabriel da Cachoeira-AM.				
3	Locação de embarcação para transporte de cargas e passageiros com capacidade de 180 (cento e oitenta) militares equipados e material coletivo, conforme item 3 do Termo de Referência. A oferta deverá incluir 15 (quinze) diárias em deslocamento e 6 (seis) diárias para embarcação atracada para o trecho Manaus-AM/Tef	1	R$ 474.500,00	R$ 474.500,00	2022NE297
TOTAL					**R$ 760.500,00**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de **2 (dois) meses**, aquele fixado no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos, podendo ser prorrogado com base no art. 111, da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 760.500,00** (setecentos e sessenta mil e quinhentos reais).

3.2. O valor acima e meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de *2022*, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 160014

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 171410

Elemento de Despesa: 33.90.39

PI: FAOPPREADES

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA– REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

[redacted]

FL Nº 283

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Aviso de Dispensa Eletrônica.

9. CLAÚSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no termo de Referência, anexo do Aviso de Dispensa Eletrônica.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência anexo do Aviso de Dispensa Eletrônica.

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente termo de Contrato poderá ser rescindido.

11.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração nas situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, e com as conseqüências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no termo de Referência anexo ao Aviso de Dispensa Eletrônica; e

11.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

~~11.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.~~

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível será precedido.

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

11.3.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PREMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido a CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de instintos tais como os da conta vinculada e de pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5 de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 125 da lei nº 14.133 de 2021.

[redacted]

FL Nº 289

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limites de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contadas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente normais e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Manaus – Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Manaus, 30 de maio de 2022

[redacted]

ÉBER DEWET MOREIRA DA SILVA – Tenente Coronel

Ordenador de Despesas do Comando da 12ª Região Militar

ENOQUE DA SILVA CARDOSO:63579480200

Assinado de forma digital por ENOQUE DA SILVA CARDOSO:63579480200

ENOQUE DA SILVA CARDOSO

Representante Legal

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 10/06/2022 | Edição: 110 | Seção: 3 | Página: 24

Órgão: Ministério da Defesa/Comando do Exército/Comando Militar da Amazônia/12ª Região Militar

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2022 - UASG 160014 - CMDO 12A RM

Nº Processo: 00000.000205/2022-00.

Dispensa Nº 6/2022. Contratante: COMANDO 12 REGIAO MILITAR.

Contratado: 21.263.068/0001-33 - LOG SHIP SERVICO DE ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL C. Objeto: Locação de embarcação regional para transporte de cargas e/ou passageiros..

Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 75 - Inciso: XIII. Vigência: 30/05/2022 a 30/07/2022. Valor Total: R$ 760.500,00. Data de Assinatura: 30/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 09/06/2022).

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada

FL Nº 286

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE ASSESSORAMENTO E CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER n. 00101/2022/CJU-AM/CGU/AGU

NUP: 64321.011756/2022-58
INTERESSADOS: COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR - CMDO 12ªRM
ASSUNTOS: DEMAIS HIPÓTESES DE DISPENSA

EMENTA: I. Licitações, contratos e patrimônio. Dispensa de licitação. enquadramento em dois dispositivos legais. impossibilidade. necessidade de definição. Ou realiza a Dispensa emergencial (artigo 75, VIII, da Lei nº 14.133, de 2021) ou a dispensa com base no Art. 75, III "a" da Lei nº 14.133, de 2021. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de embarcação regional para emprego na operação Amazônia. II. Instrução do processo. Análise das minutas. Recomendações.

RELATÓRIO

1. **O COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR - CMDO 12ªRM envia processo administrativo** com solicitação de análise do procedimento de dispensa de licitação, baseado no artigo 75, VIII, da Lei nº 14.133, de 2021 (emergencialidade), mas simultaneamente o órgão assessorado fundamenta no Art. 75, III "a" da Lei nº 14.133, de 2021 para contratação de empresa para prestação de serviços de locação de embarcação regional, na forma, prazo e condições estabelecidos no Projeto Básico.

2. Os presentes autos foram recebidos nesta Consultoria para análise e emissão de parecer, nos termos do artigo 11, VI, *a*, da Lei Complementar nº 73, de 1993

É o relatório.

ANÁLISE JURÍDICA

Da Finalidade e Abrangência do Parecer

3. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. A função da presente manifestação é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

4. Importante salientar que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

5. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

6. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Em face disso, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas as publicações dos atos de nomeação/designação, ou as citações destes, da autoridade e demais agentes administrativos, bem como dos atos normativos que estabelecem as respectivas competências, a fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si, não representa, no entendimento desta Consultoria, óbice ao prosseguimento do feito.

7. Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Análise da Instrução do Processo

8. Sem prejuízo dos documentos que já constam neste processo, é necessário que a Autoridade assessorada verifique e vele para que seja observada a devida instrução destes autos, atentando para as exigências da Lei nº 14.133, de 2021. Assim, serão tecidas considerações acerca das determinações constantes do indigitado diploma legal.

9. Conquanto a vigente Constituição Federal tenha acolhido a presunção de que a prévia licitação produz a melhor contratação – entendida aquela que assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância do princípio da isonomia –, o próprio texto constitucional se encarregou de limitar tal presunção, facultando a contratação direta nos casos previstos em lei.

10. De fato, somente há sentido em realizar licitação quando presentes determinados pressupostos lógicos, fáticos e jurídicos, segundo terminologia precisa de Celso Antônio Bandeira de Melo (*in* Curso de Direito Administrativo, pp. 492 e ss., 15ª edição).

11. Na obra *Curso de Direito Administrativo*, referido autor leciona sobre a diferença entre dispensa e inexigibilidade de licitação:

> Em tese, a dispensa contempla hipóteses em que a licitação seria possível; entretanto, razões de tomo justificam la em nome de outros interesses públicos que merecem acolhida. Já, a inexigibilidade resultaria de inviabilidade se acrescentar – por falta dos pressupostos jurídicos ou fáticos da licitação não tomados em conta no arrolament

12. É cediço, porém, que a norma constitucional que alberga o Princípio da Necessidade de Licitação (artigo 37, XXI, CF/88) exclui da sua obrigatoriedade os casos ressalvados na legislação, entre os quais as hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação, previstas, respectivamente, nos artigos 74 e 75 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021), que decorrem, em geral, de desnecessidade ou impossibilidade de competição.

13. O artigo 75 da novel Lei nº 14.133, de 2021 estabelece que a licitação será dispensável:

FL Nº 287

> Art. 75. É dispensável a licitação:
>
> [...]
>
> III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:
>
> a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;
>
> VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;
>
> [...]
>
> § 6º Para os fins do inciso VIII do **caput** deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

14. No caso em tela, observa-se que o órgão assessorado usa dois dispositivos legais para fundamentar a contratação por meio de dispensa do serviço de locação de embarcação regional. Contudo, é apenas possível a utilização de apenas um deles.

15. No caso, num primeiro momento o órgão assessorado (fls. 80) aponta o seguinte fundamento para a dispensa de licitação:

MOTIVAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

(NUP 64321.011756/2022-58)

FL Nº 288

Conforme determina o inciso IV do artigo 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, todo processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal os atos [illegible] deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos [illegible] neguem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório.

De início, apresenta-se como justificativa para a presente Dispensa de Licitação o que preconiza os ditames da letra *a*, inciso *III*, Art. 75, da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas direta autarquias e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a saber:

> *Art. 75. É dispensável a licitação:*
>
> *III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:*
>
> *a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.*

Esta Unidade Gestora realizou o Pregão Eletrônico nº 04/2022, cujo o objeto é locação de embarcações fluviais para transporte de cargas e/ou passageiros.

16. Mas, em outro documento com mesma designação e acostado as fls. 141 indica mais um fundamento para a dispensa.

FL Nº 289

De início, apresenta-se como justificativa para a presente Dispensa de Licitação o que preconiza os ditames da letra *a*, inciso *III* e inciso *VIII*, do Art. 75, da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o qual:

> *Art. 75. É dispensável a licitação:*
> *III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que, naquela licitação*
> *os preços ofertados por licitantes remanescentes ou pelos licitantes vencedores convocados para a*
> *VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste inciso*

além do citado acima:

17. Contudo, é inadequado e ilógico o fundamento da dispensa nos dois dispositivos, sendo que cada um deles possui suas regras e disciplina legal própria. Assim, deve o órgão assessorado optar por uma dessas possibilidades legais e observar o regime jurídico de cada uma delas com as suas respectivas consequências jurídicas:

18. No caso da dispensa de licitação amparada no Art. 75, III "a" da Lei nº 14.133, de 2021, é importante destacar a deficiência da instrução processual, pois nenhuma documentação consta nos autos sobre a contratação fracassada. A única informação é a de que se tratou do pregão nº 04/2022. Assim, caso o órgão assessorado decida por esta modalidade de contratação é imprescindível a instrução processual e o retorno dos autos para análise por esta consultoria. Inclusive, destaque-se que se a licitação fracassada tiver sido fundamentada na Lei 8.666/93, recomenda-se que a dispensa seja fundamentada no dispositivo correspondente da mesma lei.

19. No caso do órgão assessorado optar pela dispensa emergencial (75, VIII, da Lei nº 14.133, de 2021 é imprescindível a adequação do processo e a instrução processual conforme passamos a expor a seguir:

20. Sobre esse tipo de dispensa (emergencial), convém se debruçar sobre os ensinamentos do mestre Marçal Justen Filho[11], confira-se:

> No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento imediato a certos

21. A contratação direta não teve a sua emergencialidade justificada pelo consulente. No Caso, o assessorado no documento MOTIVO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (fls. 141) não contem nada de concreto acerca da situação de emergência, mas apenas da necessidade do serviço para as atividades rotineiras do órgão com relação a sua missão institucional.

22. Além disso, não obstante o caráter emergencial da contratação não foi sequer mencionado no âmbito dos Estudos Técnicos Preliminares ou do Projeto Básico, o que precisa ser sanado, através do aprofundamento da justificativa tanto para a necessidade da contratação como para a emergencialidade.

23. Ademais, não foi possível localizar nos autos se foi feita pesquisa para verificar a possibilidade de contratação por adesão a ata de registro de preços, devendo tal fato ser justificado.

24. Por fim, cumpre registrar que, tratando-se de contratação direta fundada em emergência, faz-se imperioso observar a necessidade de apuração de responsabilidade, seja por força do §6º do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021, seja em virtude do que

25. Considerando que o próprio órgão consulente seria o responsável pela realização da licitação em nível sistêmico, faz-se necessária a abertura de procedimento apuratório a fim de analisar se houve falta de planejamento, desídia ou má gestão por parte de algum agente se a opção da condução da licitação for pela emergencialidade.

26. Além disso, **é imprescindível destacar que caso o órgão opte pela dispensa emergencial o objeto a ser contratado deve ser somente aquele indispensável para atender a situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contados da data da ocorrência da emergência ou calamidade.**

27. Assim, desde que sanadas as questões elencadas, apresentando-se justificativa adequada e limitando o objeto ao atendimento da situação emergencial, será possível promover a contratação.

28. Analisada a questão referente à possibilidade de contratação direta, cumpre agora examinar a observância dos requisitos legais impostos no artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
>
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
>
> II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
>
> III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
>
> IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
>
> V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
>
> VI - razão da escolha do contratado;
>
> VII - justificativa de preço;
>
> VIII - autorização da autoridade competente.
>
> Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

FL Nº 290

Da Autorização da Autoridade Competente

29. Não foi localizado, porém, a minuta de Aviso de Dispensa Eletrônica, razão pela qual há de ser suprida esta exigência.

30. Trata-se de documento indispensável cujo modelo já foi disponibilizado pela Advocacia-Geral da União no endereço eletrônico: *https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta.*

31. Por força da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, o órgão consulente deve obrigatoriamente adotar o modelo mencionado e, acaso deseje promover alterações, deve apresentar justificativa, submetendo o documento a esta Procuradoria.

Do Documento de Formalização da Demanda, Estudos Preliminares e Mapa de Gerenciamento de Risco

32. Tais documentos foram juntados, mas necessitam de aperfeiçoamento, pois sequer tangenciam a questão da emergencialidade.

33. Mostra-se pertinente ainda sublinhar que o estudo técnico preliminar precisa conter os elementos previstos no artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, cujo inteiro teor é o que segue:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
>
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
>
> II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
>
> III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
>
> IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
>
> V - a elaboração do edital de licitação;
>
> VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
>
> VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e pertinência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva de interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

FL Nº 291

Do Projeto Básico

34. Inicialmente, cumpre destacar que o Termo de Referência ou Projeto Básico é o documento que deverá conter os elementos que embasam a avaliação do custo pela Administração Pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, o critério de aceitação do objeto, os deveres das partes, a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, o prazo para execução do contrato e as sanções, devendo observar, ainda, as diretrizes constantes no artigo 30 e no Anexo V da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

35. Tal documento deverá ser elaborado pelo setor requisitante e aprovado pela autoridade competente, conforme menciona o artigo 29, § 2º, da já mencionada Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

36. É de se ressaltar que o projeto básico deve conter elementos capazes de propiciar o valor do custo pela Administração de forma elucidativa, nos termos do disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

37. Por pertinência, transcrevem-se os artigos 30 e 31 da norma acima citada:

Art. 30. O Termo de Referência ou Projeto Básico deve conter, no mínimo, o seguinte conteúdo:

I - declaração do objeto;

FL Nº 292

II - fundamentação da contratação;

III- descrição da solução como um todo;

IV - requisitos da contratação;

V - modelo de execução do objeto;

VI - modelo de gestão do contrato;

VII - critérios de medição e pagamento;

VIII - forma de seleção do fornecedor;

IX - critérios de seleção do fornecedor;

X - estimativas detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014; e

XI - adequação orçamentária.

§ 1º Nas contratações que utilizem especificações padronizadas, em atenção ao § 4º do art. 20, o responsável pela elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico produzirá somente os itens que não forem estabelecidos como padrão.

§ 2º Os documentos que compõem a fase de Planejamento da Contratação serão parte integrante do processo administrativo da licitação.

Art. 31. O órgão ou entidade não poderá contratar o mesmo prestador para realizar serviços de execução, de subsídios ou assistência à fiscalização ou supervisão relativos ao mesmo objeto, assegurando a necessária segregação das funções.

38. O Termo de Referência foi devidamente acostado aos autos.

39. Em relação ao conteúdo jurídico do instrumento, recomenda-se sua inteira revisão, até porque parece ter sido adaptado de instrumento padrão sob a égide da Lei nº 8.666, de 1993. Além disso, é preciso deixar claro qual o fundamento legal para a dispensa de licitação que será adotado, considerando que o órgão indica dois, conforme mencionado anteriormente

40. Ademais, devem ser incluídos todos os elementos previstos no artigo 30 acima referido.

Da Estimativa da Despesa

41. Segundo disposto no inciso II do artigo 72 da Lei 14.133, de 2021, o processo de contratação direta, por dispensa de licitação, deverá ser instruído, dentre outros documentos, com estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta da referida Lei .

42. Nesse contexto, assim dispõe o art. 23 da Nova Lei de Licitações:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

[...]

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

43. No caso dos autos, observa-se que a Administração procedeu à pesquisa direta junto a 03 (três) fornecedores, conforme cotações e mapa comparativo. Contudo, consta nos autos justificativa para a realização de pesquisa com fornecedores.

44. No item 8 dos estudos preliminares foi apontada a escolha do critério de menor preço para a definição do valor estimado da contratação.

Portanto, percebe-se, que as exigências previstas no artigo 23 da Lei foram parcialmente cumpridas pelo setor técnico da entidade consulente.

FLS Nº 293

Da Previsão de Dotação Orçamentária

46. O artigo 72, IV, da nova Lei de Licitações estabelece, dentre outras exigências, que o processo de dispensa de licitação seja instruído com documento probatório da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

47. Não foi anexado aos autos ateste de disponibilidade orçamentária para fazer face à cobertura da despesa com a contratação que ora se pretende celebrar, bem como espelho SIAFI, o que demanda providências.

Da Comprovação de Habilitação e Qualificação Mínima Necessária da Contratada

48. Segundo preceitua o inciso V do mesmo artigo 72, *retro* citado, deverá ser demonstrado nos autos que o futuro contratado preenche os requisitos de habilitação e quilificação mínima necessária. Tanto a doutrina como a jurisprudência do TCU são uníssonos no sentido de que, mesmo nos casos de contratação direta, devem ser exigidas a comprovação de regularidade junto à Fazenda e a Dívida Ativa da União, o INSS e o FGTS.

49. Tais exigências, no caso particular, são voltadas à futura seleção do contratado por meio do procedimento de dispensa eletrônica, e se devem ser exigidas no conteúdo do Aviso de Dispensa Eletrônica, o qual não foi anexado aos autos.

Da Razão da Escolha da Contratada

50. Como o órgão consulente pretende valer-se da dispensa eletrônica para obtenção da melhor proposta de preço para a contratação, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, entende-se que este requisito não se aplica ao presente caso.

51. No que se refere às regras em si para seleção da melhor proposta, o órgão consulente necessita utilizar a minuta-padrão de Aviso de Dispensa Eletrônica aprovada pela Advocacia-Geral da União, cuja análise fica prejudicada em virtude da ausência nos autos.

Da Justificativa do Preço

52. Estabelece o artigo 72, VII, da Lei nº 14.133/2021, que o preço estimado a ser praticado deve vir expressamente justificado nos autos.

53. Consoante adiantado acima, há motivação nos autos.

Demais Exigências

54. Alerta-se para a necessidade de cumprimento, no momento oportuno, da exigência inserta no parágrafo único do artigo 72 da Nova Lei de Licitações, o qual determina que "*O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.*

55. Quanto à publicidade da contratação, o artigo 94 da Lei nº 14.133, de 2021 prevê que a divulgação da celebração de contratos oriundos de dispensa de licitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, o que deverá ser observado pelo órgão consulente.

Da Minuta Contratual

56. Foi anexada minuta contratual, merecendo atenção o fato de que na dispensa emergencial a vigência do contrato deve observar o prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

57. Cumpre ainda ressaltar que o instrumento contratual deve partir do modelo disponibilizado pela Advocacia-Geral da União, contendo as cláusulas previstas no artigo 92 da Lei n.º 14.133, de 2021:

> Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:
>
> I - o objeto e seus elementos característicos;
>
> II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
>
> III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
>
> IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
>
> V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
>
> VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
>
> VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
>
> VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
>
> IX - a matriz de risco, quando for o caso;
>
> X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

§ 1º Os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as domiciliadas no exterior, deverão conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;

II - contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;

III - aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

§ 2º De acordo com as peculiaridades de seu objeto e de seu regime de execução, o contrato conterá cláusula que preveja período antecedente à expedição da ordem de serviço para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução.

§ 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 4º Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

§ 5º Nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição será mensal.

§ 6º Nos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 desta Lei.

FL Nº 294

CONCLUSÃO

58. Em face do exposto, opina-se, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, pela impossibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, salvo na hipótese de atendimento a **todas** as recomendações lançadas no decorrer deste parecer, em especial as seguintes:

1. Defina o fundamento jurídico da dispensa de licitação: a Dispensa emergencial (artigo 75, VIII, da Lei nº 14.133, de 2021) ou a dispensa decorrente de licitação fracassada (artigo 75, III "a" da Lei nº 14.133, de 2021).
2. Se o fundamento adotado for o da licitação fracassada é imprescindível instruir o processo com a documentação desta licitação e dos documentos que demonstrem o fracasso da mesma, assim como certificar-se da manutenção de todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano.
3. Se o fundamento adotado for o da dispensa emergencial é imprescindível que:

a) seja promovida a indicação clara de qual a hipótese de dispensa na qual estaria enquadrada a pretensão formulada nos autos;

b) que seja observado que na dispensa emergencial o objeto a ser contratado deve ser somente aquele indispensável para atender a situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contados da data da ocorrência da emergência ou calamidade.

c) seja carreado aos autos Estudo Técnico Preliminar e Projeto Básico que contenham expressamente as razões da emergencialidade da contratação;

d) seja justificada a razão pela qual não foi feita pesquisa para verificar a possibilidade de adesão a alguma ata de registro de preços;

e) seja retificado em todos os documentos a menção à Lei nº 8.666, de 1993, substituindo pela referência à Lei nº 14.133, de 2021, a qual aparentemente seria a norma pela qual se deseja orientar o órgão consulente;

f) seja apurada a existência de responsabilidade por falta de planejamento, desídia ou má gestão por parte de algum agente, dada a natureza emergencial da dispensa;

g) seja anexado aos autos aviso de dispensa eletrônica, o qual deve seguir o modelo disponibilizado pela Advocacia-Geral da União. Acaso sejam promovidas alterações, elas devem ser justificadas e submetidas à análise desta Procuradoria;

59. Após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer ou seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo, e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem nova manifestação desta Procuradoria.

FL Nº 295

Manaus, 06 de junho de 2022.

ALLAN C. M. MAGALHÃES
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO SUBSTITUTO DA UNIÃO NO AMAZONAS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64321011756202258 e da chave de acesso 7e72072f

Documento assinado eletronicamente por ALLAN CARLOS MOREIRA MAGALHÃES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 904647948 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): ALLAN CARLOS MOREIRA MAGALHÃES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 06-06-2022 14:50. Número de Série: 77[illegible]69410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

FL Nº 296

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

PROCESSO: NUP: 64321.011756/2022-58
ASSUNTO: DISPENSA DE ELETRÔNICA - contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de embarcação regional para transporte de cargas e/ou passageiros.
OBJETO: saneamento dos autos em atenção aos apontamentos registrados no Parecer n. 00101/2022/CJU-AM/CGU/AGU.

TERMO DE SANEAMENTO DAS PONDERAÇÕES APONTADAS PELO PARECER nº 00101/2022/CJU-AM/CGU/AGU

De acordo com o Parecer nº 00101/2022/CJU-AM/CGU/AGU, referente ao Processo em tela, esta Administração atende as recomendações tecidas, com os esclarecimentos abaixo especificados:

17. Contudo, é inadequado e ilógico o fundamento da dispensa nos dois dispositivos, sendo que cada um deles possui suas regras e disciplina legal própria. Assim, deve o órgão assessorado optar por uma dessas possibilidades legais e observar o regime jurídico de cada uma delas com as suas respectivas consequências jurídicas:
R. Optou-se por fundamentar a dispensa de licitação no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que o referido processo foi realizado para atender uma operação militar específica que necessitou, por motivos supervenientes, ser antecipada, contudo, a emergência caracteriza-se pela urgência em dar continuidade ao serviço público.

18. No caso da dispensa de licitação amparada no Art. 75, III "a" da Lei nº 14.133, de 2021, é importante destacar a deficiência da instrução processual, pois nenhuma documentação consta nos autos sobre a contratação fracassada. A única informação é a de que se tratou do pregão nº 04/2022. Assim, caso o órgão assessorado decida por esta modalidade de contratação e imprescindível a instrução processual e o retorno dos autos para análise por esta consultoria. Inclusive, destaque-se que se a licitação fracassada tiver sido fundamentada na Lei 8.666/93, recomenda-se que a dispensa seja fundamentada no dispositivo correspondente da mesma lei.
R. Optou-se por fundamentar a referida dispensa de licitação no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021. Assim, não há providência a ser adotada em relação a este ponto, salvo melhor juízo.

19. No caso do órgão assessorado optar pela dispensa emergencial (75, VIII, da Lei nº 14.133, de 2021 é imprescindível a adequação do processo e a instrução processual conforme passamos a expor a seguir:
20. Sobre esse tipo de dispensa (emergencial), convém se debruçar sobre os ensinamentos do mestre Marçal Justen Filho[1], confira-se: No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento imediato.
21. A contratação direta não teve a sua emergencialidade justificada pelo consulente. No Caso, o assessorado no documento MOTIVO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (fls. 141) não contem nada de concreto acerca da situação de emergência, mas apenas da necessidade do serviço para as atividades rotineiras do órgão com relação a sua missão institucional.

R. Foi acostado aos autos, conforme fls. 300-301, a Motivação da Dispensa de Licitação contendo as informações necessárias acerca da situação emergencial do objeto a ser contratado. Saneada a questão.

Fls. 297

22. Além disso, não obstante o caráter emergencial da contratação não foi sequer mencionado no âmbito dos Estudos Técnicos Preliminares ou do Projeto Básico, o que precisa ser sanado, através do aprofundamento da justificativa tanto para a necessidade da contratação como para a emergencialidade.

R. Foi acostado aos autos Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos e Termo de Referência, conforme fls. 302-337, contendo as características acerca da necessidade e a emergencialidade da contratação. Saneada a questão.

23. Ademais, não foi possível localizar nos autos se foi feita pesquisa para verificar a possibilidade de contratação por adesão a ata de registro de preços, devendo tal fato ser justificado.

R. Foi acostado aos autos Declaração (fl. 338), contendo informações a respeito da inexistência de Ata de Registro de Preços para o objeto a ser contratado. Saneada a questão.

24. Por fim, cumpre registrar que, tratando-se de contratação direta fundada em emergência, faz-se imperioso observar a necessidade de apuração de responsabilidade, seja por força do §6º do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021, seja em virtude do que dispõe a Orientação Normativa nº 11/2009, da AGU:

25. Considerando que o próprio órgão consulente seria o responsável pela realização da licitação em nível sistêmico, faz-se necessária a abertura de procedimento apuratório a fim de analisar se houve falta de planejamento, desídia ou má gestão por parte de algum agente se a opção da condução da licitação for pela emergencialidade.

R. Será instaurado processo administrativo a fim de apurar se ouve falta de planejamento, desídia ou má gestão por parte deste Órgão, em relação a emergencialidade do objeto a ser contratado pela referida dispensa de licitação. Saneada a questão.

26. Além disso, é imprescindível destacar que caso o órgão opte pela dispensa emergencial o objeto a ser contratado deve ser somente aquele indispensável para atender a situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contados da data da ocorrência da emergência ou calamidade.

R. Conforme Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Motivação da Dispensa de Licitação, o objeto a ser contratado pela dispensa eletrônica é somente aquele indispensável para a realização da operação amazônia, tendo em vista que este Órgão não dispõe de embarcações suficientes para o transporte de toda a tropa e de todos os materiais que serão utilizados na referida operação. Saneada a questão.

29. Não foi localizado, porém, a minuta de Aviso de Dispensa Eletrônica, razão pela qual há de ser suprida esta exigência.

30. Trata-se de documento indispensável cujo modelo já foi disponibilizado pela Advocacia-Geral da União no endereço eletrônico: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/modelos-da-leino- 14-133-21-para-contratacao-direta.

31. Por força da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5/2017, o órgão consulente deve obrigatoriamente adotar o modelo mencionado e, acaso deseje promover alterações, deve apresentar justificativa, submetendo o documento a esta Procuradoria.

49. Tais exigências, no caso particular, são voltadas à futura seleção do contratado por meio do procedimento de dispensa eletrônica, e se devem ser exigidas no conteúdo do Aviso de Dispensa Eletrônica, o qual não foi anexado aos autos.

51. No que se refere às regras em si para seleção da melhor proposta, o órgão consulente necessita utilizar a minuta-padrão de Aviso de Dispensa Eletrônica aprovada pela Advocacia-Geral da União, cuja análise fica prejudicada em virtude da ausência nos autos.

R. O Aviso de Dispensa Eletrônica utilizado foi o disponibilizado pela AGU conforme link citado no item 30, do referido parecer. Informo ainda que o Aviso de Dispensa Eletrônica foi juntado ao proces-

[redacted]

so encaminhado à CJU-AM conforme fls. 146-160. Assim, não há providência a ser adotada em relação a este ponto, salvo melhor juízo.

FL Nº 298

Do Documento de Formalização da Demanda, Estudos Preliminares e Mapa de Gerenciamento de Risco

32. Tais documentos foram juntados, mas necessitam de aperfeiçoamento, pois sequer tangenciam a questão da emergencialidade.

R. O Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e o Mapa de Riscos foram aperfeiçoados, contendo as informações acerda da emergencialidade da contratação. Saneada a questão.

39. Em relação ao conteúdo jurídico do instrumento, recomenda-se sua inteira revisão, até porque parece ter sido adaptado de instrumento padrão sob a égide da Lei nº 8.666, de 1993. Além disso, é preciso deixar claro qual o fundamento legal para a dispensa de licitação que será adotado, considerando que o órgão indica dois, conforme mencionado anteriormente.

40. Ademais, devem ser incluídos todos os elementos previstos no artigo 30 acima referido.

R. Toda documentação do processo de dispensa eletrônica foi revisada, sendo fundamentada no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021. Saneada a questão.

47. Não foi anexado aos autos ateste de disponibilidade orçamentária para fazer face à cobertura da despesa com a contratação que ora se pretende celebrar, bem como espelho SIAFI, o que demanda providências.

R. As notas de crédito orçamentário/tela SIAFI foram juntadas ao processo encaminhado à CJU-AM conforme fls. 78-79. Assim, não há providência a ser adotada em relação a este ponto, salvo melhor juízo.

54. Alerta-se para a necessidade de cumprimento, no momento oportuno, da exigência inserta no parágrafo único do artigo 72 da Nova Lei de Licitações, o qual determina que "O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

R. O extratado decorrente do contratato gerado pela referida dispensa eletrônica foi publicado no Diário Oficial da União (D.O.U), conforme fls. 278 e 285, bem como foi disponibilizado no endereço eletrônico www.12rm.eb.mil.br.

57. Cumpre ainda ressaltar que o instrumento contratual deve partir do modelo disponibilizado pela Advocacia-Geral da União, contendo as cláusulas previstas no artigo 92 da Lei n.º 14.133, de 2021:

R. Conforme fls. 102-105 do processo enviado à CGU-AM, a Minuta do Termo de Contrato utilizada na dispensa eletrônica foi a disponibilizada pela AGU. Assim, não há providência a ser adotada em relação a este ponto, salvo melhor juízo.

[redacted]

EBER DEWET MOREIRA DA SILVA – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

FL Nº 299

Seja incluído no Excesso de Contingente MFDV o médico infracitado, acordo Nr 1, art. 35, do RLMFDV:

1 - RA 29.100.000665-5 GUILHERME LUZ TORRES SILVA.

Em consequência, o Esc Pes Cmdo 12ª RM e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 34.726, de 9 MAIO 22, do Esc Pes Cmdo 12ª RM)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. INSTRUÇÃO NORMATIVA - transcrição

INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 36, DE 5 DE MAIO DE 2022.

Estabelece o retorno ao trabalho em modo presencial dos servidores e empregados públicos dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC.

"O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, alínea "g", e os incisos II e III do art. 138 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, resolve: Objeto e âmbito de aplicação. Art. 1º - Fica estabelecido o retorno ao trabalho em modo presencial dos servidores e empregados públicos dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC.

Disposições gerais. Art. 2º - Os órgãos e entidades integrantes do SIPEC poderão utilizar o Programa de Gestão, nos termos da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, para permitir a continuidade ou execução de atividades em regime não presencial. Revogação. Art. 3º - Fica revogada a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 90, de 28 de setembro de 2021. Vigência. Art. 4º - Esta Instrução Normativa entra em vigor em 6 de junho de 2022."

(Solu DIEx nº 12-Seç Reg Pes Civ/Esc Pes/Cmdo - EB: 64321.011001/2022-53, de 10 MAIO 22)

Em consequência, todos os servidores públicos federais devem retornar ao trabalho presencial a partir do dia 6 de junho de 2022; e todos os interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

(Nota nº 34.791, de 11 MAIO 22, da Aj G Cmdo 12ª RM)

b. DISPENSA DE LICITAÇÃO - abertura

O Ordenador de Despesas do Comando da 12ª Região Militar, o Ten Cel ÉBER **DEWET** MOREIRA DA SILVA, em despacho datado de 20 de maio de 2022, determinou a abertura do processo de Dispensa de Licitação nº 6/2022 - SALC Cmdo 12ª RM, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada no serviço de locação de embarção regional para transporte de cargas e/ou passageiros, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Em consequência, o Esc Adm Cmdo 12ª RM e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 34.987, de 20 MAIO 22, do Esc Adm Cmdo 12ª RM)

c. PARECER MÉDICO

INSPEÇÃO DE SAÚDE PARA PTTC - ordem ao MPOM Cia C 12ª RM - determinação

FL Nº 300

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°038
NUP: 64321.011756/2022-58

MOTIVAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Dispensa de Licitação Eletrônica para a prestação de serviços de locação de embarcação regional, se faz necessária devido à urgência em atender o emprego do transporte de tropas do Exército Brasileiro (EB), na Operação Amazônia 2022, exercício de defesa externa que está entre os maiores realizados pelo EB, mobilizando militares de várias unidades que serão transportados pelos rios da Amazônia, durante o período que compreenderá de 7 de junho à 27 de junho de 2022.

O Comando Militar da Amazônia (CMA) responsável pela operação, por não dispor dos meios necessários para transportar uma quantidade elevada de militares aos diversos rios da complicada fisiografia amazônica, incumbiu a este Grande Comando realizar a referida contratação.

No intuito de viabilizar a contratação este Grande Comando realizou o Pregão Eletrônico nº 4/2022, em 18 de maio de 2022, porém o pregão foi fracassado devido os fornecedores que concorreram ao certame não atenderem ao item 21.3.1 dos Critérios de Seleção do Fornecedor, requisitos necessários conforme regulamentações constantes que visam a normatização da segurança da navegação, operações de transporte e as especificações de embarcações, ficando a 12ª RM sem tempo hábil para realização de um novo certame, em virtude dos prazos legais à serem cumpridos, no caso, a divulgação da licitação no Diário Oficial da União (D.O.U) que são de 8 (oito) dias úteis.

Além da realização do Pregão Eletrônico nº 4/2022, também foi realizado pesquisa no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASGnet), com o intuito de encontrar Atas de Registro de Preços vigentes para adesão, porém não se obteve êxito, pois as Atas encontradas não atendiam as especificidades do objeto necessárias para a realização do serviço.

O planejamento da contratação dos serviços de locação de embarcação regional foi realizado tomando como base a Operação Amazônia realizada no ano de 2021, cujo deslocamento das tropas ocorreu em 7 de julho de 2021, mas adiantou-se em 1 (um) mês o início dos deslocamentos para Operação em virtude de necessidades específicas do CMA. Do exposto, a 12ª Região Militar ficou sem licitação vigente para atender as demandas logísticas da Operação Amazônia, obrigando a tomada das providências para a presente dispensa emergencial.

A impossibilidade da contratação acarretará o cancelamento do exercício operacional supracitado, ocasionando prejuízos incomensuráveis ao planejamento

FL Nº 302

estratégico, e execução das ações militares nos rincões da Amazônia. Onde a presença das tropas do EB, visa combater os ilícitos praticados nas áreas fronteiriças, assim como garantir a soberania do território nacional.

Manaus-AM, 14 de junho de 2022.

[redacted]

ÉBER DEWET MOREIRA DA SILVA – TC
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

FL Nº 302

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(REGIÃO MENDONÇA FURTADO)

[redacted]

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 038
NUP: 64321.011756/2022-58

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Órgão: Comando da 12ª Região Militar	
Setor Requisitante: Centro de Coordenação de Operações Logísticas da 12ª Região Militar	
Responsável pela Demanda: Antonio Carlos Cabral da Cunha - Cel	
e-mail: ccol@12rm.eb.mil.br	Telefone: (92) 3659-1225

1. Justificativa da necessidade da contratação do serviço, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

1.1. **DOS ASPECTOS TÉCNICOS DA NECESSIDADE**

1.1.1. A Dispensa de Licitação Eletrônica para a prestação de serviços de locação de embarcação regional, se faz necessária devido à urgência em atender o emprego do transporte de tropas do Exército Brasileiro (EB), na Operação Amazônia 2022, exercício de defesa externa que está entre os maiores realizados pelo EB, mobilizando militares de várias unidades que serão transportados pelos rios da Amazônia, durante o período que compreenderá de 7 de junho à 27 de junho de 2022.

1.1.2. O Comando Militar da Amazônia (CMA) responsável pela operação, por não dispor dos meios necessários para transportar uma quantidade elevada de militares aos diversos rios da complicada fisiografia amazônica, incumbiu a este Grande Comando realizar a referida contratação.

1.1.3. No intuito de viabilizar a contratação este Grande Comando realizou o Pregão Eletrônico nº 4/2022, em 18 de maio de 2022, porém o pregão foi fracassado devido os fornecedores que concorreram ao certame não atenderem ao item 21.3.1 dos Critérios de Seleção do Fornecedor, requisitos necessários conforme regulamentações constantes que visam a normatização da segurança da navegação, operações de transporte e as especificações de embarcações, ficando a 12ª RM sem tempo hábil para realização de um novo certame, em virtude dos prazos legais à serem cumpridos, no caso, a divulgação da licitação no Diário Oficial da União (D.O.U) que são de 8 (oito) dias úteis.

1.1.4. Além da realização do Pregão Eletrônico nº 4/2022, também foi realizado pesquisa no

[redacted]

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASGnet), com o intuito de encontrar Atas de Registro de Preços vigentes para adesão, porém não se obteve êxito, pois as Atas encontradas não atendiam as especificidades do objeto necessárias para a realização do serviço.

1.1.5. O planejamento da contratação dos serviços de locação de embarcação regional foi realizado tomando como base a Operação Amazônia realizada no ano de 2021, cujo deslocamento das tropas ocorreu em 7 de julho de 2021, mas adiantou-se em 1 (um) mês o início dos deslocamentos para Operação em virtude de necessidades específicas do CMA. Do exposto, a 12ª Região Militar ficou sem licitação vigente para atender as demandas logísticas da Operação Amazônia, obrigando a tomada das providências para a presente dispensa emergencial.

1.1.6. **DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO**

2.1.1 Este Grande informar que a demanda de embarcações para atender pontualmente este exercício deverá ter como base as quantidades de militares que compõem as subdivisões organizacionais do corpo de tropa: efetivos de Pelotões com seus apoios (aproximadamente 60 homens); de Subunidade (aproximadamente entre 120 a 180 homens); e Batalhões (aproximadamente 500 homens).

2.1.2 Além disso, deve-se considerar as longas distâncias a serem percorridas para o cumprimento das missões: exemplo o eixo Rio Negro onde o município de São Gabriel da Cachoeira-AM está a uma distancia de 980 km por via fluvial, demandando longos períodos de deslocamento.

2.1.3 A contratação será realizada da seguinte forma:

-Grupo 1: 1 (uma) embarcação locada com 10 diárias do item 1 e 5 diárias do item 2, deslocamento para o eixo Rio Negro, compreendendo o trecho Manaus-AM, Barcelos-AM, Santa Isabel do Rio Negro-AM;

-Grupo 1: 1 (uma) embarcação locada com 10 diárias do item 1 e 5 diárias do item 2, deslocamento para o eixo Rio Negro, compreendendo o trecho Manaus-AM, São Gabriel da Cachoeira-AM;

-Grupo 2: 1 (uma) embarcação locada com 15 diárias para o item 3 e 6 diárias do item 4, deslocamento para o eixo Solimões/Japurá, compreendendo os trechos Manaus-AM, Tefé-AM, Japurá-AM;

- Grupo 2: 1 (uma) embarcação locada com 11 diárias para o item 3 e 8 diárias para o item 4, deslocamento para eixo Rio Negro, compreendendo o trecho Manaus-AM, Barcelos- AM, Santa Isabel do Rio Negro-AM;

- As contratações descritas serão locadas simultaneamente no mês de junho de 2022.

1.2. **DOS RISCOS RELATIVOS À FALTA DO SERVIÇO**

1.2.1. A impossibilidade da contratação acarretará o cancelamento do exercício operacional

supracitado, ocasionando prejuízos incomensuráveis ao planejamento estratégico, e execução das ações militares nos rincões da Amazônia. Onde a presença das tropas do EB, visa combater os ilícitos praticados nas áreas fronteiriças, assim como garantir a soberania do território nacional.

2. Quantidade do serviço a ser contratado.

2.1.4 O quantitativo e as características do serviço serão da seguinte forma:

2.1.5 **O serviço de locação será executado da seguinte forma:**

CATSER	GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD TOTAL
14699	1	1	Locação de embarcação, para transporte de cargas e passageiros com capacidade de no mínimo 120 (cento e vinte) militares equipados, e material coletivo conforme a necessidade da contratante; a embarcação deverá possuir calado compatível para navegação nos principais rios e afluentes da bacia hidrográfica Amazônica. frigorificados; gerador (principal e reserva) com capacidade de prover energia para todos os equipamentos orgânicos da embarcação e os conduzidos pelos militares, além da iluminação própria da embarcação, devendo permanecer ligado durante todo o período da locação. Capacidade mínima de carga de 40 (quarenta) toneladas; casco metálico, 01 (um) bote com capacidade de 800 Kg com motor de popa instalado de no mínimo 40 HP para casos de pane mecânica. Todo material para o perfeito funcionamento da embarcação, permitindo a navegação diurna e noturna, em percurso abrangendo a Região dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, partindo dos locais a serem determinados pelo comando da 12ª Região Militar, e conforme a disponibilidade hidroviária no período de locação das embarcações; **sem provimento de alimentação para os passageiros**; com fornecimento de água mineral, combustível e aditivos pelo contratado.	Diária	20
		2	Diária de embarcação parada (atracada), sem fornecimento de alimentação. A mesma descrição detalhada do item 1, do grupo 1 deste Termo de Referência.	Diária	10
	2	3	Locação de embarcação, para transporte de cargas e passageiros com capacidade de no mínimo 180 (cento e oitenta) militares equipados, e material coletivo conforme a necessidade da contratante; a embarcação deverá possuir calado compatível para navegação nos principais rios e afluentes da bacia hidrográfica Amazônica; gerador (principal e reserva) com capacidade de prover energia para todos os equipamentos orgânicos da embarcação e os conduzidos pelos militares, além da iluminação própria da embarcação, devendo permanecer ligado durante todo o período da locação. Capacidade mínima de carga de 40 (quarenta) toneladas; casco metálico, 01 (um) bote com capacidade de 800 Kg com motor de popa instalado de no mínimo 40 HP para casos de pane mecânica. Todo material para o perfeito funcionamento da embarcação, permitindo a navegação diurna e noturna, em percurso abrangendo a Região dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, partindo dos locais a serem determinados pelo comando da 12ª Região Militar,	Diária	26

FL Nº 305

14699			e conforme a disponibilidade hidroviária no período de locação das embarcações; **sem provimento de alimentação para os passageiros**; com fornecimento de água mineral, combustível e aditivos pelo contratado.		
		4	Diária de embarcação parada (atracada), sem fornecimento de alimentação. A mesma descrição detalhada do item 3, do grupo 2 deste Termo de Referência.	Diária	14

3. Previsão da data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços:

3.1 Previsão de início dos serviços está para: 7 de junho de 2022.

4. Indicação dos membros da equipe de planejamento e, se necessário, o responsável pela fiscalização.

NOME: ANDERSON CORRÊA DOS SANTOS **IDT**: 011103594-5 Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação	**NOME**: FÁBIO MACHADO MONTEIRO DOS SANTOS **IDT**: 120491327-9 Membro da Equipe de Planejamento da
NOME: ANDERSON TIAGODE FREITAS NORONHA **IDT**: 120491327-9 Indicada para Fiscal de Contrato	

Manaus, 14 de junho de 2022.

[redacted]

ANTONIO CARLOS CABRAL DA CUNHA– Cel
Chefe do Centro de Coordenação de Operações Logísticas da 12ª Região Militar

[redacted]

FL Nº 306

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°038
NUP: 64321.011756/2022-58

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este estudo é etapa antecessora para contratação dos serviços referentes à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de embarcação regional para transporte de cargas e/ou passageiros, em conformidade com a IN-ME 40/2020.

1. Informações Básicas

Número do processo: **64321.011756/2022-58**

2. Descriçãodanecessidade

A dispensa de licitação eletrônica para a prestação de serviços de locação de embarcação regional, tem como finalidade o emprego do transporte de tropas do Exército Brasileiro (EB), na Operação Amazônia 2022, exercício de defesa externa que está entre os maiores realizados pelo EB, mobilizando militares de várias unidades que serão transportados pelos rios da Amazônia, durante o período de 7 de junho à 27 de junho de 2022.

O Comando militar da Amazônia por não dispor dos meios necessários para transportar uma quantidade elevada de militares aos diversos rios da complicada fisiografia amazônica, incumbiu a este Grande Comando realizar a contratação.

A contratação do serviço por meio da Dispensa de Licitação, se fez necessária devido ao fato do Pregão Eletrônico nº 4/2022 de 18 maio de 2022, deste Comando, realizado para atender esta demanda, foi fracassado, devido os fornecedores que concorreram ao certame não atenderem ao item 21.3.1. dos Critérios de Seleção do Fornecedor, requisitos necessários para regulamentações constantes que visam a normatização da segurança da navegação, operações de transporte e as especificações de embarcações, ficando a 12ª RM sem tempo hábil para realização de um novo certame, devido a data inicial ter sido programada conforme o deslocamento realizado no ano de 2021 (7 de julho de 2021), mas em virtude da alteração da data para o dia 7 de junho por necessidade do planejamento da Operação adiantou se em 1 (um) mês o início dos deslocamentos, não havendo janela de tempo para a composição de um novo certame em virtude dos prazos legais: análise da CJU (15 dias úteis), e publicação no Diário Oficial (8 dia úteis).

No intuito de viabilizar a contratação, este realizou pesquisa junto ao Painel de Preços e SAG – EB (Sistema de Acompanhamento de Gestão), com intuito de realizar Adesão a Ata de Registro de Preços vigente, mas não se obteve êxito, pois as Atas encontradas não

atendiam as especificidades necessárias para a realização do serviço.

Com efeito, a 12ª Região Militar ficou sem licitação vigente para atender as demandas logísticas da Operação Amazônia, obrigando a tomada das providências para a presente dispensa emergencial.

Nesse sentido, este Grande Comando informa que a demanda de embarcações para atender pontualmente este exercício deverá ter como base as quantidades de militares que compõem as subdivisões organizacionais do corpo de tropa: efetivos de Pelotões com seus apoios (aproximadamente 60 homens); de Subunidade (aproximadamente entre 120 a 180 homens); e Batalhões (aproximadamente 500 homens).

Além disso, deve-se considerar as longas distâncias a serem percorridas para o cumprimento das missões: exemplo o eixo Rio Negro onde o município de São Gabriel da Cachoeira-AM está a uma distancia de 980 km por via fluvial.

A contratação será realizada da seguinte forma:

-Grupo1: 1 (uma) embarcação locada com 10 diárias do item 1 e 5 diárias do item 2, deslocamento para o eixo Rio Negro, compreendendo o trecho Manaus-AM, Barcelos-AM, Santa Isabel do Rio Negro-AM;

-Grupo1: 1 (uma) embarcação locada com 10 diárias do item 1 e 5 diárias do item 2, deslocamento para o eixo Rio Negro, compreendendo o trecho Manaus-AM, São Gabriel da Cachoeira-AM;

-Grupo2: 1 (uma) embarcação locada com 15 diárias para o item 3 e 6 diárias do item 4, deslocamento para o eixo Solimões/Japurá, compreendendo os trechos Manaus-AM, Tefé-AM, Japurá-AM;

- Grupo 2: 1 (uma) embarcação locada com 11 diárias para o item 3 e 8 diárias para o item 4, deslocamento para eixo Rio Negro, compreendendo o trecho Manaus-AM, Barcelos-AM, Santa Isabel do Rio Negro-AM;

- As contratações descritas serão locadas simultaneamente no mês de junho de 2022.

Dessa forma, a quantidade solicitada na presente licitação visa atender as demandas logísticas e operacionais desse Grande Comando Territorial, em prol da Operação Amazônia, não havendo superestimação de dos itens solicitados.

3. Área requisitante

ÁreaRequisitante	Responsável
CentrodeCoordenação deOperaçõesLogísticas-CCOL/12ªRM	**ANTONIO CARLOS CABRAL DA CUNHA– Cel**

4. Descrição dos requisitos da contratação

A empresa contratada deverá dispor de mão-de-obra especializada para fins de obediência às especificações descritas no Edital e deverão obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes.

Deverá possuir experiência no mercado demonstrada através de atestado de capacidade técnica o qual deverá constar serviços similares;

A Contratada, na prestação do serviço deverá apresentar os seguintes documentos estatutários em vigor definidos pela NORMAM-02/DPC, a saber:

- Cartão de Tripulação de Segurança (CTS);

- Provisão de Registro de Propriedade Marítima (PRPM), para embarcações com mais de 100 AB (Arqueação Bruta), ou Título de Inscrição da Embarcação (TIE), para embarcações com AB (Arqueação Bruta) igual ou inferior a 100;
- Certificado Nacional de Borda Livre, exceto para embarcações com AB menor ou igual a 50, ou comprimento de Regra (L) inferior a 20 metros;
- Certificado Nacional de Arqueação, para embarcações com AB igual ou superior a 50, ou Notas para Arqueação de Embarcações, para embarcações com AB inferior a 50;
- Certificado de Segurança da Navegação (CSN);
- Licença de Estação do Navio, emitida pela ANATEL.

Deverá na prestação do serviço dispor de mão-de-obra especializada para fins de obediência às especificações descritas neste Termo de Referência e no Aviso de Dispensa Eletrônica, devendo obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes.

Deverá possuir experiência no mercado demonstrada através de atestado de capacidade técnica o qual deverá constar serviços similares.

Os Serviços de Locação de Embarcação Regional para Transporte de Cargas e/ou Passageiros serão executados em conformidade com as descrições descriminados abaixo:

Apresentar a lista de tripulantes, com as cópias das carteiras profissionais, em até 3 (três) dias anteriores a data de realização do serviço, para conferência por parte do fiscal de contrato.

Será realizada vistoria na Embarcação que irá prestar o serviço em até 2 (dois) dias anteriores a realização do serviço, a fim de conferir as condições gerais da embarcação, e as características das descrições dos itens, a contratada terá até 2 (dois) dias para sanar as irregularidades encontradas na vistoria.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. Levantamento de mercado

Foi realizado levantamento de mercadona plataforma digital Painel de Preços do Governo Federal, em conformidade com a IN 73/2020- MPDG, onde constatou se que não à serviços licitados que atendam satisfatoriamente as características necessárias para a execução do serviço de locação de embarcação regional para transporte de cargas e/ou passageiros, sendo necessário realizar pesquisa com fornecedores locais, que está demonstrada no Relatório de Pesquisa de Preços e seus anexos.

6. Descrição da solução como um todo

A Contratação de empresa especializada na prestação de **Serviço de Locação deEmbarcação Regional para transporte de Cargas e/ou Passageiros** deverá estar conforme especificações deste ETP, ratificadas no Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificada neste instrumento.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010.

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do

trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

7. Estimativa das quantidades a serem contratadas

As quantidades descritas no presente foram estimadas através da necessidade de transporte de tropas do Exército Brasileiro (EB), na Operação Amazônia 2022, exercício de defesa externa que está entre os maiores realizados pelo EB, mobilizando militares de várias unidades que serão transportados pelos rios da Amazônia, conforme o descriminado do 2. Descriçãodanecessidade deste ETP,durante o período de 7 de junho à 27 de junho de 2022.

O serviço de locação será executado com as seguintes quantidades e características:

CATSER	GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD TOTAL
4189	1	1	Locação de embarcação, para transporte de cargas e passageiros com capacidade de no mínimo 120 (cento e vinte) militares equipados, e material coletivo conforme a necessidade da contratante; a embarcação deverá possuir calado compatível para navegação nos principais rios e afluentes da bacia hidrográfica Amazônica. frigorificados; gerador (principal e reserva) com capacidade de prover energia para todos os equipamentos orgânicos da embarcação e os conduzidos pelos militares, além da iluminação própria da embarcação, devendo permanecer ligado durante todo o período da locação. Capacidade mínima de carga de 40 (quarenta) toneladas; casco metálico, 01 (um) bote com capacidade de 800 Kg com motor de popa instalado de no mínimo 40 HP para casos de pane mecânica. Todo material para o perfeito funcionamento da embarcação, permitindo a navegação diurna e noturna, em percurso abrangendo a Região dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, partindo dos locais a serem determinados pelo comando da 12ª Região Militar, e conforme a disponibilidade hidroviária no período de locação das embarcações; **sem provimento de alimentação para os passageiros**; com fornecimento de	Diária	20

			água mineral, combustível e aditivos pelo contratado.		
		2	Diária de embarcação parada (atracada), sem fornecimento de alimentação. A mesma descrição detalhada do item 1, do grupo 1 deste Termo de Referência.	Diária	10
4189	2	3	Locação de embarcação, para transporte de cargas e passageiros com capacidade de no mínimo 180 (cento e oitenta) militares equipados, e material coletivo conforme a necessidade da contratante; a embarcação deverá possuir calado compatível para navegação nos principais rios e afluentes da bacia hidrográfica Amazônica; gerador (principal e reserva) com capacidade de prover energia para todos os equipamentos orgânicos da embarcação e os conduzidos pelos militares, além da iluminação própria da embarcação, devendo permanecer ligado durante todo o período da locação. Capacidade mínima de carga de 40 (quarenta) toneladas; casco metálico, 01 (um) bote com capacidade de 800 Kg com motor de popa instalado de no mínimo 40 HP para casos de pane mecânica. Todo material para o perfeito funcionamento da embarcação, permitindo a navegação diurna e noturna, em percurso abrangendo a Região dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará,Rondônia e Roraima, partindo dos locais a serem determinados pelo comando da 12ª Região Militar, e conforme a disponibilidade hidroviária no período de locação das embarcações; **sem provimento de alimentação para os passageiros**; com fornecimento de água mineral, combustível e aditivos pelo contratado.	Diária	26
		4	Diária de embarcação parada (atracada), sem fornecimento de alimentação. A mesma descrição detalhada do item 3, do grupo 2 deste Termo de Referência.	Diária	14

8. Estimativa de valor da contratação

Os valores de referência apresentados no presente foram oriundos de cotação ampla, detalhada, transparente, cuidadosa, de modo a se configurar um juízo seguro de que os preços orçados estão compatíveis com os que são praticados comumente no mercado, sendo observados, inclusive, a utilização de forma combinada ou não dos parâmetros, atento ainda as prioridades elencadas na IN 73/2020- MPDG, utilizando as plataformas digitais Painel de Preços do Governo Federal, e cotação de fornecedores locais (quantidades descritas no item 1.1. do termo de referência/mapa comparativo de preços).

A despesa total estimada da contratação é de R$ 1.758.172,28 (um milhão, setecentos e cinquenta e oito mil e vinte oito reais), conforme mapa comparativo de preços anexo.

9. Justificativa para parcelamento ou não da solução

O objeto referente a esta dispensa (Serviço de Locação de Embarcação regional para transporte de cargas e passageiros), utilizará diárias em deslocamento, e diárias atracadas, durante a execução do exercício operacional, tendo em vista que ocorrerão atraso e prejuízo maior se a embarcação empregada retornar para a sede, devido às grandes distâncias e longos períodos de viagem pelos rios amazônicos.

Sendo assim, é viável que o processo de dispensa seja realizado por grupos de itens, com o intuito de honrar o princípio da economicidade, com a redução de gastos com o deslocamento desnecessário durante a locação, como demonstrado na pesquisa de preços, a diferença monetária entre o valor da diária parada (atracada) e diária em deslocamento.

Utilizando-se do agrupamento em dois grupos de itens, será viabilizado a prestação dos serviços, atendendo as características da Operação Militar supracitada.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não houve realizações anteriores de Ata de Registro de Preço por parte do Comando da 12ª Região Militar, referentes aos serviços objeto desta contratação, para atender as operações planejadas pelo Comando Militar da Amazônia, sendo os quantitativos e características dos serviços solicitados, provenientes da necessidade de atender o transporte para o exercício operacional.

11. Alinhamento entre a contratação e o planejamento

O objeto desta dispensa esta previsto no plano anual de contratações, onde os recursos necessários para a realização dos serviços serão descentralizados para atender a demanda, supracitada.

12. Resultados pretendidos

Atender as demandas de mobilização de tropas e materiais da Operação Amazônia no ano de 2022, com emprego de militares e meios no Rio Solimões, Rio Negro e Rio Japurá. Atendendo ao planejamento estratégico e a execução das ações militares nos rincões da Amazônia. Onde a presença das tropas do EB, visa combater os ilícitos praticados nas áreas fronteiriças, assim como garantir a soberania do território nacional.

13. Providências a serem adotadas

A contratação será realizada por meio de procedimento administrativo vinculado que determinarão, através de seu Termo de Referência e Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica, todos os critérios e objetivos da seleção da proposta mais vantajosa, utilizando o critério de julgamento de menor preço, e com fiel observância aos princípios da isonomia, da legalidade, da igualdade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, do julgamento objetivo, da probidade administrativa e demais princípios correlatos.

Acompanhamento rigoroso das ações previstas no ETP apresentado para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

[redacted]

14. Possíveis impactos ambientais e tratamentos

A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

Na manutenção da embarcação, use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro e 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem

necessários, para a execução de serviços;

Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Os estudos preliminares evidenciaram que a realização de contratação de Serviço de Locação de Embarcação regional para transporte de cargas e passageiros mostram-se viáveis tecnicamente. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação da solução pretendida.

Manaus-AM, 14 de junho de 2022.

[redacted]

ANDERSON CORRÊA DOS SANTOS – Cel
Chefe de Equipe de Planejamento da Contratação

[redacted]

FÁBIO MACHADO MONTEIRO DOS SANTOS-TC
Membro da equipe de planejamento

[redacted]

ANDERSON TIAGO DE FREITAS NORONHA – 3º Sgt
Membro da equipe de planejamento

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Ao quinto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, encerro o segundo volume do Processo nº 64321.011756/2022-58, que termina na folha de nº 313 para em seguida proceder abertura do volume de numero III, para constar lavrei o presente termo.

[redacted]

ARIANE UMBELINO DA SILVA – 3º Sgt
Aux. SALC/12ª RM